

Escola Superior de Hotelaria e Turismo

Ana Sofia Leal Gomes

O impacto social do turismo no Porto: Os residentes e o turismo

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Gestão do Turismo

Orientação: Prof.^a Doutora Fernanda Amélia Fernandes Ferreira e

Prof.^a Doutora Maria da Conceição de Castro Sousa Nunes

Vila do Conde, outubro de 2020

Politécnico do Porto

Escola Superior de Hotelaria e Turismo

Ana Sofia Leal Gomes

O impacto social do turismo no Porto: Os residentes e o turismo

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Gestão do Turismo

Orientação: Prof.^ª Doutora Fernanda Amélia Fernandes Ferreira e

Prof.^ª Doutora Maria da Conceição de Castro Sousa Nunes

Vila do Conde, outubro de 2020

Politécnico do Porto

Escola Superior de Hotelaria e Turismo

Ana Sofia Leal Gomes

O impacto social do turismo no Porto: Os residentes e o turismo

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Gestão do Turismo

Membros do Júri

Presidente

Prof.^a Doutora Susana Sofia Pereira da Silva

Escola Superior de Hotelaria e Turismo– Instituto Politécnico do Porto

Prof.^a Doutora Fernanda Amélia Fernandes Ferreira

Escola Superior de Hotelaria e Turismo– Instituto Politécnico do Porto

Prof.^a Doutora Dália Filipa Veloso de Azevedo Liberato

Escola Superior de Hotelaria e Turismo– Instituto Politécnico do Porto

Vila do Conde, outubro de 2020

Politécnico do Porto

Escola Superior de Hotelaria e Turismo

AGRADECIMENTOS

Não posso (nem quero e nem devo) deixar uns agradecimentos pessoais a algumas pessoas que foram bastante importantes para mim ao longo destes dois anos de mestrado.

Devo começar pelas minhas orientadoras, a Prof. Doutora Fernanda Amélia Ferreira e a Prof. Doutora Conceição Castro que, mesmo sem nunca me terem lecionado alguma unidade curricular, aceitaram ajudar-me e mostraram-se sempre disponíveis (muito pacientes) e empenhadas logo de início em que lhes apresentei o tema que quis desenvolver para completar este grau. Um muito obrigada. De coração.

Aos meus pais, irmão e avós que estiveram sempre presentes em todos os momentos, desde o tempo em que chegava a casa com os joelhos esfolados da escola até ao momento em que agora, passados 20 anos, vou concretizar mais um sonho, a obtenção de mais um grau académico.

À minha prima Mónica que mesmo a 2000 e pouco quilómetros de distância está sempre presente para mim.

Às minha amigas dos últimos dois anos por todo o apoio incondicional dado ao longo destes anos, a todo o incentivo e motivação para acabar esta etapa da minha vida que se estava a mostrar um pouco difícil. Tal como Fernando Pessoa em tempos escreveu “Tudo vale a pena se a alma não é pequena”.

Por último, não quero deixar de agradecer a todos os que se cruzaram comigo durante estes 20 anos de aprendizagem, desde a professora primária até aos professores de mestrado porque acredito que o papel do professor não é só ensinar cientificamente, mas também civicamente.

Muito obrigada a todos.

A Professora Doutora Fernanda Ferreira, orientadora da presente dissertação, é membro integrado da UNIAG, unidade de I&D financiada pela FCT – Fundação para a ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito do projeto “UID/GES/04752/2020”.



RESUMO ANALÍTICO

O turismo na cidade do Porto tem crescido principalmente na última década, tendo sido acompanhado de um aumento das dormidas. Para fazer face à crescente procura, foi necessária a criação de novos estabelecimentos hoteleiros e de alojamento local. Estes últimos têm gerado controvérsia no meio dos residentes, assistindo-se mesmo a um clima de tensão relativamente à habitação no centro histórico da cidade do Porto.

Vários foram os casos onde os habitantes desta zona da cidade afirmam ter sido aliciados ou até mesmo ameaçados para deixarem as suas habitações para que se possa dar lugar a mais um alojamento turístico em zonas privilegiadas, o que tem contribuído para uma crescente reabilitação deste espaço.

Os principais atores envolvidos nesta atividade turística são os turistas e os residentes, cuja relação deve ser estudada de forma a conseguir-se um equilíbrio entre os dois para se evitar o conflito. Nesta decorrência, o presente estudo tem por objetivos avaliar o impacto social do turismo no centro histórico do Porto e no abandono habitacional, bem como os impactos económicos e ambientais. Para entender de que forma o turismo impacta os residentes, após a revisão da literatura, seguiu-se uma metodologia mista, de forma a perceber o lado dos residentes e das entidades reguladoras do turismo na cidade. Para tal, procedeu-se à elaboração de um inquérito distribuído eletronicamente, o possível durante uma pandemia, e ainda a realização de duas entrevistas. Ao inquérito obteve-se 66 respostas válidas e duas entidades mostraram-se disponíveis para mostrarem os seus pontos de vista do problema.

Os resultados obtidos sugerem que os impactos sociais e ambientais do turismo são percecionados como negativos pelos residentes do centro histórico do Porto e apenas estes conseguem explicar o abandono residencial.

Palavras-chave: impacto; residente; alojamento local; habitação, abandono; centro histórico do Porto.

ABSTRACT

Tourism in Porto has grown mainly in the last decade, accompanied by an increase in overnight stays. To follow the growing demand, it has been necessary to create new tourism developments and local accommodation, which, this last one have generated so much controversy, have even be seen a climate of tension regarding housing in the historic city centre of Porto.

There have been several cases where the inhabitants of this part of the city claim to have been lured or even threatened to leave their homes in order to give way to another tourist development in privileged areas, which has contributed to an increasing rehabilitation of this areas.

The main actors involved in this tourist activity are the tourists and the residents, whose relationship must be studied in order to achieve a balance between the two to avoid conflict. As a result, this study aims to evaluate the social impact of tourism in the historical centre of Porto and in housing abandonment, and also the economic and environmental impacts. To understand how tourism impacts residents, after the literature review, a mixed methodology was followed, in order to understand the residents' side and the city's tourism regulators. To this end, an electronically distributed survey, as far as possible during a pandemic, was carried out, as well as two interviews. The survey received 66 valid answers and two entities were available to show their views on the problem.

The results obtained suggest that the social and environmental impacts of tourism are perceived as negative by the residents of the historic centre of Porto and only they can explain residential abandonment.

Keywords: impact, resident, local accommodation, housing, abandonment; historic centre of Porto.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	i
RESUMO ANALÍTICO.....	iii
ABSTRACT.....	iv
Lista de tabelas.....	viii
Lista de ilustrações.....	ix
Lista de Gráficos.....	ix
Lista de Acrónimos e Siglas.....	x
0 - INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – REVISÃO DA LITERATURA.....	4
1.1 – O Turismo.....	4
1.1.1 – A História do Turismo.....	4
1.1.2 – A controvérsia nas definições de turismo.....	5
1.1.3 - Tipos de turismo.....	9
1.2 – Território.....	15
1.2.1 - O território no turismo.....	16
1.3 – O turismo em Portugal.....	18
1.3.1 – A história do turismo em Portugal.....	18
1.3.2 – A atualidade do turismo em Portugal.....	27
1.4 – O Turismo Urbano.....	29
1.4.1 – O turismo Urbano em Portugal.....	31
1.5 – O Turismo no Porto.....	33
1.5.1 - Como tudo começou.....	33
1.5.2 - A consciencialização à abertura ao turismo.....	34
1.5.3 - O centro histórico.....	35
1.5.4 - O Turismo no Centro Histórico do Porto.....	38

1.6 – Alojamentos e empreendimentos turísticos.....	40
1.6.1 – Alojamentos Turísticos em Portugal.....	41
1.6.2 - O Alojamento Local (AL) em Portugal.....	45
1.6.2.1 – O AL no Porto.....	46
1.7 – A Sociologia do Turismo	47
1.7.1 - O turismo e os residentes.....	50
1.7.1.1 - Impactos do turismo nos residentes.....	50
1.7.1.2 - Impactos económicos.....	53
1.7.1.3 - Impactos socioculturais.....	56
1.7.1.4 - Impactos ambientais.....	59
1.8 - Turismo Sustentável.....	59
1.8.1 - O turismo sustentável em Portugal	63
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	71
2.1 - Objetivos da investigação.....	71
2.2 - Recolha da informação.....	73
2.2.1 - Método qualitativo.....	74
2.2.2 Método quantitativo.....	74
2.2.2.1 - Processo de amostragem.....	76
2.2.2.2 - Ficha Técnica da Amostra.....	76
2.3 - Técnicas estatísticas de tratamento de dados	77
2.4 - Caracterização da amostra: Análise Descritiva.....	78
CAPÍTULO 3 - Apresentação e análise dos resultados	88
3.1 - O turismo na cidade do Porto.....	88
3.2 – Os impactos do turismo na cidade do Porto	89
3.2.1 - Os impactos económicos do turismo na cidade do Porto.....	89
3.2.2 - Os impactos sociais do turismo na cidade do Porto	92

3.2.3 Os impactos ambientais do turismo na cidade do Porto.....	96
3.3 - Impacto do turismo no abandono habitacional no centro histórico do Porto	100
3.4 - Principais motivações para residir no centro histórico do Porto.....	101
3.5 – Análise qualitativa.....	104
3.6 – Teste das Hipóteses.....	105
3.7 - Discussão de resultados.....	111
CONCLUSÃO.....	113
Limitações da investigação.....	115
Contributos para investigações futuras.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116
APÊNDICES.....	125
Apêndice A – Questionário.....	126
Apêndice B – Transcrição da entrevista ao Vereador do Pelouro da Economia, Turismo e Comércio e do Pelouro da Gestão de Fundos Comunitários, Dr. Ricardo Valente.....	135
Apêndice C – Entrevista ao Fundador e Presidente da Associação "Porto Histórico e Medieval", Historiador, Dr. José Martins Pereira:.....	149

Lista de tabelas

Tabela 1: Diferentes tipos de turismo de acordo com a intenção do turista.....	9
Tabela 2: Hipóteses da investigação.....	72
Tabela 3: Estrutura do questionário.....	75
Tabela 4: Técnicas de amostragem.....	76
Tabela 5: Ficha técnica do estudo.....	77
Tabela 6: Profissão relacionada com o turismo.....	85
Tabela 7: Tabela de frequências.....	86
Tabela 8: Grau de concordância sobre o turismo na cidade do Porto.....	88
Tabela 9: Estatística Descritiva do impacto económico do turismo na cidade do Porto.	89
Tabela 10: Análise Fatorial do impacto económico.	91
Tabela 11: Estatística Descritiva dos impactos sociais do turismo.....	93
Tabela 12: Análise Fatorial do impacto social.	94
Tabela 13: Estatística Descritiva dos impactos ambientais do turismo.....	96
Tabela 14: Análise Fatorial do impacto ambiental.....	98
Tabela 15: Impacto do turismo no abandono habitacional do centro histórico do Porto.	100
Tabela 16: Principais motivações para residir no centro histórico.	102
Tabela 17: Proposta de compra de habitação fora do centro histórico.....	102
Tabela 18: Medidas da Câmara Municipal do Porto em relação aos alojamentos locais.	103
Tabela 19: Análise qualitativa.....	104
Tabela 20: Relação entre o aumento do turismo e a desertificação do centro histórico.	105
Tabela 21: Resultados da regressão linear simples (H2).	106
Tabela 22: Resultados da Regressão linear simples (H3a).....	107
Tabela 23: Resultados da regressão linear simples (H3b).....	108
Tabela 24: Resultados da Regressão linear simples (H3c).....	108
Tabela 25: Diferenças na perceção da existência de demasiados turistas de acordo com as características sociodemográficas dos residentes.....	109

Tabela 26: Reabilitação do centro histórico.....	110
Tabela 27: Validação das hipóteses.	111

Lista de ilustrações

Figura 1: Centro Histórico do Porto visto da Sé. Fotografia pessoal.	35
Figura 2: A Sé do Porto. Fotografia pessoal.....	35
Figura 3: Centro histórico do Porto. Fotografia pessoal.	37

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Sexo dos inquiridos.	79
Gráfico 2: Faixa etária dos inquiridos.....	80
Gráfico 3: Freguesia de residência.....	80
Gráfico 4: Nacionalidade.	81
Gráfico 5: Estado civil.	81
Gráfico 6: Pessoas do agregado familiar.	82
Gráfico 7: Filhos a cargo.....	82
Gráfico 8: Habilitações literárias.....	83
Gráfico 9: Situação perante o trabalho.	84
Gráfico 10: Tipo de habitação em que reside.	84
Gráfico 11: Boxplot.	85
Gráfico 12: Análise Fatorial do impacto económico.	92
Gráfico 13: Diagrama de caixa do índice de perceção do impacto social.	96
Gráfico 14: Diagrama de caixa do índice de perceção do impacto ambiental.....	100
Gráfico 15: Nível de concordância com a vontade de habitar no centro histórico devido à reabilitação do mesmo.	110

Lista de Acrónimos e Siglas

AEF – Análise fatorial exploratória.

AL – Alojamento Local.

CEE – Comunidade Económica Europeia.

CMP – Câmara Municipal do Porto.

CTP – Confederação do Turismo Português.

CV – Coeficiente de Variação.

DP – Desvio-Padrão.

DST – Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

FSE – Fundo Social Europeu.

IIA – Índice de Impacto Ambiental.

IEE – Índice de Impacto Económico.

IIS – Índice de Impacto Social.

INTERREG 2 – Programa de cooperação entre regiões dentro e fora da União Europeia.

KMO – Kaiser-Meyer-Olkin test.

LEADER II – Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo.

REVPAR – Receita por quarto disponível (do inglês *revenue per available room*).

RGDP – Regulamento Geral de Proteção de Dados.

SPS - Sociedade de Propaganda de Portugal.

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences.

UFCH – União de Freguesia do Centro Histórico.

0 - INTRODUÇÃO

A cidade do Porto, sendo a segunda maior cidade de Portugal, é reconhecida internacionalmente como um destino turístico preferencial para muitos turistas. A prova disso é que já foi três vezes eleita como melhor destino europeu do ano e na última década já recebeu muitos outros prémios no setor do turismo. Um marco importante para o conhecimento do destino foi assinalado em 1996, ano em que teve o seu centro histórico reconhecido como património da Humanidade pela Unesco. Assim, tal como outros pontos turísticos importantes do país, também a cidade do Porto tem certamente contribuído para colocar Portugal na rota do turismo mundial.

Como tal, o setor do turismo na cidade do Porto tem crescido nos últimos anos, o que desencadeou uma maior oferta de bens e serviços na cidade, principalmente no centro histórico, refletindo-se principalmente no setor imobiliário através da recuperação dos imóveis para alojamento turístico, com a criação de cada vez mais hotéis, alguns deles de cinco estrelas, e na criação de vários negócios nas áreas da restauração e de serviços diferenciados para turistas, dando uma nova vida a zonas da cidade outrora desertas e degradadas. Só no ano de 2019, o município do Porto, teve um aumento das dormidas de 10%, correspondendo a 6,5% do total nacional.

Devido à pandemia da COVID-19, o turismo sofreu um duro revés no ano de 2020, tal como outros setores ligados à atividade. Segundo um estudo da *Oxford Economics* (Agência Lusa, 2020), em comparação com o ano 2019, em 2020 deverão registar-se menos de 7 milhões de entradas internacionais em Portugal, já sem apontar os números nas quedas na restauração que muito se apoia no turismo para sobreviver todo o ano.

Posto isto, o presente trabalho de investigação apresenta como propósito avaliar quais os impactos que o turismo tem na população residente no centro histórico da cidade do Porto, uma vez que esta é mais impactada pela atividade do que a restante população portuense, tendo em conta que se situam no chamado território turístico da cidade invicta.

Para perceber o nível dos impactos económico, social e ambiental, através da disseminação de um inquérito por esta população, reunimos resultados para tentar responder às hipóteses e objetivos propostos no trabalho.

Por norma, os impactos económicos são os que marcam mais a população, mas a um nível positivo, uma vez que se trata do rendimento recebido pela atividade turística, como se dá, por exemplo através da criação de emprego juntos dos residentes. Os impactos sociais prendem-se com as atitudes que os residentes possam ter para com os turistas que podem ser negativas, caso haja uma perspetiva má do turismo ou positivas, caso percebam que a sua economia depende praticamente no total dessa atividade. No lado negativo desta questão, pode-se considerar a retirada de habitação em sítios privilegiados a nível turístico à própria população para dar lugar a alojamentos para os turistas, por exemplo. Já a nível ambiental, foca-se principalmente na preocupação que os residentes têm com o meio-ambiente e património da cidade e de que forma o turismo possa contribuir para a sua degradação ou preservação.

Outro caso que foi avaliado através não só do inquérito, mas também através das entrevistas realizadas, foi o do abandono habitacional por parte dos residentes nesta zona da cidade. Através dos resultados obtidos, foi-nos possível perceber se este abandono do centro histórico se deu só pelo aumento do turismo ou se este se deu ainda muito antes do *boom* turístico na cidade quando o centro histórico era ainda bastante degradado a nível residencial e pouco apetecível a nível habitacional devido às suas más condições.

Este trabalho encontra-se estruturado em três capítulos após a presente introdução. No primeiro capítulo inicia-se a revisão da Literatura sobre a temática, onde se apresentam os conceitos de turismo e de território turístico. Depois estudamos o turismo em Portugal e a sua história, assim como o conceito de turismo urbano no país. Este foi ponto de partida para o tema mais em específico na cidade do Porto, passando pela questão dos alojamentos e empreendimentos turísticos em Portugal, incluindo, mais uma vez, uma maior análise no Porto, visto que é a cidade de análise da dissertação. Nos últimos dois pontos deste capítulo define-se ainda os conceitos de sociologia do turismo e de turismo sustentável. No capítulo 2 avançamos para a metodologia de investigação, apresentando os objetivos e as hipóteses da mesma, o

método de estudo utilizado, o processo de amostragem, assim como a análise descritiva da própria amostra. No terceiro e último capítulo deste trabalho apresentamos os resultados empíricos que dão resposta ao objetivo do estudo e às hipóteses de Investigação, incluindo ainda a discussão de resultados obtidos.

CAPÍTULO 1 – REVISÃO DA LITERATURA

1.1 – O Turismo

“O turismo, visto como resultado das ações dos seus diferentes grupos de agentes sociais produtores, constitui-se num sistema complexo, aberto, dinâmico e em eterno movimento, o que torna o trabalho de quem o pensa bastante árduo e sempre incompleto” (Fratucci, 2014; p.90-91). O autor nesta citação apresenta de imediato a dificuldade que os investigadores não só da área do turismo, mas também da sociologia têm em dar uma definição de turismo. No entanto, avança que esta dificuldade se deve à dinâmica e abertura da atividade turística que não permite uma definição única e conclusiva do termo, concluindo que o turismo “concretiza-se num fenómeno sócio espacial complexo que tem como face mais visível uma atividade económica extremamente dinâmica e impactante na contemporaneidade do nosso mundo social” (Fratucci, 2014; p.91).

Apresentando desde início a dificuldade que se encontra numa definição única e final de turismo, é importante começar pela história que se conhece do fenómeno e das definições que ao longo dela têm sido dadas e estudadas.

1.1.1 – A História do Turismo

Ribeiro (2017), considera que o fenómeno turístico advém já de um “passado distante” em que era necessária uma deslocação “por motivos de subsistência”, dizendo mesmo que “aquilo que hoje se define como um fenómeno de turismo, teve origem e evoluiu justamente deste processo” (Ribeiro, 2017; p.3) e alerta ainda que “embora relacionado com a ação de viajar, o turismo nem sempre tem o mesmo sentido”, uma vez que só a “viagem de turismo é feita com o intuito de lazer, de conhecer novas culturas e de ver coisas diferentes” (Ribeiro, 2017; p.3).

Já Pires (2001) vai mais a fundo na pesquisa sobre a definição de turismo e define mesmo um espaço temporal em que aprofunda os antecedentes históricos do fenómeno, tendo início ainda no século V a.C. com registo de viagens entre localidades, quer para expansão de impérios quer para trocas comerciais ou mesmo mudança de residência, considerando que “talvez tenham sido os fenícios aqueles que mais cedo praticaram o conceito moderno de viagem” (Pires, 2001: p.17). A autora acrescenta

ainda que na conquista de impérios, os romanos, foram dos mais impulsionadores das viagens quer para conquistar territórios ou deslocar-se para terapias termais, por exemplo, havendo mesmo um decréscimo de viagens com o fim deste. Outras épocas impulsionadoras de viagens foram a dos descobrimentos e do comércio marítimo, assim como com o surgimento da Revolução Industrial, em que o efeito mais sentido foi sem dúvida o êxodo rural.

Já a partir do século XIX a “segurança, a salubridade e alfabetização crescente” foram dos fatores que mais contribuíram para o desenvolvimento do turismo, mas “a reivindicação dos trabalhadores por mais tempo para lazer, o desenvolvimento dos meios de transporte, a substituição do trabalho doméstico pelo das fábricas e a urbanização, transformaram o turismo num fenómeno de massas” (Pires, 2001; p.21). Este fenómeno viu-se ainda mais impulsionado no período entre o fim da Primeira Guerra Mundial e o início da Segunda Guerra Mundial (tempos caracterizados pela produção e compras em massa) e sobretudo com as férias remuneradas que “passaram a ser uma realidade para uma grande parte da população europeia, permitindo que outras classes sociais menos favorecidas economicamente também começassem a viajar e aspirassem a uma viagem de férias” (Pires, 2001; pp.21-22).

O turismo é visto agora pelo lado mais positivo, devendo-se maioritariamente aos seus impactos económicos que em muito favorecem algumas economias de um grande número de regiões mais dependentes do setor turístico, afirmando-se mesmo que “os resultados do movimento financeiro decorrentes do turismo são por demais expressivos e justificam que esta atividade será incluída na programação da política económica de todos os países, regiões e municípios” (Barbosa, 2005; p.108). No entanto, os impactos do turismo serão estudados no ponto 1.7 desta dissertação.

1.1.2 – A controvérsia nas definições de turismo

O conceito de turismo causa controvérsia nos diversos autores que estudam ou estudaram o fenómeno turístico (Barbosa, 2005; Cunha, 2010; Pires, 2001). A definição oficial foi dada pela Organização Mundial do Turismo (OMT) em 1994 na qual “o turismo é um fenómeno social, cultural e económico que implica a movimentação de pessoas para países ou locais fora do seu ambiente habitual para fins comerciais ou profissionais. Estas pessoas podem ser chamadas de visitantes (que podem ser turistas

ou excursionistas; residentes ou não residentes) e o turismo tem que ver com as suas atividades em que algumas podem envolver gastos de dinheiro” (OMT, 1994).

Para Cunha (2010), de todas as definições estudadas, esta é a que “se revela mais frágil” porque não “permite identificar as características essenciais do turismo” (Cunha, 2010; p.14). Estas características importantes, que devem estar incluídas na definição mais correta do conceito, são enumeradas pelo mesmo autor no mesmo estudo e serão citadas nesta dissertação. São estas as seguintes:

1. A deslocação de pessoas, os fenómenos, as relações que originam, as atrações, acessibilidades, empresas e organizações;
2. Atividades praticadas por quem visita e as facilidades criadas para os mesmos;
3. Ausência de relação duradoura com os locais;
4. Criação de atividades e equipamentos daqueles que já existem para a população;
5. Impactos económicos, sociais, culturais, psicológicos e ambientais.

Pires (2001) caracteriza o turismo como um fenómeno bastante complexo, tendo em conta a dificuldade em definir o conceito do mesmo. Para a mesma autora “quase todas as definições excluem do turismo as viagens desenvolvidas por motivos de negócios (...), sendo essas viagens responsáveis por grande parte da ocupação dos meios de transporte, dos hotéis, da estrutura de entretenimento (...) dos espaços de eventos” (Pires, 2001; p.16).

Cunha (2010), no seu estudo, apresenta várias definições que, na sua opinião, são as mais representativas. Entre elas está a dada pelo economista Herman Von Schullern Zu Schrattenhofen, em 1910, sendo considerada, pelo autor, a primeira definição. Esta consiste “no conjunto de todos os fenómenos, em primeiro lugar de ordem económica, que se produzem pela chegada, estada e partida de viajantes numa comuna, província ou um estado determinado e, por consequência estão diretamente ligadas entre eles” Schrattenhofen, citado por Cunha (2010), p. 9-10). Já a última é um melhoramento da de McIntosh et al., de 1995. Tribe (1997) altera-a e acrescenta dimensões chave do turismo, já mencionadas, para que pudesse ficar mais completa.

Tendo em conta estas dimensões, Cunha (2010) apresenta no estudo a sua própria definição de turismo que engloba os elementos supramencionados pelo mesmo autor. O Turismo “é o conjunto das atividades lícitas desenvolvidas por visitantes em razão das suas deslocações, as atrações e os meios que as originam, as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades e os fenómenos e relações resultantes de umas e de outras” (Cunha, 2010; p.19). Para o autor, esta definição, pode servir de base a discussões futuras porque engloba os seguintes aspetos enumerados pelo autor para provar que se trata de uma definição mais completa que as demais apresentadas:

1. Conjunto de atividades desenvolvidas por visitantes: as que constam na lista da OMT e excluindo as ilícitas;
2. Visitantes: de acordo com a definição da OMT, envolvendo as razões da visita também expressas pelo Organização Mundial do Turismo;
3. Deslocação: movimento dos visitantes dos lugares de origem e do destino, as atividades desenvolvidas antes, durante e permanência nos destinos;
4. Atrações e meios: elementos naturais e artificiais, tangíveis e intangíveis, que originam deslocações, expressões e manifestações de carácter cultural ou não, eventos, centros de reuniões, promoção e comercialização;
5. Facilidades criadas: infraestruturas, atividades, características e conexas do turismo, hospitalidade e acolhimento;
6. Fenómenos e relações: fenómenos económicos, psicológicos, sociais e culturais, políticos, geográficos e ambientais originados pelas deslocações dos visitantes, mas também provocados pelas transformações operadas com vista a atraí-los e recebê-los. Engloba ainda as interações entre visitantes e comunidades visitadas.

Cunha (1997) classifica o turismo de acordo com a origem dos visitantes, o impacto na balança de pagamentos, a duração da estadia, a natureza dos meios de transporte utilizado, o grau de liberdade administrativa dos países dos visitados e dos visitantes e ainda a organização da viagem.

- a. Origem dos visitantes: nesta classificação, o autor, dividiu-a em três, definindo o turismo doméstico ou interno, o turismo recetor e o turismo emissor:

- Turismo doméstico ou interno: praticado por quem viaja apenas dentro do próprio país, independente se é nacional ou não;
- Turismo recetor: visitas dos não residentes;
- Turismo emissor: visitas dos residentes a outros países.

Estas três categorias, sendo combinadas, ainda dão origem a mais três categorias de turismo:

- Turismo interior: turismo realizado dentro de um país, compreendendo o turismo doméstico e o turismo recetor;
 - Turismo nacional: movimento dos residentes de um determinado país, compreendendo o turismo emissor e o turismo doméstico;
 - Turismo internacional: abrange apenas as deslocações que visam a passagem de uma fronteira.
- b. Impacto na balança de pagamentos: a visita dos estrangeiros, considerada para o ativo da balança, e a saída dos residentes, considerada para o passivo da mesma balança, dão origem ao turismo externo que, por sua vez, se divide em duas categorias:
- Turismo externo ativo: aproxima-se de uma importação, o que provoca um consumo de bens e serviços nos países visitados;
 - Turismo externo passivo: aproxima-se de uma exportação, na medida em que provoca uma aquisição de bens e serviços nacionais por parte de quem visita.
- c. Duração da estadia: esta classificação é dividida em:
- Turismo de passagem: local por onde se pode passar e parar durante algum tempo até ser possível chegar ao destino final da viagem;
 - Turismo de permanência: destino final da viagem em que se considera pelo menos uma dormida.
- d. Meios de transporte utilizados: estes dividem-se em turismo terrestre (que pode ser por caminho de ferro e automóvel), marítimo e aéreo. Ainda que o marítimo e o terrestre tenham perdido importância nos últimos anos, uma vez que devido à proximidade, os turistas viajam mais de automóvel ou de avião;

- e. Grau de liberdade administrativa dos países dos visitados e dos visitantes: aqui, o autor, distingue turismo dirigido e turismo livre que resultam das leis e regras em vigor nos países emissores e recetores sobre a livre circulação de pessoas. Esta restrição da livre circulação pode ter carácter económico ou político nos países emissores. Já nos recetores há países que impõem a obrigatoriedade de visitas apenas autorizadas através de um visto;
- f. Organização da viagem: a deslocação pode ser organizada quer em individual, quer em grupo. O turismo individual tem a particularidade de ser organizado pela própria pessoa ou pelo grupo que com ela viaja. Já o turismo coletivo ou de grupo é organizado por um operador turístico ou agência de viagens, incluindo normalmente pacotes de tudo incluído para todos os que viajam através deles;

1.1.3 - Tipos de turismo

O turismo é classificado de acordo com várias tipologias, existindo assim, vários tipos de turismo. Ledhesma (2018) encontrou na sua pesquisa 41 diferentes tipos de turismo e agrupou-os em quatro grupos, depois estes quatro grupos são ainda subdivididos em 4 subgrupos, conforme visível na tabela 1 e que vai servir de estudo a este subcapítulo.

Tabela 1: Diferentes tipos de turismo de acordo com a intenção do turista.

1. Corporal	Saúde Gestação Sexual Ativo	Médico Bem-estar De parto Aborto De aventura Desportivo
2. Intelectual	Religioso Educativo Gastronómico Virtual	Artístico/patrimonial Congressos Idiomático Científico
3. Material	Transferência Negócios/Empresarial	Compras Vendas Troca

	Luxo	
4. Ambiental	Natureza Social Morte Astro-espacial	Etnográfico Solidário Rural Festividades

Fonte: Ledhesma (2018), p. 6

Turismo corporal: a experiência turística tem como objetivo o foco no corpo de quem visita (Ledhesma, 2018).

- a. **Turismo de saúde:** este tipo de turismo é geralmente dividido em duas subcategorias: o médico e o de bem-estar. O primeiro consiste na realização de uma viagem para usufruir de tratamentos de saúde (diagnóstico, cirurgia, tratamento) e o segundo na viagem com o objetivo de obter uma “saúde plena e atingir uma sensação de bem-estar” (Ferreira, 2013; p,30). Brito (2015) acredita que esta tipologia de turismo (turismo de bem-estar) está relacionada com o estilo de vida cada vez mais adotado que consiste numa maior preocupação da parte da população em geral com a “saúde física e mental e que procuram aliar a melhoria do seu bem-estar às experiências turísticas que vivenciam (Brito, 2015; p.36);
- b. **Turismo de gestação:** este turismo aparece cada vez mais ligado a uma tipologia que surge da necessidade de cuidados que não se encontram em todos os países ou em cujos países existe um impedimento legal para fazer um procedimento. Neste último caso, o turismo de aborto, vem “da necessidade sentida por algumas mulheres que vivem em países onde o aborto é restrito ou completamente ilegal, de se deslocarem para outras regiões ou países onde a prática seja legal” (Bandeira, 2019; p.48);
- c. **Turismo Sexual:** a prática deste turismo emerge dentro de países ou regiões que contem com economias periféricas e tem como mote a exploração de camadas da sociedade mais vulneráveis. A exclusão social, o desemprego e a baixa escolaridade são fatores que agravam a existência do turismo sexual.

Apesar destas regiões não terem como principal motivação de visita o cariz sexual, a verdade é que este vai usufruir das infraestruturas turísticas para o seu desenvolvimento (Silva e Ávila, 2010);

- d. **Turismo Ativo:** este turismo é dividido em turismo de aventura e turismo desportivo. O primeiro não tem uma definição única, mas consiste numas “férias motivadas pelo desejo de desfrutar, observar e interagir com a natureza (Correia, 2014; p.50). Já o desportivo tem como foco o papel desportivo nas férias (Correia, 2014), como é o exemplo de viagens para assistir a eventos desportivos ou para participar nos mesmos, o que acontece nos jogos olímpicos, por exemplo.

Turismo Intelectual: o turismo foca-se no intelectual ou no nível sensorial de quem visita (Ledhesma, 2018).

- a. **Turismo Religioso:** não existe um consenso quanto a uma definição deste tipo de turismo, mas há uma “relação quase umbilical entre turismo e religião” (Prazeres e Carvalho, 2015; p.1146), tendo em conta que as visitas com o intuito da religião são muitas vezes o motor económico de determinada região (Prazeres e Carvalho, 2015). O caso mais concreto e bem conhecido em Portugal é o do Santuário de Fátima;
- b. **Turismo Educativo:** tem em conta a observação e a aprendizagem decorrente (Ledhesma, 2018). O autor divide este turismo em quatro subcategorias:
1. Artístico/patrimonial: segundo o autor, este turismo faz o envolvimento com a arte (que poder cinematográfica, literária ou arquitetónica) e o património do local visitado;
 2. Congressos e feiras: os turistas têm como objetivo a visita a feiras e congressos profissionais. No caso português este caso poderá ser aplicado aos eventos como a *Web Summit*, em Lisboa, ou a *QSP Summit*, no Porto, que recebem convidados e oradores de todo o mundo;
 3. Linguístico: quando a principal motivação é a aprendizagem de outra língua no país que a fala;
 4. Científico: a realização deste turismo é feita por parte de investigadores que querem descobrir, estudar, aprender ou gerar novos conhecimentos;

- c. **Turismo Gastronómico:** este turismo é marcado pela importância atribuída à gastronomia enquanto motivação de visita e em que “a incorporação de elementos gastronómicos no contexto do turismo é um processo marcado não só pelos valores culturais e sociais produzidos pelo grupo social em relação às suas próprias práticas alimentares, mas também pela produção de novos significados e representações atribuídos a estas mesmas práticas por outros sujeitos, como turistas e gestores de destinos e empresas turísticas” (Gimenes-Minasse, 2015; p.177);
- d. **Turismo Virtual:** a visita virtual a locais, muitas vezes sem sair de casa ou então numa experiência imersiva como é o caso do museu *World of Discoveries* e a exposição *Porto Legends*, na cidade do Porto. Em casos excecionais, como aconteceu durante a pandemia do COVID-19, muitos foram os museus e locais que ofereceram a experiência virtual das visitas aos espaços. Tal aconteceu no *Machu Picchu*, no Perú, em *Times Square*, Nova Iorque, e na Grande Muralha da China (Forever Young, 2020).

Turismo Material: denominação para o turismo que tem como finalidade a posse de objetos (Ledhesma, 2018).

- a. **Turismo de transferências de mercadorias:** neste grupo aparecem três categorias diferentes (compras, vendas e trocas). Este turismo consiste nas motivações dos viajantes para troca de bens materiais por dinheiro ou vice-versa (Ledhesma, 2018). Estes turistas são atraídos por “preços acessíveis, exclusividade e tecnologias que não encontram no local de origem” (Sousa e Lança, 2016; p.3);
- b. **Turismo de negócios:** estas viagens têm como objetivo a interação entre profissionais, empresas e clientes com o objetivo de encontros de interesse profissional (Stefanini, 2012). O mesmo autor destaca ainda o carácter menos sazonal deste tipo de turismo;
- c. **Turismo empresarial:** consiste nas visitas a empresas e indústrias para se conhecer instalações, métodos de trabalho e pessoal (Ledhesma, 2018);

- d. **Turismo de luxo:** esta definição consiste na realização de viagens por um segmento de turistas com grandes posses económicas que procuram “concretizar uma experiência imaginada e única” (Mangorrinha, 2012; p. 124).

Turismo Ambiental: nesta definição a ênfase está concentrada na ação turística (Ledhesma, 2018).

- a. **Turismo de Natureza:** Ledhesma (2018), considera que este turismo tem em vista a visita a locais conhecidos pelo contacto com as plantas, animais e minerais. Também o divide em três subcategorias:

1. Responsável: também conhecido como ecoturismo ou turismo ecológico, este segmento de turismo tem como objetivo a realização de atividades que para além de serem feitas para a diversão, algumas são feitas para melhorar o meio-ambiente (Ledhesma, 2018).
2. Recreativo: Ledhesma (2018), considera que este turismo é realizado pelo prazer do contacto com a natureza, mantendo a parte do turismo, mas tendo atenção ao máximo para não causar estragos;
3. Negativo: segundo Ledhesma (2018), nem todos os turistas têm o mesmo cuidado com o turismo de natureza e podem mesmo praticá-lo de forma negligente, podendo mesmo afetar de forma direta o meio-ambiente;

- b. **Turismo Social:** é uma experiência imersiva nos destinos, de forma a perceber como vivem os locais de forma mais direta (Ledhesma, 2018). O mesmo autor apresenta quatro divisões neste turismo:

1. Etnográfico: consiste no conhecimento da vida dos locais, implicando conhecer a história do local, ir às suas festas, beber do que bebem e comer os pratos típicos (Ledhesma, 2018);
2. Solidário: turismo cujo único objetivo é a ajuda ao outro. “Este turismo contribui para o combate às desigualdades sociais e permite ao viajante dedicar parte do tempo da sua viagem ao desenvolvimento da região visitada de modo a ter uma maior envolvimento com as comunidades locais absorvendo melhor a cultura local e deixando a sua marca positiva” (ImpacTrip, 2016);

3. Rural: o turista deseja o contato direto com a natureza e a cultura que os remete para um antigamente, como lavrar a terra para a produção de alimento, por exemplo (Ledhesma, 2018);
 4. Celebrações: o turista quer visitar os locais para conhecer as celebrações típicas que são muitas vezes diferentes das que estão habituados e querem vivenciar estas experiência que são, do seu ponto de vista, consideradas únicas (Ledhesma, 2018). Este cenário acontece com as festas dos santos em Portugal, como o Santo António, em Lisboa, o São João, no Porto, e o São Pedro, na Póvoa de Varzim;
- c. **Dark Tourism:** é mais um conceito que não reúne consenso devido à “diversificação das oportunidades de oferta neste segmento” (Liberato et al., 2018; p.5). No entanto, a única certeza é que este não se encontra apenas ligado a acontecimentos mórbidos. Estes turistas têm curiosidade relativamente a locais onde tenham decorrido tragédias (Liberato et al., 2018);
- d. **Turismo do universo:** põe em relação o interesse turístico e a astronomia (Honorato & Violin, 2020) e é dividido em turismo astronómico e espacial. A motivação pela observação dos astros cresceu em destinos como Nabta Playa, Stonehenge, Machu Pichu e as Pirâmides de Gizé (Honorato & Violin, 2020). O turismo espacial já é um fenómeno bem mais recente que tem como objetivo a visita ao espaço (Ledhesma, 2018).

Já Cunha (1997), não apresenta tantos resultados na sua pesquisa, mas não coloca de lado a existência de mais tipos e turismo. De acordo com o autor, “a identificação dos tipos de turismo resulta das motivações e das intenções dos viajantes, podendo selecionar-se uma enorme variedade, dada a grande diversidade dos motivos que levam as pessoas a viajar” (Cunha, 1997; p.23). A partir desta afirmação, apresenta sete tipologias do turismo:

1. **Turismo de recreio:** a intenção do viajante prende-se com a curiosidade por algo novo, ou seja, diferente do habitual, que lhe quebre a rotina;
2. **Turismo de repouso:** é praticado muitas vezes por quem procura relaxar ou tratamento para combater o *stress* do dia-a-dia;

3. **Turismo cultural:** os viajantes têm a intenção de, para além de quererem conhecer algo novo, aprender e conhecer outras populações. Neste turismo pode ser acrescentado o turismo religioso;
4. **Turismo desportivo:** o autor divide esta tipologia em dois, pois existem as atitudes ativas e as passivas. As ativas dizem respeito aos visitantes que têm como objetivo participar em atividades desportivas e as passivas aos visitantes que apenas vão assistir às atividades desportivas, como é o caso de competições internacionais das diversas modalidades;
5. **Turismo de negócios:** cresceu devido à maior internacionalização das empresas e das economias e define-se pela necessidade da deslocação para fazer negócios ou para reuniões, estando muitas vezes desprovido de serem viagens turísticas devido ao seu grau de obrigatoriedade de fazer a viagem por questões profissionais;
6. **Turismo político:** estas movimentações têm carácter esporádico ou regular. No carácter esporádico, compreende-se cerimónias que acontecem com menos frequência e no regular tem-se o exemplo de cimeiras e reuniões da União Europeia, por exemplo;
7. **Turismo étnico e de carácter social:** neste turismo estão incluídas as viagens dos emigrantes e descentes a casa, as viagens de visita de amigos e até as viagens de lua de mel.

1.2 – Território

Desde que há memória que é importante a definição de fronteiras para se delimitar um território. Em Portugal, após a formação do reino por parte do rei D. Afonso Henriques, e a reconquista do território que se encontrava ocupado pelos muçulmanos, por exemplo, desde cedo que reis e governantes foram obrigados a definir as fronteiras que separavam o nosso país de Espanha. Com o país vizinho dividido em vários reinos, o primeiro rei de Portugal, viu em 1143, o tratado de Zamora definir Portugal como reino independente de Leão e Castela. A questão fronteiriça sofreu mais algumas alterações e ainda hoje é alvo de contestação relativamente aos territórios de Olivença que alegadamente nunca terão sido devolvidos por Espanha a Portugal. As fronteiras como as conhecemos só ficaram definidas no século XIX, mais concretamente em 1894, pelo Tratado de Lisboa (Castro, 2011). Ainda que muitos séculos depois do começo da

definição do território português e espanhol, esta questão desapareceu com a abolição das fronteiras consolidadas no Tratado de Schengen ao qual Portugal e Espanha aderiram.

No entanto, a definição de um território vai para além de uma perspetiva histórica ou política, envolvendo também questões económicas e culturais de forma a existir uma transição da conceção de “espaço fixo e material” para umas conceções que “valorizam a pluralidade (...) das formas de apropriação do espaço, considerando as territorialidades e dimensões relacionais” (Silva, 2019).

O conceito de território envolve assim uma população que nele tem domínio e posse e que é utilizado na Geografia para se referir a um Estado nacional (Calvente, 1999). A sua conceção é então o produto da intervenção de vários atores sobre um determinado espaço e o seu planeamento é formado por políticas que “estabelecem ou modificam o ordenamento territorial” (Silva, 2019). Em suma, um território é um espaço ordenado e planeado por políticas onde há uma população que nele habita que corresponderão aos nacionais, ou aos que lá habitam e do Estado a que o território pertence.

1.2.1 - O território no turismo

“O conceito de território tem importância fundamental para o entendimento de um dos aspetos do fenómeno turístico: o seu impacto sobre a população” (Calvente, 1999; p. 36).

Ora o mote desta investigação é o impacto social do turismo no Porto o que, no capítulo da análise de resultados, se irá ver de que forma esta população é impactada, positiva ou negativamente, do que advém da atividade turística.

Do que já foi visto na definição de território, é importante perceber que este é ocupado por uma população e que depois de definidas fronteiras é subsequentemente definido o território como pertencente a um Estado. Continuando a linha de raciocínio da definição histórica do turismo, os territórios começaram a receber gentes de outros (territórios) mesmo que fosse para fazer compra ou venda de produtos, devendo-se muito este fenómeno turístico principalmente ao comércio. Passando alguns séculos, e tendo em conta os fenómenos supramencionados para o desenvolvimento do turismo, este atingiu outros fins que não a comercialização.

Ora o turismo é feito num determinado território que após o desenvolvimento desta atividade passa a ser turistificado (Ribeiro, 2017). Esta turistificação provoca alterações na organização do espaço, impactando socialmente e ambientalmente as diversas povoações que sobre ele têm “domínio e posse” (Calvente, 1999; p.29). Lemos et al. (2006) acrescenta mesmo que “o turismo (...) age desterritorializando/reterritorializando e produzindo novas configurações geográficas. Fratucci (2014) completa o último raciocínio, afirmando que “a partir dessa ação primeira do visitante (turista), os demais agentes sociais envolvidos por ele e para ele, vão se apropriando de trechos do espaço e criando os seus territórios, também predominantemente a partir de lógicas de apropriações reticulares” (Fratucci, 2014; p.92).

Em suma, o território compreendido para uma população sofre alterações quando faz uma abertura ao turismo e essas alterações têm impactos quer sociais, culturais, económico ou mesmo ambientais nessa mesma sociedade. Este novo território turístico “é uma composição de territórios construídos por cada um dos agentes responsáveis pelo acontecer do fenómeno turístico e não apenas pelo território em que ocorre a atividade” (Silva, 2019; p.28).

O avanço do turismo fez disparar os preços das habitações devido à procura e à oportunidade que muitos viram de ganhar dinheiro com a atividade. Aconteceu, em alguns casos, que com uma oferta maior do que a procura habitacional, muitas pessoas viram a oportunidade de sair dos centros, vendendo muitas das vezes por preços abaixo do que viria a ser o preço estabelecido para aqueles zonas.

Quando os espaços ou territórios focam-se principalmente em cumprir os desejos dos turistas/visitantes, estes correm o risco de se tornarem artificiais por já não satisfazerem as necessidades reais da população e quando isto acontece dá-se um impacto no social e no territorial, dando origem a um desequilíbrio (Ribeiro, 2017).

Mais uma vez é importante haver um equilíbrio para que a atividade turística e a vida quotidiana das populações possam coexistir sem haver uma sobreposição entre elas e sem que uma prejudique diretamente a outra e tentando obter um lado favorável, especialmente por parte dos residentes. Assim, “se por um lado os aspetos nocivos da

atividade podem ser sentidos de uma forma mais intensa, os novos recortes e formas de funcionamento do território do turismo decorrentes de um processo de gestão compartilhada podem tanto colaborar para revalorização dos aspetos espaciais, territoriais e regionais, como representar a possibilidade de outra forma de desenvolvimento económico” (Silva, 2019; p. 30-31). Fratucci (2014), vai mais a fundo e afirma mesmo que “o turismo pode – e deve – contribuir para processos de desenvolvimento sócio-espacial duradouros, equilibrados e harmoniosos para todos os diversos setores da sociedade contemporânea” (Fratucci, 2014; p.94).

1.3 – O turismo em Portugal

Até chegar ao panorama atual, o turismo em Portugal, sofreu algumas alterações. A nível político conseguiu sobreviver à monarquia, à I República e até ao regime ditatorial que durou de 1928 até 1974. A nível económico destacam-se os períodos que se seguiram às Grandes Guerras (1914-1918 e 1939-1945), a crise petrolífera de 1973 e ainda a entrada de Portugal na CEE, em 1986. Neste capítulo irá ser apresentado um pouco da história da atividade turística no nosso país e ainda o panorama mais atual em vigor nos últimos anos.

1.3.1 – A história do turismo em Portugal

Cunha (1997) estudou a história do turismo em Portugal e, a partir daí, conseguiu dividi-la em quatro etapas distintas de acordo com o crescimento do ser-humano. A primeira foi classificada como a infância, que foi desde 1900 a 1950, a segunda a adolescência, indo de 1950 a 1963, a terceira a maioridade, de 1963 a 1974, e quarta como a maturidade que começa a partir de 1974.

Num outro estudo mais recente, o mesmo autor, atribui que o pensamento da criação da atividade turística em Portugal deu-se ainda no século XIX. Almeida Garrett, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão já escreviam sobre as suas viagens, mas foi Alexandre Herculano quem equacionou o impacto económico que poderia ter na sociedade portuguesa e alguns anos mais tarde, Anselmo de Andrade, ministro da fazenda, concordou com o escritor, sobretudo devido ao desequilíbrio da balança das contas externas portuguesas (Cunha, 2010).

Segundo Cunha (1997), o turismo português pode ser descrito nas seguintes quatro etapas:

- **A infância do turismo em Portugal (1900-1950)**

Se Portugal pretendia afirmar-se no mercado internacional do turismo, era necessária a criação de um organismo para se ocupar apenas desta atividade. Assim, em 1911, nasce aquela que viria a ser considerada a primeira organização oficial do turismo português: a Repartição do Turismo. Esta organização fazia parte integrante do Ministério do Fomento, tendo sido criada depois do IV Congresso Internacional de Turismo, realizado em Lisboa, também em 1911, e organizada pela Federação Franco-Hispano-Portuguesa dos Sindicatos de Iniciativa e Propaganda (Cunha, 1997).

No entanto, ainda antes da Repartição do Turismo, a Sociedade de Propaganda de Portugal (SPP) já tinha conseguido efetivamente que Portugal entrasse no panorama internacional do turismo. A SPP, designada também por *Touring Club de Portugal*, foi criada em 1906, ainda em plena monarquia e era uma sociedade privada fundada por “destacadas personalidades da vida portuguesa” que se dividiam em “monárquicos, republicanos, católicos, maçons e jornalistas” e eram unidos pela “o patriotismo como um valor da união em torno da procura de soluções para problemas comuns” (Cunha, 2010; p.132). A SPP era ainda responsável pela “organização de exposições e festas que dinamizassem o turismo estrangeiro e nacional” (Cadavez, 2017; p. 65).

Esta organização ficou conhecida pela ligação ferroviária diária entre Lisboa e Paris no chamado *Sud-Express*, pela obtenção por parte do governo, em 1914, de isenções de impostos e taxas para quem quisesse ter um hotel com um número superior de quartos e ainda pelo lançamento do empreendimento turístico do Estoril (Cunha, 1997).

Contudo, a SPP, perdeu força aquando da criação do Secretariado da Propaganda Nacional já no período do Estado Novo que foi inaugurado oficialmente em 1933. Salazar e o seu regime tomaram consciência da importância de publicitar Portugal como destino turístico ainda nos anos 30 e confiam em António Ferro para ser o impulsionador de tal ideia. Em 1934 organiza-se o I Congresso da União Nacional, o partido único, e em 1936 o I Congresso Nacional de Turismo. Já em 1944 altera de nome

e, cumprindo com os objetivos da anterior organização, surge com o nome de Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (Cadavez, 2017).

- **A adolescência do turismo em Portugal (1950-1963)**

Depois de terminada a Segunda Guerra Mundial, as economias do mundo começam a sua recuperação e com ela surgiam novas oportunidades para o turismo, com Portugal a continuar a aproveitar-se “que as condições climáticas favoráveis, as paisagens, o pitoresco, as condições excecionais das termas e praias e a hospitalidade do povo, permitiam o desenvolvimento turístico” (Cunha, 1997; p.91).

Foi então desde cedo que o turismo português se caracterizava pela oportunidade de explorar ao máximo os 943 km de costa marítima que, juntamente com um clima ameno, proporciona um destino de férias apetecível, nomeadamente pelos povos nórdicos. Ainda que, na década de 50, apesar da grande crise económica que Portugal atravessava, os governantes não vissem no turismo uma atividade que precisava de desenvolvimento por parte do Estado e só mais tarde é que “começou a encarar o setor como de grande interesse para a economia nacional e para a melhoria do reconhecimento externo do país” (Milheiro, 2017; p.494).

Esta consciencialização da governação deu origem, em 1952, a um documento que serviria de base ao desenvolvimento do setor turístico em Portugal e ainda, neste ano, foram criadas 83 zonas de turismo comandadas pelos municípios ou juntas de turismo. Em 1954 começou-se a incentivar o empréstimo de dinheiro pela banca para a abertura de novos negócios hoteleiros, conferindo benefícios a quem contraísse os empréstimos e, já em 1956, o Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo fica a tutelar a atividade e o papel do Estado nela, tendo sido ainda criado o Fundo de Turismo (Cunha, 1997).

Estas medidas foram alavanca para o aumento do fluxo turístico na década de 60 e para que, particularmente, 1964 fosse considerado o ano em que o turismo em Portugal foi verdadeiramente desenvolvido e alvo de interesse político e económico (Cunha, 1997; Daniel, 2010; Gonçalves, 2012).

- **A maioria do Turismo em Portugal (1964-1973)**

Tal como já foi referido, o ponto de viragem para o turismo português foi no ano de 1964. A partir daqui Portugal beneficiou da sua posição geográfica e serviu de destino turístico em que “a consolidação da recuperação económica dos países industrializados afetados pela guerra e o boom económico que se lhe seguiu, permitindo a generalização do automóvel e das férias pagas, associado ao desenvolvimento explosivo do transporte aéreo, estiveram na origem do incremento das viagens ao estrangeiro” (Cunha, 1997; pp. 93-94). Entre 1960 e 1973 passou-se de uma entrada de estrangeiros em território nacional de 514 000, no primeiro ano, para cerca de 4 milhões no último, aumentando também as receitas de cerca de 2 milhões de contos para cerca de 13,5 milhões ainda neste período analisado (Cunha, 1997, citando Lopes, 1964).

Passando a atividade a constar nos Planos de Fomento, é no III Plano (1968-1973) que apresenta papel de destaque na economia portuguesa. É ainda nesta década que constroem os aeroportos do Funchal e do Algarve que já se afirmavam como os destinos turísticos preferidos em Portugal e que deram origem a grandes empreendimentos turísticos nessas regiões, assim como na zona de Troia (Milheiro, 2017).

O Algarve e a Madeira afirmavam-se no panorama internacional do turismo, tendo um aumento de 27 000 camas entre os anos de 1964 e 1973, passando a deter 16% e 9,5%, respetivamente, da capacidade hoteleira do país que se foi transformando, adaptando-se em aldeamentos turísticos, em apartamentos e até em motéis (Cunha, 1997).

Nesta década eram vários os setores de atividade que beneficiavam com o aumento do turismo: fala-se então do setor hoteleiro, o da restauração e o dos transportes (Gonçalves, 2012).

No entanto, também foi neste período que o Estado Novo, que tanto preservava no início o rural, a exploração do termalismo, da boa gastronomia e das belas paisagens, foi trocando o conceito tipicamente português de turismo, pela exploração do “sol, do mar e das praias de areia fina” que só se encontravam no litoral (Cunha, 1997; p. 95).

- A maturidade do turismo em Portugal (1974-)

Anos 70:

O mundo ainda se ressentia da crise energética do ano anterior (1973) e isso teve impacto no turismo não só em Portugal, como nos restantes países. No entanto, o caso português teve outro acontecimento que impactou fortemente as atividades turísticas, políticas e económicas, fala-se do 25 de abril de 1974 (Cunha, 1997; Daniel, 2010; Milheiro, 2017). Este acontecimento, que aboliu a ditadura em Portugal com a tentativa de restabelecer a democracia perdida em 1928, ficou ainda marcado pelo período que provocou, até novembro de 1975, instabilidade política, tendo sido nesta altura que colmatou em definitivo com a instauração da democracia em Portugal, após a iminência de constituição de um regime comunista em Portugal. Com a libertação das colónias, era ainda necessário realojar os milhões de portugueses que lá viviam e que muitos passaram a ocupar os alojamentos hoteleiros até se arranjar uma solução em definitivo, o que provocou, juntamente com o que foi descrito na ideia anterior, uma queda de entrada de estrangeiros em Portugal (Cunha, 1997).

Entre o ano da revolução e 1976 dá-se uma sucessiva alteração da tutela do turismo, havendo mesmo um desinteresse relativamente à atividade, uma vez que não se achava que fosse importante para a economia portuguesa e, devido à instabilidade na formação de governos que não fossem provisórios, havia o preconceito em que o turismo era “encarado como comprometedor para os valores locais”, ainda que para uma facção mais à esquerda o achasse “benéfico para as classes trabalhadoras (numa perspetiva de férias e ocupação dos tempos livres) e como potenciador da fraternidade entre os povos” (Milheiro, 2017; p.495).

Assim que terminou a instabilidade política em Portugal, o turismo voltou a ser encarado como atividade beneficiadora da economia e teve um crescimento quer no turismo interno, quer no externo até que, em 1979, atinge o valor histórico de 46 milhões de contos só de receitas externas, “tendo sido a primeira atividade económica a reagir à recessão consequente à revolução” (Cunha, 1997; p.96). Milheiro (2017) atribui o fenómeno deste crescimento à capacidade que as classes com menos posses

económicas obtiveram para fazer férias, crescendo nomeadamente o número de campistas e caravanistas.

Anos 80:

O início dos anos 80 foi fulcral para o aumento do turismo no país, tendo mesmo Portugal sido um dos países com mais entradas e mais receita relativamente ao turismo (Cunha, 1997; Milheiro, 2017).

Durante esta década houve um verdadeiro *boom* no Algarve a nível imobiliário. A capacidade hoteleira (oficial) quintuplicou devido à construção em massa de empreendimentos turísticos que levaram a “graves desequilíbrios ambientais e ao desenvolvimento de uma economia paralela, por via do crescimento do alojamento não classificado” (Milheiro, 2017; p.496). Houve, portanto, um aproveitamento do fenómeno turístico algarvio que levou a que muitos investissem no setor imobiliário onde só lhes interessava a compra e a venda a curto prazo e que viram no turismo “alternativa para a crise da construção civil que na época se verificava” (Cunha, 1997).

Neste período surgiu uma nova preocupação com a qualidade do produto oferecido, procedendo-se mesmo à requalificação e expansão das unidades de alojamento, assim como o surgimento de um novo tipo de produto para exploração turística em Portugal, o chamado Turismo Rural (Milheiro, 2017). Para a autora, esta preocupação deveu-se ao aumento da procura pelo destino Portugal que, em 1985, ultrapassou a barreira dos dez milhões de visitantes estrangeiros.

Em 1986, no ano da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), foi lançado o Plano Nacional de Turismo que assentava em quatro objetivos (Cunha, 1997):

1. Contribuir para a atenuação dos défices cambiais;
2. Contribuir para atenuar os desequilíbrios e assimetrias regionais;
3. Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses;
4. Contribuir para a proteção do património natural e valorização do património cultural.

No fundo, o que interessava aos governantes era garantir que os impactos económicos e sociais, estes últimos implicados na economia, fossem o mais lucrativo possível para o país e que o impacto ambiental fosse o menor possível. Quer se quisesse quer não, os impactos económicos derivados do turismo iriam ter impacto positivo ou negativo a nível sociológico e ambiental.

Foi ainda devido ao Plano Nacional de Turismo que se procedeu às seguintes medidas (Cunha, 1997):

- recuperado o termalismo que tinha sido abandonado face ao “sol e mar”;
- incentivado o investimento com a criação de financiamentos;
- a criação de escolas hoteleiras, como a do Estoril, Coimbra, Vilamoura e Lisboa;
- a criação do Instituto de Promoção Turística;
- o lançamento do Turismo Rural, já mencionado acima;
- a definição do ordenamento turístico do território;
- a reformulação da legislação da atividade turística.

Anos 90:

Nesta década há uma queda de entradas em Portugal e houve uma inversão no processo turístico: deu-se um aumento da procura interna (Milheiro, 2017). Devido a este fator foi necessária a implantação de novas medidas e de um novo modelo turístico que combatesse a “dependência do produto “sol e praia”, bem como a excessiva concentração da oferta nos destinos Lisboa, Madeira e Algarve, tudo isto a par do problema da sazonalidade e do afunilamento dos mercados e da escassez de mão de obra qualificada” (Gonçalves, 2016; p.103). Este produto turístico tinha por esta altura uma concorrência de peso: Espanha, França, Turquia, Grécia e Tunísia. Tal concorrência alertou os portugueses para a “necessidade de diversificação da oferta” (Daniel, 2010; p.264) para se poder distinguir dos outros mercados que ofereciam melhores condições num produto já muito explorado em Portugal.

Segundo Gonçalves (2016), a nova estratégia assentava nos seguintes quatro pontos:

1. Aumento da qualidade da oferta;
2. Incremento do profissionalismo;
3. Diversificação de produtos;

4. Diversificação de mercados.

No geral, era importante o aumento da oferta que se daria noutros locais que não o Algarve, Lisboa e Madeira, esquecendo um pouco as praias da primeira região mencionada, ao diversificar os produtos oferecidos aos turistas. Turistas estes que deveriam ser recebidos por profissionais qualificados nas então escolas de turismo já equacionadas na década de 80 (e algumas existentes desde os anos 60) e que estes deveriam ser oriundos de outras nacionalidades que não a inglesa e a espanhola.

A partir destes quatro pontos, o turismo rural foi impulsionador para diversificar os produtos oferecidos. Houve uma “expansão da rede de Turismo em Espaço Rural e Pousadas de Portugal, (...) aposta em projetos de revalorização cultural e patrimonial, como as Aldeias Históricas” (Milheiro, 2017; p.496).

Esta viragem no turismo foi financeiramente apoiada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), pelo Fundo Social Europeu (FSE) e pelos programas INTERREG II e LEADER II. Já em 1995, foi criada a Confederação do Turismo Português (CTP) para que, juntamente com as políticas para o turismo, se articulassem para o seu sucesso. Nas Grandes Opções do Plano que discutiu as novas políticas, referenciou-se o Estado como incentivo e apoio ao investimento no turismo. Em 1996, a Direção-Geral do Turismo “divulga o Inventário de Recursos Turísticos do país, contribuindo, sobremaneira, para uma tomada de consciência sobre o potencial da oferta turística portuguesa, mormente no que radica na herança e património cultural” (Gonçalves, 2016; p.103).

Um marco bastante importante no turismo nacional chegou quase no fim da década. Fala-se então da Exposição Mundial realizada em Lisboa para celebrar os 500 anos dos descobrimentos que atraiu milhões de visitantes. Para a realização deste evento, foi requalificada uma parte bastante degradada da cidade que viria a ser chamada de Parque das Nações. Para tal foram construídos pavilhões (Portugal, Conhecimento e Atlântico), um oceanário e ainda uma estação de comboio, a Gare do Oriente. Um investimento que atualmente foi completamente recuperado, tendo em conta que a nova freguesia criada, a do Parque das Nações tem um valor imobiliário bastante superior à média.

A viragem do século:

Com a entrada no novo milénio, o turismo continuou a ser uma atividade com bastante importância na economia portuguesa. Em 2001, o Porto é eleito a Capital Europeia da Cultura, atraindo vários viajantes à cidade nortenha e logo depois, passados três anos, em 2004, Portugal, foi o país escolhido para receber o Europeu de Futebol desse ano, tendo sido considerado o maior evento alguma vez realizado no país. Com o campeonato da Europa a ser disputado de norte a sul do país, os impactos económicos associados à parte turística do EURO2004 foram bastante importantes. Segundo Delalande et al. (2004), só na região norte, o consumo turístico, foi de aproximadamente 20 milhões de euros, com os alojamentos e restauração a absorver cerca de 2% do impacto geral do evento. O número de dormidas de estrangeiros no norte de Portugal, ainda segundo os mesmos autores, teve um aumento de 70%. No total, a nível nacional, as receitas turísticas totais foram de cerca de 104 milhões de euros, com a zona de Lisboa e Vale do Tejo a ter a despesa média diária de turistas mais elevada do país, garantindo uma maior taxa de crescimento neste período (Delalande et al., 2004).

O turismo consolidava-se como atividade de extrema importância para a economia portuguesa e para o desenvolvimento regional, assim como para os impactos que tem noutros setores (Milheiro, 2017).

Ainda no ano de 2004, é criado o Instituto de Turismo de Portugal (agora apenas conhecido por Turismo de Portugal) que “agregou as funções de apoio ao investimento cometidas ao antigo Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo e as funções de promoção externa” (Milheiro e Santos, 2005). O Turismo de Portugal, tal como a autoridade turística nacional, faz parte do Ministério da Economia e Transição Digital e agrega a promoção, a valorização e a sustentabilidade do turismo. As principais missões, segundo a própria instituição, são:

- A promoção de Portugal como destino turístico;
- O desenvolvimento das infraestruturas turísticas e investimento no turismo;
- A formação dos recursos humanos;
- A regularização dos jogos de fortuna ou azar.

Em 2005 é elaborado o Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) que está dividido em cinco eixos (Daniel, 2010):

1. “Território, Destinos e Produtos”: este eixo consta no desenvolvimento de novos produtos e novas regiões de atração turística, nomeadamente os Açores, a região do Alqueva (o maior lago artificial da Europa), do Douro, Litoral Alentejano, o Oeste, Porto Santo e ainda a Serra da Estrela. Os produtos que podem ser explorados dizem respeito à gastronomia, à saúde e bem-estar, ao turismo de natureza, ao turismo náutico e ainda ao turismo residencial;
2. “Marcas e Mercados”: consiste no desenvolvimento da marca “Portugal Turismo” e *Allgarve*;
3. “Qualificação de Recursos Humanos”: preocupação com a qualificação dos profissionais do turismo;
4. “Distribuição e Comercialização”: um dos pontos é a criação de uma plataforma online para divulgar destinos portugueses;
5. “Inovação e Conhecimento”: prende-se com o desenvolvimento tecnológico e científico para melhores resultados e conhecimentos na área do turismo.

Segundo Daniel (2010), este plano dá um passo importante para combater a sazonalidade do turismo já muito explorado em Portugal, nomeadamente o do Algarve que assenta muito na exploração do sol e do mar, ou seja, num turismo que acontece maioritariamente no verão.

1.3.2 – A atualidade do turismo em Portugal

Segundo o Turismo de Portugal, e tendo em conta os dados mais recentes disponíveis, ou seja, de 2018, Portugal, foi nesse mesmo ano o 12^o destino mais competitivo do mundo e ocupou a 17^a e a 20^a posição a nível mundial em chegada de turistas e em receitas turísticas, respetivamente (Romão, 2018).

De acordo com o mesmo estudo, em 2018, a atividade turística contribuiu 8,3% para o PIB, 18,7% para as exportações globais e 51,1% para exportações de serviços, o que significa que o “turismo continua a reforçar a importância do setor na economia,

mantendo-se como principal setor exportador” (Romão, 2018; p.3). Para comprovar esta afirmação, apresentamos os principais resultados que comprovam o crescimento ainda no ano de 2018:

- Um aumento de 5,4% dos hóspedes, fazendo um total de 25,2 milhões;
- Um aumento de 3,5% das dormidas, gerando 67,7 milhões;
- A sazonalidade foi de 36,7% com uma queda de 0,3%, o que neste parâmetro é positivo, tendo em conta que a diminuição da sazonalidade significa que Portugal não é apenas visitado em determinada época do ano;
- Houve um aumento de 1028 estabelecimentos, de 9379 quartos e de 20320 camas;
- As receitas turísticas tiveram um aumento de 8,3%, perfazendo um total de 16,8 mil milhões;
- O REVPAR aumentou em 1,2€, subindo para 47,9€;
- O número de passageiros desembarcados subiu 6,8% e o total foi de 27,4 milhões;
- Os proveitos globais tiveram 8,3% de crescimento, num total de 3,9 mil milhões e os proveitos de aposento tiveram um aumento de 9,3%, com o total de 3 mil milhões;
- Para o fim, ficaram os números que baixaram e que são negativos, ao contrário da sazonalidade. A taxa de ocupação de cama e de quarto, baixaram 0,9% e 1,5%, representando, 52% e 65%, respetivamente.

Trabalhando com os mesmos dados fornecidos, foram alcançadas 67,7 milhões de dormidas e as principais regiões são o Algarve (30,2%), a Área Metropolitana de Lisboa (25,9%) e o Norte (14,5%), registando os estrangeiros 70,6% da procura global. Ao contrário do que se esperava, o mês que teve o maior crescimento de dormidas foi o mês de março, correspondendo ainda 73,4% do crescimento fora da época alta. Os europeus continuam a ser os responsáveis pela maior parte das dormidas com 81,2%, seguidos da América do Norte com 6,6%, a América do Sul com 6,4%, Ásia com 3,8%, África com 1,1% e Oceânia com 0,8%.

O movimento nos aeroportos também aumentou. Os voos internacionais correspondem a 83,3% da oferta global e 66% da oferta global aconteceu entre abril e

outubro. O aeroporto com mais fluxo foi o de Lisboa (53,6%), seguido do aeroporto do Porto (21,5%), Faro (15,1%), Madeira (6,2%) e Ponta Delgada (3,6%).

Segundo o INE, acompanhando a tendência de subida nos números do turismo, vê-se que, no início do milénio, no ano de 2000, a capacidade de alojamento nas unidades hoteleiras era de 222 958 camas em 1786 estabelecimentos, com o Algarve a concentrar 38,5% da oferta, Lisboa e Vale do Tejo 24,0%, o Norte 12,9% e Região Autónoma da Madeira 10,5%. Neste ano de 2000, a receita nos estabelecimentos hoteleiros foi de 274,2 mil milhões de contos, cerca de 1 367 703 541 milhões de euros, e atingiu-se a marca das 33,8 milhões de dormidas, das quais 24,1 milhões correspondem às dormidas dos estrangeiros, com o Algarve a ser o destino preferido, seguindo-se de Lisboa e Vale do Tejo e a Região Autónoma da Madeira.

Em 18 anos a subida mais considerável está representada nas receitas turísticas. Claro que há mais fatores que podem comprometer esta análise, nomeadamente que em 2000 a moeda oficial em Portugal ainda era o escudo, o que deu numa conversão direta em euros, conversão esta que não deve ter tido em conta a inflação e a desvalorização da moeda. Ainda assim, em 2018, o turismo aumentou para 16,9 mil milhões de euros de receita, mais cerca 11 mil milhões de euros comparativamente com o primeiro ano do novo milénio.

1.4 – O Turismo Urbano

O turismo urbano emergiu ainda na Antiguidade, mais concretamente na Mesopotâmia e Suméria, e tem acompanhado desde há muito tempo um fenómeno urbano, remetendo inclusive para as viagens às grandes cidades europeias nos séculos XVIII e XIX, período de evolução das urbes (Costa & Albuquerque, 2017; Henriques, 2003). As grandes cidades europeias sempre foram polo de atração de visitas e de comércio, daí serem desejáveis para visitar um ponto tão cosmopolita e diferente da tradicional vida no campo de cidades mais pobres.

Cruz & Pinto (2008) acreditam que são várias as disciplinas que estudam o crescimento urbano, indo da Economia à Sociologia, e que os fenómenos que nos permitem compreender o desenvolvimento e ordenamento urbano são os seguintes:

- Comércio;
- Indústria;
- Turismo;
- Globalização;
- Crises económicas e energéticas.

Para os mesmos autores e para Costa & Albuquerque (2017), tal como a definição de turismo urbano, também a própria definição de cidade causa alguma controvérsia. Primeiro porque “uma cidade tem dinâmicas económicas, sociais e culturais, políticas” e segundo porque “há elementos que podem variar na sua realidade” (Cruz & Pinto, 2008; p.5). Os autores apresentam um dos elementos mais básico na constituição de uma cidade: a sua densidade populacional. Os critérios para a definição de cidade variam entre países e em Portugal, por exemplo, é de ter a partir de 10 mil habitantes ou 8 mil eleitores.

O turismo urbano é muitas vezes confundido com turismo de negócios, uma vez que “o turismo de negócios e de congressos se desenvolve sobretudo nas cidades, assim como é também um facto que aquele constitui um produto estratégico na oferta turística destas, mas fazer repousar nisso o essencial da atratividade dos destinos urbanos representa um equívoco” (Henriques, 2003; pp 164-165).

Como o turismo “era visto como uma fuga da cidade, abandonar o urbano para regressar ao campo, à serra ou ao mar” (Cruz & Pinto, 2008; p.9), o facto de se fazer turismo numa outra cidade era visto como um fenómeno estranho. Para os mesmos autores, no entanto, a partir dos anos 70 a construção de uma nova imagem que pudesse atrair turistas às cidades, fez com que nos anos 80, o turismo urbano eclodisse. Costa & Albuquerque (2017) apontam os seguintes fatores:

- O turismo de massas teve uma estabilização e os mercados procuraram novas formas de crescimento;
- A essência e as origens do turismo já supramencionadas neste ponto da dissertação;
- O turismo como é feito de consumidores, estes estão maioritariamente nos centros urbanos;

- A menor sazonalidade, pois permite ser uma alternativa ao turismo de “sol e mar” e a mais elevada despesa média do visitante;
- O turismo urbano é visto como como uma alternativa ao crescimento económico das cidades;
- Pode permitir o desenvolvimento regional;
- É nos centros históricos urbanos que se localizam as principais atrações;
- Forte investimento na reabilitação dos centros históricos, assim como na sua proteção.

Esta relação entre turismo e o espaço urbano é benéfica para ambos os desenvolvimentos, uma vez que “o setor do turismo beneficia com a diversidade de recursos e atividades existentes nos espaços urbanos (...) tal como estes espaços urbanos beneficiam de melhores perspetivas de investimento na requalificação urbana e de melhoria das condições de vida da população diretamente resultantes do potencial e dos contributos sociais e económicos do setor do turismo” (Costa & Albuquerque, 2017; p.414).

Falcão (2000) acrescenta que “o investimento no turismo urbano é normalmente muito complexo na medida em que envolve o desenvolvimento de infraestruturas, precauções ambientais, melhoramento de imagem, adesão da comunidade”, entre outros fatores (Falcão, 2000; p.64).

1.4.1 – O turismo Urbano em Portugal

Cruz & Pinto (2008) acreditam que “em Portugal, as primeiras cidades correspondiam apenas às sedes de diocese”, e que no período da Idade Média “apenas nove povoações possuíam este estatuto: Braga, Porto, Viseu, Lamego, Guarda, Coimbra, Lisboa, Évora e Silves” (Cruz & Pinto, s/data; p. 4). No entanto, a atribuição foi alterando-se devido a questões económicas, demográficas ou religiosas e, a partir de 1974, ano da revolução de abril, deu-se a maior atribuição de estatuto de cidade a um grande número de povoações que até 2008, eram 150 (Cruz & Pinto, 2008). No entanto, segundo o Pordata, em 2019, eram já 159 as cidades em Portugal.

No nosso país, Lisboa e Porto são as cidades que representam a maior expressão do turismo urbano pela “diversidade de atividades, atrativos, equipamentos,

infraestruturas e transportes presentes nestes territórios” (Costa & Albuquerque, 2017; p.414).

Apesar disso, “a conquista do espaço urbano pelo turismo tem sido constatada em cidades de grandes dimensões como Paris, Londres, Roma ou Lisboa, mas outras de menor dimensões como o Porto ou Coimbra, tentam cativar e desenvolver as suas potencialidades turísticas nomeadamente através do aproveitamento das frentes ribeirinhas que revelam ser locais adequados para o desenvolvimento de quarteirões com funções predominantes de índole turística” (Falcão, 2000; p.63).

Tendo por base os últimos dados disponíveis no PORDATA, correspondendo ao ano de 2018, Lisboa era a cidade com o maior número de alojamentos turísticos com cerca de 59 430, seguida de Albufeira e Funchal (aqui as últimas duas, já sob o produto turístico de sol e mar) e só em quarto lugar aparece a cidade do Porto com cerca 19 900 alojamentos. Já nos proveitos com os alojamentos, a ordem mantém-se igual. Lisboa aparece em primeiro lugar, com cerca de 966 mil euros, e o Porto em quarto, com cerca de 253 mil euros.

Contudo, Dias (2010) coloca em causa as estatísticas do turismo recolhidas em Portugal, na vertente do alojamento. O autor revela então três pontos em que tais estatísticas podem não corresponder a 100% da realidade. São estes:

1. O consumo turístico não corresponde só ao alojamento e, como tal, a mobilidade turística não depende só dele;
2. As unidades de alojamento que apenas detenham, por exemplo, determinada característica, como só haver um hotel de 5 estrelas na cidade, estas não necessitam de passar os dados ao INE;
3. A informação dada ao INE só corresponde à pessoa que faz a reserva e não a todos que a acompanham.

Assim, “as estatísticas do turismo urbano afastam-se substancialmente da realidade, e não podem servir sequer como referência para a definição dos critérios de amostragem nos estudos que têm como objetivo aprofundar o conhecimento do perfil dos turistas/visitantes de uma dada região ou cidade” (Dias, 2010, p.177).

Segundo o Turismo de Portugal (2019), com os mais recentes dados disponibilizados, o Aeroporto do Porto registou, também em 2018, um desembarque de 5,9 milhões de passageiros, com 66,5% do fluxo nos meses entre abril e outubro e registou um crescimento global de 10,6%, superior ao crescimento nacional de 6,8%. Já no Aeroporto de Lisboa, houve cerca de 14,6 milhões de passageiros desembarcados, com 65,1% do fluxo nos meses compreendidos entre abril e outubro, e registou um crescimento global de 9%, inferior ao valor registado no Aeroporto do Porto, mas ainda assim superior ao número nacional já mencionado.

Costa (2013), baseando-se na divisão do turismo no Norte, divide Porto, Minho, Douro e Trás-os-Montes pelos produtos turísticos que mais sobressaem. Neste exemplo, a zona do Porto é a que se destaca pelo Turismo Urbano e Turismo de Negócios, enquanto que as restantes primam por um Turismo de natureza, de gastronomia e ainda por um Turismo histórico-cultural, sendo este último comum a todas as regiões mencionadas.

No entanto, sob o mote do turismo urbano, o que vai ser mais focado nesta dissertação vai ser o turismo na cidade do Porto, de forma a tentar compreender a relação entre a visão dos residentes e a visão dos números que nos são apresentados pelas entidades oficiais. No ponto seguinte, irá ser abordado a questão do turismo na cidade e só depois da revisão da literatura, vai ser estudada com mais profundidade esta relação.

1.5 – O Turismo no Porto

1.5.1 - Como tudo começou

O turismo na cidade do Porto é um fenómeno pensado há já alguns anos e tem como principal ponto de atração o centro histórico da cidade, isto porque “os centros históricos da cidade representam vivências urbanas, com séculos, cujo legado cultural se foi adaptando ou, resistindo a fatores económicos, sociais e históricos” (Tavares et al., 2018; p.50).

O centro histórico do Porto passou por várias transformações até chegar ao ponto em que se encontra atualmente. Falcão (2000) enumera no seu estudo as várias etapas de crescimento do Porto e a crescente preocupação da reabilitação do centro histórico para um local turístico.

Para o autor, o século XIX foi decisivo para a industrialização da cidade do Porto e para a sua população que aumentou sobretudo com pessoas vindas dos meios rurais para trabalhar nas fábricas em que a classe burguesa ia investindo. A isto juntaram-se vários outros fatores para que a cidade se começasse a desenvolver. “O desenvolvimento dos transportes marítimos e ferroviários que nesse século foi significativo repercutiu-se na cidade tendo-se construído duas pontes em ferro, de modo a satisfazer o crescente tráfego entre a cidade e a margem esquerda do rio Douro” (Falcão, 2000; p.66).

1.5.2 - A consciencialização à abertura ao turismo

Segundo Falcão (2000), a Câmara Municipal do Porto foi responsável pela elaboração de “Planos de Melhoramento” que hoje são conhecidos por todos como Plano Diretor Municipal.

Nestes planos constariam, como o próprio nome indica, pontos a serem modificados e melhorados no Porto e, em 1915, surge pela primeira vez, por Barry Parker, um projeto para a remodelação do centro da cidade, mas em 1932, Ezequiel de Campos, já prevê, devido à degradação da parte mais antiga da cidade, a “necessidade do seu completo arrasamento”, deixando “apenas algumas igrejas e edifícios respeitáveis (Falcão, 2000; p.67). Apesar desta medida drástica prevista, foi ainda coincidente com a organização de “vários atos públicos, como o I Congresso Nacional de Automobilismo e Avião Civil, que teve lugar (...) em 1935”, mostrando assim a já crescente importância do turismo para o desenvolvimento do Porto (Falcão, 2000; p.67).

Já entre 1938 e 1943 foi pensada “a necessidade de se criar uma “Zona de Turismo”, onde se integraria a futura “Zona de Desportos” que constituía na “construção de uma piscina de água salgada, de um Casino e de um Hotel de grandes dimensões de modo a valorizar a franja litoral” (Falcão, 2000; p.68).

30 anos depois da consciencialização do aproveitamento turístico, em 1962, no Plano Diretor da Cidade, já houve “a necessidade de melhorar o acolhimento dos turistas aumentando o número de quartos, implementar os cuidados estéticos com o património, renovar o tecido urbano, nomeadamente eliminando as ilhas, (...) e a organização de circuitos turísticos explorando as partes mais significativas da cidade” (Falcão, 2000; p.69). Segundo o mesmo autor, tais circuitos “demoliam” várias

habitações e para isso era necessário realojar essa população nos bairros sociais que começavam a surgir. Esta proposta foi então rejeitada porque esta área foi há muito ocupada pela população que “estendeu-se na encosta soalheira que ia das areias do rio até ao morro da Penacova” (Falcão, 2000; p.71).

1.5.3 - O centro histórico

O centro histórico do Porto está classificado desde 1996 pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade e inclui uma área de 50 hectares, divididos pelas antigas freguesias de Cedofeita, Miragaia, Vitória, Sé, São Nicolau e Santo Ildefonso (Santos et al., 2017).



Figura 1: Centro Histórico do Porto visto da Sé. Fotografia pessoal.



Figura 2: A Sé do Porto. Fotografia pessoal.

Como já foi visto no ponto anterior, o centro histórico era visto como uma zona que, para uns era importante manter e reabilitar e para outros um “estorvo” que era necessário demolir uma boa parte dos edifícios habitacionais.

Estas demolições estavam em cima da mesa devido à degradação que as habitações iam sofrendo ao longo dos anos o que tornava esta zona pouco apetecível para visitar. Nos anos 60 e 70 esta degradação “expulsou” a população destas zonas devido à falta de condições de habitabilidade (Santos, 2012).

Segundo Falcão (2000), o abandono do centro histórico deu-se ainda nos inícios do século XX. Para o autor, este fenómeno deveu-se aos seguintes acontecimentos:

- O trânsito do tabuleiro superior da ponte D. Luís foi desviado para o interior da cidade onde o comércio se foi desenvolvendo (Falcão, 2000);
- O funcionamento da Estação de São Bento, bem próxima da Avenida dos Aliados e do “novo” polo de atração da cidade;
- A construção do Porto de Leixões que desviou o movimento marítimo do Cais da Ribeira;
- A mudança da localização das indústrias para a periferia (Falcão, 2000).

Este abandono do comércio e das indústrias da zona mais histórica da cidade fez com que a própria população quisesse também ir viver para junto das indústrias, tendo em conta que, como já foi visto, a mudança para aquele ponto da cidade, deve-se à proximidade com as mesmas. O abandono habitacional foi provocando a degradação de prédios outrora ocupados e a sua subsequente demolição ao longo dos anos.

Para a sua recuperação, a Câmara Municipal do Porto tomou algumas iniciativas de reabilitação públicas e privadas já desde 1974 até 2014, e criou, em 2004, o projeto chamado Porto Vivo que tem os seguintes objetivos (Santos et al., 2017):

1. Salvaguardar o património habitacional;
2. Promover o conforto contemporâneo nas habitações mais antigas;
3. Respeitar o ambiente;
4. Proceder ao cuidado de salvaguardar as pessoas, a identidade, a cultura, o modo de vida e a saúde com as recuperações de edifícios, tendo em conta que respeita ainda o facto de a área ser Património Cultural da Humanidade;
5. Regulação de funções para o *mix* de atividade que podem advir da reconstrução.

Os mesmos autores, referem seis fatores que podem ser oportunidades ou desafios para o centro histórico do Porto:

1. A degradação dos edifícios, mesmo depois da sua recuperação;
2. O envelhecimento da população residente;
3. O sistema jurídico e institucional complexo com vários atores e entidades;
4. A estrutura de negócios obsoleta, incapaz de atrair clientes, excetuando alguns negócios como os vocacionados para o turismo e a restauração;
5. A área ainda é vista como insegura;
6. O crescimento do turismo nos últimos 20 anos.



Figura 3: Centro histórico do Porto. Fotografia pessoal.

Tavares et al. (2018), no seu estudo sobre o património no centro histórico do Porto, encontrou um fator que ajuda a explicar o abandono e a degradação habitacional, atribuindo aos proprietários que não estão dispostos à reabilitação dos edifícios que são muitas das vezes arrendados, fazendo com que a população desapareça. Outro aspeto apresentado, prende-se com as dimensões das habitações que rondam, segundo os autores, os 71m² em comparação com a média nacional de cerca de 109 m².

Ora se se torna incompatível para os residentes, poderá ser útil para o turismo. Novamente Tavares et al. (2018), mostra uma compatibilidade entre o edificado recuperado e alojamentos para o turismo, acrescentando mesmo que “se as ações do turismo fossem planeadas por antecipação e o conhecimento sobre a evolução social

da região fosse usado de forma integrada nesse planeamento, não havia a necessidade de tão elevada perda (demolição) de património edificado (...) conseguir-se-ia promover o turismo cultural, com benefícios económicos e sociais a longo prazo para a população local, favorecendo a manutenção da população residente no centro histórico” (Tavares et al., 2018; p.53).

1.5.4 - O Turismo no Centro Histórico do Porto

Ramires et al. (2016) referem que muitas cidades e regiões europeias promovem a sua herança cultural como base da promoção turística, culminando numa importante contribuição para o crescimento da economia. No caso do Porto, para os autores, a classificação do Porto como Património Cultural da Humanidade foi um dos motes para o reforço como destino cultural, assim como ter sido atribuída, em 2001, como a capital europeia da cultura, apontando estes momentos como principais pontos de viragem para um Porto renovado, depois da revitalização do seu centro histórico.

O centro histórico é o local mais antigo da cidade. Aliás, todo o comércio marítimo passava pelo Cais da Ribeira ainda séculos antes da abertura do Porto de Leixões no início do século XX. Estendido desde o morro da Sé até à Ponte D. Luís e entre as ruas e ruelas estreitas que suscitam a curiosidade dos visitantes da cidade, há também a igreja de S. Francisco, o Palácio da Bolsa logo ao lado, a muralha Fernandina, a casa do Infante e ainda muitos edifícios históricos com muitos séculos de existência que são considerados imóveis de interesse público.

Marques et al. (2016), no seu estudo sobre a perceção dos residentes e profissionais do centro do Porto em relação ao turismo, recolheram informações que apontam que o “turismo no Porto está a crescer de forma harmoniosa e que a atividade turística tem uma influência direta na melhoria global do centro do Porto” (Marques et al., 2016; p.45).

Este cenário também vai ser estudado mais à frente nesta dissertação com a recolha de informação através de questionários colocados à população do centro histórico da cidade, de modo que se tenha uma melhor perceção de quem lida diariamente com o fenómeno turístico.

No caso do centro histórico da cidade do Porto, a reabilitação que tinha vindo a ser realizada ao longo dos anos pode ser percebida como um dos motives de atração turística. Como vai ser mostrado mais à frente neste trabalho, o turismo tem impactos que podem ser positivos ou negativos no património, mas neste caso (no da reabilitação) foi um aspeto positivo, na medida em que para a atração de visitantes, melhorou-se o nível de vida da população. Marques et al. (2016) acrescentam ainda que “a valorização do património urbano, mediante o seu aproveitamento como recurso turístico, oferece novas oportunidades para a recuperação física e socioeconómica das cidades” (Marques et al., 2016; p.48), referindo o outro lado, mais negativo, em que “o aumento do número de turistas e de visitantes nas cidades históricas começa a colocar problemas pontuais de saturação turística, produzindo efeitos negativos, tanto no que diz respeito à própria conservação do património e à qualidade de vida dos residentes (...)” (Marques et al., 2016; p.48).

No entanto, há que haver um equilíbrio entre a presença dos turistas e os próprios habitantes da cidade que, no fundo, é o que os visitantes querem conhecer e visitar, e não visitar polos atrativos onde apenas se veem os restantes turistas. Aliás, a “permanência da população nos centros históricos em articulação com medidas destinadas ao arrendamento e ao apoio à reabilitação são cruciais para manter um equilíbrio e sustentabilidade cultural e social dos territórios sob pressão turística”, e que “o turismo por si só não é uma resposta equilibrada e o controlo da sua pressão territorial e gestão dessa pressão é fundamental para a preservação de valores identitários dos centros históricos” (Tavares et al., 2018; p.56).

- O fenómeno das companhias aéreas *low-cost*

Outro fator, apresentado por vários autores (Abrantes, 2013; Álvarez-Díaz et al., 2019), diz respeito à entrada das companhias *low-cost* em território nacional, nomeadamente no Porto, impulsionando não só o turismo na cidade do Porto em si, mas em toda a região norte de Portugal.

Abrantes (2013) reflete sobre um outro fenómeno que vai ser estudado na secção de Alojamento mais à frente nesta dissertação, os *hostéis*, pondo em evidência a relação

que as companhias de baixo custo possam ter no surgimento destes alojamentos também eles *low-cost*.

Na aviação, Álvarez-Díaz et al. (2019), reconhecem que o aumento deste mercado (*low-cost*) veio beneficiar vários aeroportos, entre os quais o aeroporto do Porto, que apresentou um aumento substancial no número de passageiros, que serve não só a região norte de Portugal, mas também a zona da Galiza, em Espanha, devido à proximidade e ao curto tempo de viagem noutros transportes.

- O perfil dos visitantes da cidade do Porto

Dias (2010), dois anos antes da publicação do seu estudo, recolheu dados sobre a população que visita a cidade do Porto e retirou dele algumas ilações, entre as quais sobre a idade, a formação escolar, o país de residência, a motivação, a duração da estadia e a fonte de preparação da visita:

- No parâmetro da idade, cerca de 70%, correspondem aos intervalos dos 26 aos 60;
- Nas habilitações, cerca de também 70%, tem formação superior, seguindo-se os quase 24% da população com o ensino secundário concluído;
- Quanto ao país de residência, cerca de 20%, correspondendo à maior quota, são residentes em Portugal, depois por ordem decrescente, aparece Espanha, Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Brasil;
- Nas motivações, a maior fatia (cerca de 70%), corresponde ao turismo cultural e com a visita a amigos e familiares em segundo lugar com cerca de 11%;
- A maioria dos visitantes da cidade, correspondendo a 75%, fica em períodos inferiores a uma semana, reforçando aqui o destino como um *city break*;
- Já as fontes de informação para a preparação da visita, aproximadamente 48%, utiliza a internet quer para fazer reservas de estadias e voos, como para conhecer sítios emblemáticos para visitar, 30% utiliza com os amigos e familiares e cerca de 28%, os guias e roteiros.

1.6 – Alojamentos e empreendimentos turísticos

Alojamento é, segundo o dicionário da Língua Portuguesa, uma derivação do verbo alojar que significa “proporcionar local onde residir mais ou menos tempo (a pessoas,

animais, objetos, etc)” e correspondendo o alojamento ao “ato ou efeito de alojar”, assim como ao “lugar onde se aloja” (Dicionário Priberam, 2020).

Desde os primórdios do turismo (como já foi desenvolvido no primeiro ponto deste primeiro capítulo), que é necessário hospedar os visitantes. As hospedarias e as estalagens seriam os primeiros alojamentos encontrados para albergar quem viesse de fora e não tinha onde pernoitar. Segundo Santos (2017), “a história do alojamento temporário perde-se na poeira do tempo” (Santos, 2017; p.2).

Os empreendimentos turísticos são, segundo o Turismo Porto e Norte, “os estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração dispendo, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares” e são divididos em hotéis, Hotéis-Apartamentos e Pousadas (Turismo do Porto e Norte, s/data; p.4).

1.6.1 – Alojamentos Turísticos em Portugal

Os alojamentos turísticos podem ser divididos, segundo o Turismo de Portugal, em:

1. Estabelecimentos hoteleiros: Hotéis, Hotéis-Apartamento e pousadas.
2. Aldeamentos Turísticos;
3. Apartamentos Turísticos;
4. Empreendimentos de turismo de habitação (alojamento local);
5. Empreendimentos de turismo no espaço rural;
6. Parques de campismo e caravanismo.

1. Estabelecimentos hoteleiros:

- **Hotéis:** são fruto da era “moderna e contemporânea” e “símbolo do capitalismo e da sociedade burguesa” que “acompanha as alterações nas estruturas políticas, económicas, sociais e culturais das sociedades” (Santos, 2017; p.2). Segundo o mesmo autor, em Portugal, só as cidades de Lisboa e Sintra auferiam no século XIX de alojamentos denominados por hotéis. Segundo dados do PORTDATA, em 1962, eram 192 os estabelecimentos com essa designação, tendo apenas sido afetado em 1974/75 que se poderá justificar com a instabilidade política de que Portugal era alvo desde a Revolução de Abril, mas que a partir

daí, teve sempre um aumento substancial, chegando a 2018 com 1400 unidades abertas ao público.

- **Hotéis-Apartamentos ou Aparthotel:** são apartamentos que dispõem de todos os cômodos necessários num apartamento dito regular, mas com a vantagem de se localizar num empreendimento turístico. O PORDATA apenas disponibiliza dados a partir de 1973, onde eram 15 os empreendimentos, tendo uma evolução, mas ou menos equilibrada até 2018, onde eram já 152 os hotéis-apartamentos em Portugal.
- **Pousadas:** são um fenómeno que surgiu em 1939 com o “objetivo de criar uma rede de ligações que ocupasse todo o território nacional” (Almeida, 2014; p. 25). A mesma autora adianta que as primeiras seriam em Elvas, São Brás de Alportel, Santiago do Cacém, Alfeizerão, Marão, Serém e Manteigas. A construção das pousadas foi dividida em duas fases de 1942 a 1948 e depois de 1954 a 1987. No PORDATA só há dados a partir de 1966, onde havia 18 unidades deste tipo de alojamento, tendo chegado ao seu máximo em 2001 com 47 unidades. Depois entrou em queda até 2017. Neste momento, o Grupo Pestana faz a gestão de todas as Pousadas de Portugal e, segundo o site do grupo, são 33 as unidades de norte a sul do país, mais as localizadas nas ilhas. Na região do Porto e Norte são 7, no Centro são 4, em Lisboa são 6, no Alentejo 9, no Algarve 4, nos Açores 2 e na Madeira uma (Pousadas de Portugal, 2020).

2. Aldeamentos Turísticos: são “empreendimentos turísticos constituídos por um conjunto de instalações funcionalmente interdependentes com expressão arquitetónica coerente, com unidades de alojamento (...) destinados a proporcionar alojamento e serviços complementares de apoio a turistas e classificados de 3,4 e 5 estrelas” (Turismo do Porto e Norte, s/data; p.6).

3. Apartamentos turísticos: são, para o Turismo do Porto e Norte (s/data), “empreendimentos turísticos constituídos por um conjunto coerente de unidades de alojamento, do tipo apartamento, entendendo-se estas como parte de um edifício à qual se acede através de espaços comuns (...) destinados a proporcionar alojamento e outros serviços complementares e de apoio a turistas e classificados de 3,4 e 5 estrelas” (Turismo do Porto e Norte, s/data, p. 6). Como foi visto na secção do Turismo em

Portugal, uma crise de construção, fez com que os construtores se mudassem nomeadamente para o Algarve, o fez com que a partir do final da década de 80, começasse a existir este tipo de alojamento que apenas teve um pequeno decréscimo entre 2008/2009 (devido à crise) e que em 2018 já contava com 211 apartamentos turísticos.

4. Empreendimentos de turismo de habitação:

- **Pensões e as hospedarias:** são talvez o modelo mais antigo da hospedagem que existe. Nos dados no PORDATA, em Portugal, tiveram o seu auge nos anos 60 e 70, começando com uma queda a partir de 1979, voltando a um crescimento no final dos anos 80/início dos anos 90, a partir daqui entraram em declínio e em 2009 de acordo com o DL nº39/2008, acabaram por ser integradas, de acordo com áreas, em hotéis ou alojamentos locais (Paquete, 2009).
- **Estalagens:** eram conhecidas, em Portugal, nos primórdios do século XIX, como locais com pouca higiene e onde abundavam ratos, piolhos, pulgas e percevejos, e ainda como locais com pouco conforto para receber os viajantes (Santos, 2017). No PORDATA, só a partir de 1966 é que se tem dados destes alojamentos, tendo nesse ano 63, indo vareando ao longo dos anos, tendo alcançado de 2006 até 2008, as 100. Em 2017, último ano com dados, eram só já 10 as estalagens em Portugal, acontecendo o mesmo que aconteceu às pensões, foram agregadas noutras formas de alojamento (Paquete, 2009).
- **Motéis:** trata-se de um estabelecimento hoteleiro situado fora dos centros urbanos e na proximidade das estradas, ocupando a totalidade um ou mais edifícios, com entradas diretas do exterior para os apartamentos/quartos e com um lugar de estacionamento privativo (INE; 1993; p.1). Os dados disponíveis no PORDATA começam no ano de 1973 onde existiam 15 motéis em Portugal, mantendo-se constante até 2012, tendo sido o ano de 2009 o que mais registou unidades abertas (23). Tal como aconteceu com as estalagens e pensões, também os motéis foram agregados a outras unidades de alojamento já existentes (Paquete, 2009).
- **Alojamento local:** é, segundo o Decreto-Lei nº128/2014, artigos 2º e 3º, os alojamentos “que prestem serviços de alojamento temporário a turistas,

mediante remuneração, e que reúnam os requisitos previstos” e que podem ser divididos em moradias, apartamentos, e outros estabelecimentos de hospedagem (Diário da República, 2014). Segundo informação do PORDATA, em 2018 eram 3534, em Portugal os AL e, em 2013, quando surgiram com este estatuto, eram apenas 1051. Todos os outros pontos vistos anteriormente são agora considerados como alojamento local. No entanto, o estudo desta tipologia de alojamentos vai ser revisto mais a fundo no 1.6.2.

5. Empreendimentos de turismo no espaço rural: Estes empreendimentos inserem-se dentro do Turismo de Habitação e no Espaço Rural que, segundo o site oficial da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (2020), é “um conjunto de atividades e serviços realizados e prestado mediante remuneração em zonas rurais, segundo diversas modalidades de hospedagem, de atividades e serviços complementares de animação e diversão turística, com vista a proporcionar aos clientes uma oferta completa e diversificada” (Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2020). A instituição ainda divide os empreendimentos deste turismo em quatro:

1. **Casas de Campo:** imóveis para a prática do turismo rural situados em ambientes rurais, mas que mantêm os traços originais de habitações típicas da região;
2. **Turismo de Aldeia:** quando há uma exploração de cinco ou mais casas pela mesma entidade no mesmo sítio (aldeia ou freguesia) para a prática do turismo rural;
3. **Agroturismo:** a experiência imersiva no dia-a-dia da agricultura de acordo com a autorização do responsável pelo alojamento reservado a este turismo;
4. **Hotel Rural:** hotéis que se situam em espaços rurais que respeitam os traços arquitetónicos locais quer seja pela localização em edifícios restaurados ou na construção de outros de raiz.

Os dados do PORDATA, confirmam que houve um crescimento ao longo dos anos. Em 2018 eram já 1469 os alojamentos e quando surgiram os primeiros dados, em 2013, eram apenas 832.

6. Parques de campismo e caravanismo: No PORDATA estão disponíveis dados desde 1977 até 2018 e no primeiro ano eram 71 os parques com capacidade de albergar 115 200 pessoas. No início do século XXI, em 2000, eram já 203 com capacidade para 151 961 pessoas, sempre com crescimento de ano para ano. Neste novo milénio houve uma oscilação no número de parques, ora subia, ora descia, mas, em 2018 eram 241. No entanto, o que desceu substancialmente foi a sua capacidade, baixando o máximo de cerca de 253 mil pessoas de 2001, até cerca de 190 mil, já em 2018.

1.6.2 - O Alojamento Local (AL) em Portugal

Machado e Viegas (2017) fazem uma retrospectiva na história dos alojamentos em Portugal e concluem que o primeiro contrato de alojamento foi feito em 1867, contribuindo para “a primeira regulação de alojamento retribuída (...) e “o primeiro dever de autoproteção do albergueiro” (Machado e Viegas, 2017; p.97). Segundo estes autores, com o Código Civil de 1966, este contrato termina para dar lugar “a atividade prestada no âmbito da legislação sectorial de regulação de uma atividade económica a que o Estado denominaria como atividade turística” (Machado e Viegas, 2017; p. 97).

Como já foi visto anteriormente, segundo a nova regulação para empreendimentos turísticos, muitos antigos albergues, pensões e hospedarias, deram lugar à designação atual de alojamento local. O crescimento que foi visto no ponto anterior em cinco anos pode-se ter dado também por este fator. No entanto, não é possível negar que o alojamento local é um fenómeno que passou por vários processos e que ele próprio transformou a vida de alguns moradores, nomeadamente dos centros históricos das cidades, como é o caso do centro histórico da cidade do Porto, tema que vai ser discutido noutra capítulo desta nossa dissertação. Para já, a partir da revisão da literatura, é possível perceber que a reabilitação urbana se deu nestes pontos específicos da cidade já tarde e que, a demolição de alguns edifícios, poderia ter sido evitada. Alguma desta reabilitação, como vai ser possível confirmar, deu lugar sim a projetos de alojamento local, mas outra teve como finalidade o regresso dos portuenses ao centro, como vai ser possível perceber através da entrevista realizada no âmbito do presente estudo ao vereador Ricardo Valente do Pelouro da Economia, Turismo e Comércio e do Pelouro da Gestão de Fundos Comunitários na Câmara Municipal do Porto.

Sardinha et al. (2019) corroboram também eles a tese de que graças à reabilitação dos imóveis por parte dos investidores privados, “surgem novas oportunidades de negócio para operadores imobiliários sólidos com intuito de financiar projetos empreendedores de larga escala” (Sardinha et al., 2019; p.33). No entanto, eles próprios têm registado o outro “lado da moeda” do alojamento local: é verdade que há a reabilitação e ocupação dos edifícios mais antigos dos centros, mas estes, por serem polos de atração turística, veem o preço do solo e das habitações a aumentar. Outro senão abordado é a questão da convivência nos mesmos prédios entre turistas e locais. Este senão vai ser aprofundado também nesta dissertação aquando da análise de dados dos inquéritos recolhidos junto da população do centro histórico do Porto.

1.6.2.1 – O AL no Porto

De acordo com o travelBI do Turismo de Portugal à data de 29/05/2020, existiam, na cidade do Porto, 11 163 alojamentos locais, disponibilizando um total de 17 127 quartos e 32 667 camas, tendo em 2017 e 2018, registado 6042 ALAL. Só na União de Freguesias do Centro Histórico (UFCH), antes dividida por Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, estão registados até à data supramencionada, 7858 estabelecimentos, 10 995 quartos e 22 103 camas, correspondendo a 70% dos estabelecimentos, a 64% dos quartos e a 67,8% das camas disponíveis na cidade do Porto.

Na divisão feita por tipologias de alojamento local, encontra-se apartamentos, estalagem/hospedagem, hostéis, moradias e apenas os quartos. Nesta mesma união de freguesias, são 7058 os apartamentos, 359 as antigas hospedarias, 63 os hostéis, 350 as moradias e apenas 19 os quartos.

É, portanto, possível concluir que 70% da oferta de alojamentos locais se encontram no centro histórico da cidade sem, no entanto, conseguir entender em que antigas freguesias se dispõem.

Segundos os censos de 2011 cujos dados estão disponíveis no INE, na cidade do Porto habitavam 237 591 pessoas e na UFCH cerca de 40 440, correspondendo a apenas 17% da população residente em toda a cidade.

Quanto a estes dados disponibilizados, a própria Câmara Municipal do Porto (CMP), encomendou um estudo à Universidade Católica para apurar o impacto dos alojamentos locais na cidade do Porto. Castro et al. (2019), após a análise de dados, apuraram que a pressão corrente do AL nas freguesias do centro histórico é o dobro do que a média da cidade, ainda que a pressão sobre a habitação, ao contrário do que se passava no resto da cidade, nesse mesmo local, seja maior sobre a habitação vazia do que a ocupada, o que os autores concluíram que “houve um investimento na ocupação/reabilitação superior à média” (Castro et al., 2019; p.47). Os dados recolhidos mostram então que o facto de viverem menos pessoas no centro histórico não se pode dever à ocupação das casas já habitadas.

Contudo, a partir da apresentação deste relatório, a CMP aplicou medidas face ao licenciamento de novos AL na cidade. A partir de julho de 2019, houve uma suspensão que se mantém em vigor pelo menos até julho de 2020, de registos de novos alojamentos locais no centro histórico e na freguesia do Bonfim. No entanto, há exceções. Entre elas encontram-se os AL que se localizem em prédio ou frações devolutas há pelo menos 3 anos ou que tenham sofrido obras de reabilitação há pelo menos dois (Vieira, 2019).

1.7 – A Sociologia do Turismo

O crescimento do turismo nas últimas décadas tem sido alavanca para vários estudos que ajudem a explicar o sucesso do fenómeno. Uma das áreas das ciências sociais que foi pioneira no seu estudo foi a Sociologia (Marujo, 2005: p.21). A sociologia é, de modo lato, a ciência que estuda o comportamento humano e “através dos seus métodos de investigação, procura compreender e analisar as estruturas em diversas sociedades” (Marujo, 2013; p.492).

“O turismo, como atividade moderna, é tradicionalmente considerado um fenómeno social. Entretanto, em razão do número de indivíduos que estão direta e indiretamente relacionados com esse fenómeno, o turismo passa a ter dimensões socioeconómicas evidentes” (Araújo et al., 2017; p.8). Os autores revelam assim a importância do estudo do turismo como fenómeno social e os seus impactos na vida de uma sociedade que vai ser marcada sobretudo pelas mudanças a nível social e a nível económico.

Num outro estudo, intitulado “A Sociologia e o Turismo”, Marujo (2005) vai mais a fundo na explicação, na medida em que a “interdisciplinaridade ou a multidisciplinariedade do turismo transporta-nos para definições e explicações que envolvem a Sociologia, a economia, a psicologia, a história, a antropologia, a geografia e outras ciências fundamentais ao seu estudo (Marujo, 2005; p.21). A autora defende que “se a sociologia é a ciência que estuda os fenômenos sociais e as mudanças produzidas na sociedade, o turismo pode ser compreendido como um fenômeno social” (Marujo, 2005; p. 26).

O estudo de Cohen (1984) foi fonte de informação para muitos investigadores da área e também ele corrobora que a sociologia do turismo é uma disciplina em ascensão que se preocupa em estudar as motivações e o papel dos turistas, as relações entre turistas e visitantes, o impacto na sociedade residente do país visitado e a estrutura do sistema turístico, sendo estas quatro as áreas de estudo da sociologia do turismo.

Dall’ Agnol (2012), também reitera que a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia deram mais atenção do que as outras áreas ao impacto do turismo (ou as mudanças) provocadas nas “comunidades receptoras”.

No entanto, o que vai ser estudado nesta dissertação é este impacto na sociedade residente, motivo pelo qual o foco nesta área ser maior.

Como afirma Marujo (2013: p. 490), “o turismo exerce, cada vez mais, um papel socializador dentro de uma sociedade. Ele permite o encontro entre seres humanos de distintas culturas e contribui, em muitos casos, para as mudanças sociais e culturais de uma região ou país”.

Contudo, são estas mudanças sociais e culturais o motivo de tanta discórdia dentro das sociedades visitadas e que, muitas vezes, afeta a forma como os turistas são recebidos, passando uma ideia errada acerca da hospitalidade de determinada região ou de determinado país, caso se estenda a uma maior escala.

Aires et al. (2010) acrescenta mesmo que os serviços são um dos principais produtos da indústria turística, não se podendo pensar no turismo “sem pensar no contato pessoal e na relação entre os humanos” (p. 41).

A relação entre turistas e locais é, maioritariamente, baseada na remuneração. Isto porque das vezes que interagem, muitas delas, é num restaurante, num hotel ou mesmo numa loja onde existe um pagamento da parte do visitante pelo serviço prestado (Cohen, 1984).

Esta relação interfere no conceito de hospitalidade que se “assume como uma forma de relação humana baseada na ação recíproca entre visitantes e visitados e sempre que as pessoas se relacionam, mesmo para a realização de atividades práticas ligadas a receber ou visitar alguém ou local, o relacionamento vai depender dos valores daqueles que estão interagindo” (Aires et al., 2010; p.41). Sobre esta relação, Cardona (2014), considera também importante estudar as atitudes face ao turismo do lado dos residentes, mas também do lado dos turistas, uma vez que são os dois que interagem nos destinos turísticos, sendo as suas perceções e atitudes que se encontram interrelacionadas.

Neste campo, Cohen (1984) é da opinião que, de acordo com a evolução do turismo, os locais tornaram-se incapazes de avaliar os turistas individualmente, fazendo um juízo de valor étnico sobre comportamentos. Estes, sejam bons ou maus, vão influenciar o modo como os residentes acolhem os estrangeiros que visitam. Para ser bem recebido perante a comunidade esta “deverá em primeiro lugar ser percebida como hospitaleira pelos que a ela pertencem” (Aires et al., 2010; p.42).

Com sociedades tão diferentes a nível de cultura, idioma, condição social e forma de pensar, é inevitável o choque a nível sociocultural (Aires et al., 2010). Estes impactos podem ser reduzidos ou minimizados caso se consiga fazer um planeamento de acordo com as perspetivas de ambos os lados (Scalabrini et al, 2017). Dall’Agnol (2012) tem a mesma opinião e, segundo a mesma, “é de fundamental importância conhecer as perceções e atitudes dos residentes em localidades turísticas acerca dos impactos gerados pelo turismo em seus lugares de residência”, completando que esta opinião é indispensável para planear e desenvolver localidades, tendo em conta a extrema importância da população local para o desenvolvimento da atividade turística.

Os impactos negativos advêm por falta desta opinião atempada ou por não se esperar que o turismo crescesse tanto naquela área. “(...) em muitos casos o turista chega antes

do turismo, ou seja, do planeamento e organização da localidade para recebê-lo” (Dall’Agnol, 2010; p.3), resultando algumas vezes na olhada com desconfiança para o turismo, pois não têm voz nas tomadas de decisão sobre o fenómeno.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) criou, em 1999, um guia de boas práticas turísticas para que se respeitem quer turistas quer residentes e para maximizar a contribuição socioeconómica do turismo, minimizando todos os possíveis impactos negativos consequentes. Este guia é constituído por 10 artigos que se dividem nos seguintes tópicos:

1. A contribuição do turismo para o respeito e entendimento mútuo entre pessoas e sociedades;
2. O turismo como veículo para a satisfação pessoal e coletiva;
3. Turismo como fator de desenvolvimento sustentável;
4. O contributo do turismo com a utilização dos espaços com importância cultural;
5. O turismo como atividade beneficiadora para as comunidades;
6. As obrigações dos *stakeholders* no desenvolvimento do turismo;
7. O direito ao turismo;
8. A liberdade dos fluxos turísticos;
9. Os direitos dos trabalhadores na indústria do turismo;
10. A implantação dos princípios presentes no Código Global de Ética no Turismo.

A elaboração deste documento nasce da vontade de promover a equidade, a responsabilidade e a sustentabilidade do turismo a nível mundial, e os benefícios advindos contribuirão para o crescimento dos mais variados setores da sociedade e no contexto de uma economia internacional liberalizada e aberta (OMT, 1999).

1.7.1 - O turismo e os residentes

1.7.1.1 - Impactos do turismo nos residentes

“Quando uma comunidade se torna um destino conhecido pelo turismo, a qualidade de vida dos residentes é afetada como consequência do seu desenvolvimento no setor (...), incluindo uma aumento do número de pessoas, aumento da utilização de estradas e variados efeitos a nível económico e o emprego” (Gursoy et al., 2002; p.80)

A interação entre os turistas e os residentes é um dos aspetos centrais do turismo, tendo em conta o encontro entre pessoas de diferentes realidades. No contexto do turismo, as duas partes que se encontram, alteram comportamentos. O visitante é visto como um negócio, uma vez que os visitados, independentemente do salário que ganham, tentam atendê-lo da melhor forma para que volte mais vezes, o que pode vir a trazer mais benefícios aos dois grupos. No entanto, esta interação pode provocar situações de conflito quando se deparam com as diferenças que os separam (Zacarias, 2015).

Ciências sociais como a Geografia, a Sociologia e a Antropologia levantam problemas na atividade turística como o desmatamento de florestas e a venda de menores para o turismo sexual, que denominam de impactos ou interferências (Barretto, 2003),

“O turismo envolve pessoas e destinos e gera consequências tanto benéficas quanto maléficas no meio ambiente onde é desenvolvido. A perceção destes impactos não é fácil de ser medida, visto que o turismo interage com diversos setores da atividade económica e envolve também modificações nos aspetos físicos e sociais” (Oliveira e Salazar, 2011). Há três impactos resultantes da convivência entre povos de diferentes proveniências: económicos, socioculturais e ambientais. Num equilíbrio ideal, estes três impactos resultariam num desenvolvimento do turismo com prosperidade económica, a uma sociedade forte e estável, mas também a uma consciência ambiental. No fundo resultaria numa melhoria da qualidade de vida de cada região ou país (Milheiro, 2017).

No entanto, o resultado destes três fatores não gera apenas pontos positivos, obtendo-se muitas vezes mais pontos negativos, dependendo da sociedade em que os estamos a analisar. Os impactos socioculturais, por exemplo, podem ser avaliados ou ter uma diferente interpretação por pessoas pertencentes até à mesma sociedade (Aires et al., 2010). Este caso acontece na cidade do Porto. Os residentes que habitam no centro da cidade estão mais habituados a ver turistas e até à sua convivência do que aqueles que habitam um pouco mais afastados e não vivem de perto esta experiência.

Gursoy et al. (2002) propõem um modelo em que o apoio ao desenvolvimento do turismo é influenciado pelas perceções dos custos e benefícios na economia local,

notando-se ainda a preocupação dos residentes na sua comunidade. Este divide-se em:

- Preocupação da comunidade: preocupações como com o ambiente, escolas, crime e oportunidades recreativas, pode afetar a forma como a comunidade vê os benefícios e o lado negativo do turismo
- A ligação da comunidade: neste ponto estão enunciadas as preocupações, mas também o tipo de conexão que têm pela sociedade, influenciando assim o ponto de vista sobre o turismo;
- Atitude ecológica: os residentes podem ter uma perceção positiva ou negativa dos impactos no ambiente, explicados pelos valores e preferências para a preservação e utilização dos recursos.
- A utilização de recursos turísticos pela população: as reações ao turismo podem ser baseadas na perceção de como os residentes podem utilizar os recursos disponibilizados aos turistas, tendo um impacto negativo caso não possam fazer e positivo caso sejam autorizados a fazê-lo.
- O estado da economia local: uma economia mais pobre necessita de ser mais impulsionada a crescer, o que pode acontecer com o benefício do aumento do turismo naquela região.
- Os benefícios: o essencial é o crescimento económico na região.
- As perdas: o turismo tem os seus prós, mas também os seus contras. Os residentes querem minimizar ao máximo os impactos negativos para maximizar o que de bom tiram do turismo. Visto como negativo é o aumento do crime e do trânsito.
- Por fim, o apoio, ou não, do turismo.

Barretto (2003) acrescenta ainda que é necessária uma melhor relação entre turistas-anfitriões e, para isso, deve-se estudar melhor esta relação. Para os locais, os turistas são vistos como benéficos graças ao poderio económico e não pela sua presença. Já para os turistas, os locais são apenas um “instrumento para os seus fins” (Barretto, 2003).

1.7.1.2 - Impactos económicos

Dos maiores impactos do turismo sobressai, o mais importante a nível governamental, ou seja, o impacto a economia da região ou mesmo de um país. Sobre isto, Barros (2009) acrescenta que há muitas pequenas economias que cresceram e têm um rendimento extra graças ao desenvolvimento da atividade turística, uma vez que se reduz os desequilíbrios da balança de pagamentos.

Começemos pelos impactos económicos. Estes são, segundo Cohen (1984) divididos em oito tópicos de maior relevância:

1. Investimento estrangeiro;
2. Rendimentos regionais;
3. Emprego;
4. Distribuição de benefícios;
5. Preços;
6. Propriedade e controlo;
7. Desenvolvimento da região;
8. Receita das administrações públicas;

O turismo depois de bem enraizado gera assim investimento estrangeiro para o seu desenvolvimento, rendimentos regionais, emprego para a população local e receitas públicas e crescimento económico, sendo este o principal mote para que o turismo se desenvolva e rápido (Cohen, 1984).

Milheiro (2017), no mesmo campo, apresenta 11 pontos positivos para o impacto na economia local:

1. Atração de investimento;
2. Rendimentos regionais adicionais;
3. Crescimento do emprego e efeito multiplicador no turismo na criação de emprego;
4. Melhoria do nível de vida dos residentes;
5. Ajuda ao desenvolvimento agrícola;
6. Aumento dos serviços e facilidades para a comunidade local;
7. Aumento da procura dos produtos locais;

8. Aumento do rendimento das famílias;
9. Contribuição para o saldo da balança de pagamentos e o aumento das receitas das administrações públicas;
10. Aperfeiçoamento da estrutura económica dos destinos e o aumento do empreendedorismo;
11. Melhoria das infraestruturas.

Apesar de aparentemente parecer que estes pontos só trazem benefícios, há o outro lado, o lado negativo. Aqui, Cohen (1984) encontra como pontos negativos a dependência do investimento estrangeiro, os interesses nacionais e internacionais acima do interesse local e dos residentes, assim como o enfraquecimento de outros setores.

No seu estudo, Milheiro (2017) reuniu mais informações neste campo, apontando 10 impactos negativos:

1. Forte dependência do turismo;
2. A inflação;
3. Aumento da propensão para importar;
4. A sazonalidade;
5. Baixa taxa de retorno do investimento;
6. Aumento do preço dos combustíveis;
7. Emprego direto não significativo devido à pequena dimensão das empresas;
8. Aumento dos preços;
9. Aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI);
10. Rendimentos económicos modestos.

Ainda a nível económico, Vellas (2011) apresenta três definições destes impactos: o direto, o indireto e os induzidos. O primeiro diz respeito às despesas com o setor do turismo, definidas pela OMT e pela OCDE. O segundo corresponde ao consumo intermediário no setor, como é o exemplo dos bens e serviços adquiridos aos fornecedores do setor. Por fim, os induzidos, são as despesas efetuadas pelos trabalhadores que são diretas ou indiretamente empregados pelo setor.

De acordo com o mesmo autor, é possível fazer uma subdivisão:

1. Impactos diretos:
 - Acomodação;
 - Restaurantes e catering;
 - Transportes de passageiros;
 - Produção e distribuição de serviços de viagens e informações;
 - Serviços culturais;
 - Serviços de lazer e entretenimento;
 - Outros serviços de turismo.
2. Impactos Indiretos:
 - Fornecedores de produtos;
 - Fornecedores de serviços;
 - Investimento público.
3. Impactos indutivos: direta e indiretamente gastos com a indústria do turismo.

Almeida Garcia et al. (2015) consideram que o maior impacto económico positivo do turismo numa sociedade é a criação de emprego. Ainda que a oportunidade de negócio a nível mais pessoal e o desenvolvimento das infraestruturas e serviços públicos, sejam também bem vistos pela população. Já nos negativos, esta tem a ideia da sazonalidade do turismo e daí a sazonalidade não só do emprego, mas também das vendas que resultam da atividade. Outros impactos enunciados dizem respeito ao aumento do custo de vida, particularmente no aumento do preço das casas, dos bens e dos serviços.

“Nos nossos dias, o turismo tornou-se numa das maiores indústrias do mundo (...) sendo este a indústria que mais crescimento teve e contribui para o aumento do emprego, os ganhos, a balança de pagamentos e a paz e harmonia internacional” (Chakrabarty, 2015; p. 254). Segundo o mesmo autor, há várias economias dependentes, direta e indiretamente, da indústria turística como Hong Kong, Singapura, Sri Lanka e pequenas ilhas como as Maurícias, Fiji e Malta.

Com o seu estudo desenvolvido na Índia, Chakrabarty (2015) aponta os vários impactos negativos apontados ao turismo no país. São estes:

- O impedimento do crescimento da indústria turística em Bengala Ocidental;
- Crescimento das salas de massagens não científicas;

- Exploração de turistas;
- Preços muito mais elevados;
- Comercialização dos costumes e cultura do país;
- Poluição da água;
- O lixo;
- Os furtos
- Prostituição;
- Superlotação;
- O contágio por doenças sexualmente transmissíveis;
- O Tráfico de droga;
- Pornografia;
- Aumento de dinheiro ilegal;
- Exploração de recursos naturais;
- Alcoolismo;
- Aumento do preço do solo em territórios turísticos;
- Emprego sazonal.

1.7.1.3 - Impactos socioculturais

Os impactos socioculturais do turismo são manifestados nas populações como resultado da convivência direta ou indireta com os turistas e os seus estudos começaram muito depois dos relativos aos impactos económicos no turismo. Estes mostram que as influências socioculturais são resultado da relação criada durante um certo período entre os residentes e os turistas (Jovicic, 2011).

Estes são dos focos mais importantes e podem estar relacionadas com os outros dois, sendo afetados pelos hábitos, costumes, vida social, crenças e valores dos não-nativos de uma determinada sociedade (Almeida García et al., 2015).

Por norma, durante as férias a maioria dos turistas não se mostram muito interessados numa comunicação intercultural massiva com os locais, mas não é necessária uma convivência muito direta para a alteração de comportamentos. As relações entre turistas e visitados são determinadas pelas características pessoais de cada um dos intervenientes e das condições nas quais os contactos se desenvolvem (Jovicic, 2011).

A este nível social, Cohen (1984) identifica 10 tópicos que os caracterizam, mas, segundo o mesmo, podem ser muitos mais:

1. Envolvimento da comunidade;
2. As relações interpessoais;
3. As bases da organização social;
4. O ritmo da vida da sociedade;
5. Migração;
6. Divisão do trabalho;
7. Estratificação;
8. Distribuição do poder;
9. Desvio Social;
10. Costumes e artes.

Na mesma perspetiva, mas mais focado no lado positivo, Milheiro (2017) apresenta cinco impactos: o contacto com o turista, a melhoria das competências da população, o sentimento de orgulho e coesão, a modernização do estilo de vida das populações e a conservação da cultura local.

Jovicic (2011) enumera quatro correlações que caracterizam as relações entre os turistas e os locais:

1. **A natureza das relações:** por norma esta relação é mantida por um curto período e tem significados diferentes para turistas e visitados. Para os primeiros, os locais, são membros de uma comunidade diferente com uma cultura que querem descobrir. Já para os segundos, os turistas, são vistos como contactos mais superficiais, uma vez que a população residente é visitada por diversos turistas, não tomando como única a convivência.
2. **Restrições espaço-temporais:** estas relações são caracterizadas por restrições espaço-temporais influenciadas pela duração da estadia e a intensidade da relação turista-residente. Nestas estadias caracterizadas por serem de curta duração, o turista tenta fazer o maior número possível de atividades e, como resultado da hospitalidade, acaba por gastar por norma mais dinheiro do que gastaria no seu dia-a-dia. No entanto, o contrário também acontece.

3. **Espontaneidade:** neste caso, a falta dela. O contacto entre turistas e locais acontece muitas das vezes em contexto comercial e não de forma espontânea na rua. Estas relações estão debaixo da alçada dos operadores turísticos e, em alguns casos, são reduzidos ao necessário.
4. **Desequilíbrio e desnível entre os intervenientes:** as diferenças do nível de vida entre visitantes e visitados expressadas no consumo e atitudes dos visitantes, faz com que os locais se sintam inferiorizados. As férias são uma experiência para quem visita e um dia-a-dia comum no local turístico visitado, transformando-se numa pressão psicológica de que os turistas nem dão conta.

Almeida García et al. (2015) acrescentam que, no plano sociocultural, as interações entre turistas e residentes podem resultar em novas oportunidades sociais e culturais ou, ao revés, em ansiedade e stress pelas mudanças. Nos impactos positivos enumeram cinco: influência positiva nos serviços oferecidos pela comunidade, ajuda a preservar o património histórico, aumenta o espírito de identidade cultural, preserva valores culturais e melhora a qualidade de vida dos residentes. Nos negativos dão ênfase a dois: o trânsito e o estacionamento. Porém, a violência, a delinquência, o crime, o aumento do uso de drogas e do álcool, tal como o aumento da prostituição são também vistos como impactos negativos.

“Os fatores que determinam a natureza das relações entre turistas e visitados (...) podem ser positivos ou negativos, ou seja, podem encorajar ou desencorajar a interação entre os dois” (Jovicic, 2011; p.601), acrescentando que é difícil de os analisar em separado. O autor enuncia então os seguintes fatores:

- O volume e o tipo do turismo desenvolvido;
- O isolamento dos turistas;
- O propósito para a estada temporária;
- A língua e formas de comunicação;
- A importância económica da hospitalidade;
- O envolvimento dos locais na economia;
- O desenvolvimento do espírito nacionalista.

“A indústria turística gera múltiplos benefícios socioculturais para os países visitados. Nos países em desenvolvimento, uma das maiores razões para promover o turismo é a expectativa de crescimento económico e sociocultural” (Belew, 2017; p.2).

O autor enumera 10 impactos socioculturais:

1. Degradação e comercialização da cultura;
2. Aumento das tensões entre o estilo vida adotado e o tradicional;
3. Erosão da língua local;
4. Novos locais de consumo;
5. Riscos de promoção de atividades perigosas (jogo ilegal, droga, violência);
6. Perda de identidade e valores locais;
7. Choques culturais;
8. Stress social;
9. Geração de crime e prostituição;
10. Turismo sexual.

1.7.1.4 - Impactos ambientais

Com o aumento do turismo há vários impactos a nível ambiental que devem ser considerados, nomeadamente a deterioração dos ecossistemas e a erosão dos recursos naturais (Barros, 2009).

García Almeida et al. (2015) explicam que os residentes têm duas visões destes impactos do turismo: uma negativa e outra positiva. O turismo pode ser razão para proteger e preservar recursos naturais ou, pelo contrário, para destruí-los. Há residentes que admitem que o turismo pode causar poluição, lixo e trânsito (que leva à emissão de gases com efeitos de estufa). Em suma, o que os autores retiram do efeito destes impactos, é que é o impacto com o qual a população menos se importa ou que é o impacto que menos preocupação transmite.

1.8 - Turismo Sustentável

Antes de mais, o conceito de turismo sustentável surge como uma derivação do conceito de desenvolvimento sustentável aplicado a uma indústria que, “pelas suas atividades intrínsecas, trata-se de uma atividade dinamizadora das atividades económicas regionais e locais, e tem crescido de uma forma relativamente rápida (...)”

(Oliveira & Manso, 2010; p.236). Tal como o conceito de desenvolvimento sustentável, também o de turismo sustentável não é consensual (Barros, 2009), acrescentando que “o conceito de desenvolvimento sustentável se tornou, dadas as crescentes preocupações com o ambiente, um dos temas mais presentes na investigação sobre o turismo” (Barros, 2009; p.91).

O conceito de desenvolvimento sustentável define-se pela primeira vez no relatório de Brundtland, em 1987, e a discussão em torno da massificação do turismo e dos seus impactos nas sociedades, faz com que se abra o conceito ao setor do turismo (Rodrigues et al., 2014).

“(…) é de se esperar que a dinâmica da atividade turística impacte tanto positiva quanto negativamente a sustentabilidade ambiental de uma comunidade” (Araújo et al., 2017; p.8). Vários outros autores como Perona et al. (2013), Araújo et al. (2017) e Monjardino (2005), apresentam nos seus estudos o conceito de turismo sustentável de forma a arranjam um equilíbrio entre a dinâmica da indústria turística e a proteção do meio ambiente de uma comunidade.

“O conceito de desenvolvimento sustentável do turismo é essencialmente dividido em duas escolas de pensamento: o produto e as abordagens da indústria” (Marujo & Carvalho, 2010; p.149). De acordo com os mesmos autores, a primeira diz respeito à antiga em que a sustentabilidade é vista como uma alternativa ao turismo considerado de massas, já a segunda considera que o turismo de massas é inevitável e que deve é ser gerido de forma a torná-lo mais sustentável (Marujo e Carvalho, 2010).

O turismo é uma atividade dinâmica que em muito contribui para o crescimento económico de um país, mas, nas últimas décadas, tem surgido um conceito que consegue juntar as políticas económicas e políticas de sustentabilidade ambiental, trocando um turismo de massas por um mais sustentável (Perona et al., 2013). Araújo et al. (2013), afirmam mesmo que é a mistura dos impactos negativos a nível social, económico e ambiental que tornam a atividade turística num local insustentável a médio e longo prazo caso não se dê a alteração da massificação a que se assiste em muitos destinos.

Estas práticas começaram a surgir do lado de quem procura e do lado de quem oferece. Do lado dos turistas há uma preocupação com os espaços estarem intactos a nível ambiental e com um tanto possível maior integração das características sociais e culturais. Já os locais procuram uma alternativa aos efeitos negativos ambientais que um turismo em massa possa provocar aos seus espaços (Monjardino, 2009).

Apesar de muitas regiões terem apostado no turismo como alavanca de desenvolvimento, a utilização de várias indústrias para o seu crescimento tem provocado efeitos que levam cada vez mais a uma necessidade de reduzir os negativos para maximizar os positivos de forma a que se garanta a sustentabilidade da atividade (Oliveira e Manso, 2010).

Desta necessidade de juntar o lado mau ao lado bom do turismo deu-se o conceito de turismo sustentável que tem como principal função o “equilíbrio dos ecossistemas naturais atrelados à sustentabilidade local, onde o visitante, aberto para novas experiências, capta a identidade do lugar visitado, respeitando costumes, valores e crenças” (Araújo et al., 2017; p.9). Este conceito parte de um outro, o de desenvolvimento sustentável, sendo exclusivamente aplicado à atividade turística (Monjardino, 2005).

Para além do impacto social e económico, é também importante falar da igualdade social e da sustentabilidade ambiental que correspondem, a primeira, à oportunidade de emprego local e à preservação de costumes e tradições e, a segunda, ao cuidado com o ambiente e paisagens (Perona et al., 2013). Estes dois conceitos, segundo o que já se apresentou neste capítulo, estão ligados diretamente ao conceito de turismo sustentável.

“O desenvolvimento turístico sustentável (DTS) exige uma abordagem multidisciplinar, dada a transversalidade de setor, e pressupõe projetos e estratégias de desenvolvimento que englobem as suas diferentes dimensões – económicas, sociais e culturais – que devem ter sempre presentes o envolvimento dos residentes” (Rodrigues et al., 2014; p.17). Este desenvolvimento é visto como um meio para se diminuir as assimetrias regionais, uma vez que o turismo, por norma, só se dá em

regiões mais desenvolvidas, deixando o interior mais carecido. Para se afirmar o DTS é necessário ter em conta os seguintes 4 pilares (Oliveira e Manso, 2010):

1. Sustentabilidade Ambiental: equilíbrio entre a atividade humana, o desenvolvimento e a proteção do meio-ambiente para aumentar os recursos e diminuir os impactos negativos a nível ambiental;
2. Sustentabilidade Económica: melhor utilização e gestão dos recursos;
3. Sustentabilidade Social: aumento da autoestima das comunidades turísticas e do padrão de vida de forma a respeitar as suas tradições e costumes;
4. Sustentabilidade Política: estratégia de âmbito nacional e local para diminuir as assimetrias regionais para desenvolver de forma sustentável todo um território.

Para que ocorra um bom desenvolvimento do turismo sustentável, este tem que evoluir com um planeamento prévio, pois “ocupa um lugar decisivo no processo de conceção e implementação de estratégias de desenvolvimento” (Marujo & Carvalho, 2010; p.147) e que deve evidenciar de forma clara os objetivos sociais e económicos que propõem alcançar. Ainda de acordo com os mesmos autores “o planeamento é uma atividade multidimensional que se preocupa com o passado, presente e futuro” (Marujo & Carvalho, 2010; p.158), para além de ter carácter interdisciplinar na forma em como envolve a “inter-relação de diversas componentes do produto turístico” (Marujo & Carvalho, 2010; p.158).

Apesar de, na teoria, o conceito de turismo sustentável parecer resolver todos os impactos negativos do turismo, na prática já não funciona assim. “Como o turismo utiliza as paisagens, os lugares e os territórios como mercadorias, o principal produto a ser comercializado e consumido são as imagens e os símbolos, criados e estereotipados para o atendimento dos anseios dos turistas” (Pessoa, 2009; p.49). O mesmo autor defende ainda que o termo turismo sustentável nasce de uma popularização, uma vez que quer *stakeholders* públicos quer privados veem ainda mais uma oportunidade em criar e, caso já os possuam, em expandir os seus produtos turísticos, colocando em risco a teoria do turismo sustentável.

Este autor, Pessoa (2009), apresenta-se assim como um crítico à teoria dos desenvolvimentos sustentável no turismo, uma vez que para si, tem impactos

meramente económicos, deixando de parte as questões sociais e ambientais que deveriam ser as mais trabalhadas neste âmbito, uma vez que a “falta de uma definição mais precisa sobre quem deve ser beneficiado com o turismo (...), a conservação do meio ambiente e da cultura local são vistas como necessidade para a manutenção económica do turismo” (Pessoa, 2009; p.50). Daqui retira-se a visão mais negativa da implantação do conceito sustentável no turismo, tendo em conta que ao beneficiarem cada vez mais do aumento dos lucros, graças ao conceito, o que verdadeira importa à sustentabilidade, o meio ambiente e a preservação da cultura, vai ser deixado em segundo plano.

O planeamento sugerido por Marujo e Carvalho (2010) poderá resolver esta questão mais negativa. Como é algo prévio deverá já ter em conta os fatores mais negativos que poderão surgir na implementação. Caso isso não aconteça então sim “pode provocar a degradação da natureza, conflitos sociais e desorganização do setor empresarial prejudicando, deste modo, o ciclo de vida dos destinos turísticos” (Marujo & Carvalho, 2010; p.159), envolvendo todos os que fazem parte do setor turístico.

Em suma, apesar de alguns autores definirem que o planeamento é a base para o bom funcionamento do turismo sustentável de forma a diminuir os impactos sociais, económicos e ambientais do turismo, a opinião não é consensual na sua aplicação. Os impactos económicos continuarão a ter mais peso na tomada de decisões quanto à minimização dos restantes impactos negativos envolvidos, quer a nível ambiental, social e até mesmo no campo económico.

1.8.1 - O turismo sustentável em Portugal

A entidade Turismo de Portugal, no relatório de sustentabilidade de 2017, elabora uma série de medidas a serem aplicadas ao nível do turismo sustentável. Em 2016, foi criada uma equipa para a gestão destes princípios que deu origem ao relatório de 2017 (Turismo de Portugal, 2017). Entre as iniciativas desenvolvidas encontram-se:

1. Bateria de indicadores de sustentabilidade do Turismo de Portugal: recolha de dados relativamente à sustentabilidade dentro do próprio Turismo de Portugal;
2. Página da intranet dedicada à sustentabilidade: partilha de informação e conhecimento das práticas sustentáveis no Turismo de Portugal;

3. Implementação do projeto piloto “Papel Zero”: projeto que visa a redução de impressões e gastos de papel na organização;
4. Plano de sustentabilidade do Turismo de Portugal: continuação da elaboração dos relatórios para os restantes anos;
5. Adesão de Portugal ao Ano Internacional de Turismo Sustentável para o Desenvolvimento: a Organização Mundial do Turismo (OMT) aceitou a candidatura;
6. Bateria de indicadores de sustentabilidade para monitorizar o setor: monitorização dos dados da sustentabilidade no turismo;
7. Observatórios específicos para a sustentabilidade: implementação de observatórios de sustentabilidade no turismo em vários pontos do país, começando pelo Alentejo;
8. Desenvolvimento de novos produtos de informação no âmbito da sustentabilidade: publicação de estudos sobre as pressões turísticas na cidade do Porto e na cidade de Lisboa;
9. TravelBI Sustentabilidade: divulgação de dados de sustentabilidade no turismo nesta plataforma;
10. Conferência de Turismo Sustentável: organização de conferências que visam a sustentabilidade no turismo;
11. Minuto Verde Escapadinhas: emissão de 16 programas televisivos relativos ao turismo sustentável.

A plataforma de sustentabilidade no TravelBI, uma das iniciativas do relatório de 2017, já está disponível e é possível encontrar indicadores de Turismo Sustentável nos 3 impactos mais importantes para análise do turismo: o social, o económico e o ambiental.

A nível social apontam 5 indicadores:

1. Alojamento acessível a hóspedes com necessidades especiais: em 2017, o Turismo de Portugal apontava que 65% dos alojamentos cumpriam esta norma, nomeadamente no centro do país. Já a zona onde se encontrava a menor percentagem era no Algarve;

2. Densidade turística: com dados do ano de 2018, o turismo de Portugal, reuniu a informação que a densidade turística era de 717 dormidas por quilómetro quadrado. A região com maior densidade era a Madeira e a de menor o Alentejo. Esta tendência mantém-se desde 2015, apenas alterando, neste caso subindo, a dormida por quilómetro quadrado;
3. Intensidade turística: neste patamar, em 2018, a intensidade era de 18 dormidas por 1000 residentes por dia, sendo o Algarve a região com maior valor e o norte com menor valor. Esta tendência repetia-se desde 2015, com a intensidade a aumentar neste período;
4. Camas disponíveis por 1000 residentes: com dados de 2018, foi possível analisar que havia 36 camas por cada 1000 residentes, sendo a região do Algarve com maior valor e a do centro com menor. Em cinco anos houve um aumento de 27 camas por 1000 residentes;
5. Turistas que repetem a visita a Portugal: o TravelBI fornece dados de 2016, mas, neste ano, as nacionalidades que mais repetiam a visita a Portugal era as suíças e as espanholas, com os italianos e os americanos com níveis mais baixos de repetirem a visita ao país.

A nível económico são já 16 os indicadores:

1. Colaboradores ao serviço com carácter sazonal: a percentagem de trabalhadores com carácter sazonal tem vindo a crescer ao longo dos anos, estando em 2018, em 14,8% e com maior valor no Algarve e menor no norte do país;
2. Emprego no turismo por escolaridade: em 2018, eram 328.500 os trabalhadores no turismo; em que 184.900 tinham apenas completado o ensino básico, 104.900 tinham já o ensino secundário e pós-secundário completo e apenas 38.700 o ensino superior;
3. Emprego no turismo por sexo: é o sexo feminino o mais predominante no emprego na área do turismo. Em 2018 eram 190.900 mulheres, representando 58,1% da população empregada no setor;

4. Estabelecimentos abertos o ano todo: depois de uma descida em 2016 e 2017, a percentagem de estabelecimentos abertos durante todo o ano fixou-se em 88,1% no ano de 2018, tendo o norte o maior número e os Açores o menor;
5. Estada média: desde 2015 que não se altera muito o valor da estada média no país. Neste ano foi de 2,8 noites, no ano seguinte também, em 2017 desceu para 2,7 e em 2018 manteve-se. A Madeira continua a ser a região com mais estadas e o centro a de menor;
6. Número de dormidas: este indicador é o que está mais atualizado. Em janeiro deste ano de 2020, a região com mais dormidas era a Área Metropolitana de Lisboa com cerca de 1,1 milhões de dormidas e a menor era a dos Açores com cerca de 89 mil dormidas;
7. Receitas turísticas: o Reino Unido continua a ser o principal mercado emissor de Portugal com um total de 3 285 790€ de receitas e o que menos contribui para o efeito é o mercado do Luxemburgo;
8. Fornecedores locais no total do consumo: apenas com dados de 2017, o Turismo de Portugal dá a informação que a percentagem era de 68,9% com um maior valor na Madeira e um menor valor no Alentejo;
9. Gasto médio por excursionista: nos dados de 2016, é possível analisar que não eram os europeus que mais gastavam neste campo, com um total de cerca de 218€. Já na Europa, os excursionistas que menos gastavam eram os espanhóis com 33,7€ e os que mais gastavam eram dos restantes países que não o Reino Unido e a França. Aqui já tinham um gasto de 64€;
10. Gasto médio por turista: também em 2016, eram os brasileiros que mais gastavam, com cerca de 1758€, e em último lugar da tabela mantinham-se os espanhóis com 328€;
11. Número de excursionistas: no ano de 2016, Espanha detinha o maior número de excursionistas, com cerca de 747.230 num total de 10,1 milhões. Os não europeus eram os que menos apresentavam.
12. Número de turistas: em 2016, eram também os espanhóis que lideravam a lista com cerca de 4,7 milhões e a Irlanda ocupava o último lugar com cerca de 400 000.

13. Proveito médio por dormida: desde 2015 que a tendência é de aumento neste indicador. Em 2018 já chegava a 44,7€, uma subida de 8,9€ desde 2015. A região com maior valor era a Área Metropolitana de Lisboa e a de menor a Madeira;
14. Receitas turísticas no PIB: esta receitas têm vindo a aumentar desde 2013, passando de 5,4% neste ano para 8,2% em 2018;
15. Taxas de ocupação: de 2018 para 2019, na taxa de ocupação por quarto, houve um ligeiro aumento de 65,11% para 65,55%. Na taxa de ocupação por cama, também houve um aumento ainda que muito ligeiro de 52,10% para 52,39%;
16. Taxa de sazonalidade: esta taxa tem vindo a descer desde 2015. Em 2018 era de 36,7%, com maior incidência no Algarve e menor na Madeira.

Por último, o Turismo de Portugal indica ainda 15 indicadores ambientais para a sustentabilidade do turismo no país. São estes:

1. Águas balneares consideradas boas/excelentes: em 2017, 95,4% das águas balneares eram consideradas boas/excelentes, numa percentagem que vinha a aumentar desde 2013;
2. Despesas em ambiente por residente: em 2018, o valor era de 69,92€, com mais incidência no Algarve e menor no norte. Este valor tem oscilado desde 2013, tendo a maior subida entre os anos de 2016 e 2017;
3. Consumo e emissões de energia no turismo: com dados de 2017, é possível ver que a restauração e similares, juntamente com os alojamentos, é a que mais consome e emite;
4. Estabelecimentos com certificação: este valor tem oscilado ao longo dos anos, chegando a 2016, último ano de informação dada pela Turismo de Portugal, aos 38,5% com maior valor na Madeira e menor na Área Metropolitana de Lisboa. O ano com maior percentagem de certificações foi em 2015 com 41,3%;
5. Estabelecimentos com objetivos quantificados de redução do consumo de água: com dados apenas de 2016 e 2017, é possível verificar uma descida de 4%, sendo a Madeira a região com mais estabelecimentos e os Açores a que menos tem;
6. Estabelecimentos com objetivos quantificados de redução do consumo energético: tal como no indicador anterior, houve uma descida, desta vez de

- 5,3%, com a Madeira como região com mais estabelecimentos e a Área Metropolitana de Lisboa com menos;
7. Estabelecimentos que otimizam o consumo de água: aqui a tendência tem sido de crescimento, atingindo em 2017, 63% dos estabelecimentos, tendo mais uma vez a Madeira a maior percentagem de estabelecimentos que otimizam o consumo da água e o norte com o menor número;
 8. Estabelecimentos que otimizam o consumo de energia: a percentagem aqui tem sofrido algumas alterações, mas de 2016 para 2017 subiu de 62 para 63%, obtendo a Madeira o maior número de estabelecimentos e os Açores o menor;
 9. Estabelecimentos que separam resíduos: desde a subida de 15% entre 2012 e 2013, a percentagem de estabelecimentos que separam os resíduos tem se estabilizando nos 63%, novamente com a maior percentagem na Madeira, mas desta vez a menor corresponde à região do centro;
 10. Formação a colaboradores com boas práticas ambientais: entre 2016 e 2017, houve uma queda abrupta de cerca de 20% na percentagem relativa à formação dada a colaboradores de boas práticas ambientais. Neste último ano de análise chegou-se aos 62%, com um maior valor na Madeira e um menor no norte do país;
 11. Resíduos urbanos gerados pelo turismo: com o aumento do turismo, é possível verificar um aumento dos resíduos urbanos. Neste caso, em 2014 era de 59,9 milhares de toneladas e em 2018 de 92,4.
 12. Top 5 medidas de redução do consumo de água: neste top 5 estão inseridas medidas como autoclismos de baixo consumo, hóspedes convidados a comunicar quaisquer perdas de água, mudanças de toalhas e lençóis não tão frequentes, redutores de caudal em torneiras e chuveiros e temporizadores nas torneiras. Em 2016, na primeira medida, a taxa de implementação era de 73,3%, com maior valor na Madeira e menor no centro. Na segunda já aumentava para 76,5%, novamente com maior valor na Madeira, mas com menor valor na Área Metropolitana de Lisboa. Na terceira medida a taxa de implementação subiu muito mais, atingindo os 92,6%, com maior valor no Algarve e menor no Alentejo. Nas reduções de caudal em torneiras e chuveiros a taxa foi de 70%, com maior valor na Madeira e menor no Alentejo. Por último, a percentagem

- mais baixa diz respeito aos temporizadores nas torneiras, obtendo apenas 31,2%, com maior valor nos Açores e menor no Alentejo;
13. Top 5 medidas de redução do consumo energético: neste top 5 estão presentes as medidas de equipamento de classe A ou superior, com uma taxa de implementação de 66,3% com maior valor nos Açores e menor no centro; o isolamento térmico e acústico de janelas e estanquicidade da caixilharia, com uma taxa de implementação a subir para os 79,4%, com maior valor na Área Metropolitana de Lisboa e menor na Madeira; as lâmpadas economizadoras de energia com uma taxa de 96,6%, com maior valor na Madeira e menor no Alentejo; o sistema de climatização com intensidade regulável pelo cliente de 90%, com maior valor no Alentejo e menor na Madeira, e, por último, o sistema de iluminação acionado com cartão com uma taxa de implementação de 72,3%, com maior valor nos Açores e menor no Alentejo;
 14. Visitantes por via de acesso: a via rodoviária era, em 2016, o principal canal de viagem dos visitantes de Portugal, sendo os espanhóis os que mais usavam esta via e os britânicos os que menos usavam. Por via marítima, o cenário já invertia. Apesar de ser o meio com menos utilização (cerca de 3,5%), aqui já eram os britânicos os que mais a utilizavam. Por meio aéreo, correspondente a 47,6%, devido à proximidade os espanhóis eram novamente os que menos utilizavam este meio e os de países mais longínquos da Europa e de outros continentes, os que mais a usavam.
 15. Zonas balneares com bandeira azul: esta tendência tem vindo sempre a aumentar, tal como o primeiro indicador que dizia respeito às águas balneares com classificação boas/excelentes. Em 2019 foram 352 praias com bandeira azul, uma subida de 20 em relação a 2018. Tal como nos outros anos considerados, o maior número de praias está localizado no Algarve.

No campo da sustentabilidade, com a ajuda destes indicadores, o país já venceu o prémio de melhor destino sustentável da Europa em 2019, atribuído pelos ITB *Earth Awards*. No país destacou-se os planos de sustentabilidade desenvolvidos em Águeda, Região Oeste, Açores, Cascais e Sintra, Lagos, Torres Vedras e Alto-Mínho (na comunidade intermunicipal do Minho-Lima); (Jornal O Público, 2019).

De acordo com os dados fornecidos pelo Turismo de Portugal, no campo ambiental da sustentabilidade, a Região Autónoma da Madeira tinha a maior fatia das percentagens mostradas. Nesta região, Barros (2009), já apontava o arquipélago como próximo da sustentabilidade potencial e que apenas necessitava de melhorar em alguns aspetos, nomeadamente na qualificação do pessoal, na diversificação de ofertas e mercados e na maior obtenção de praias com bandeira azul.

Em 2019, o outro arquipélago, os Açores, foi o primeiro do mundo a ser certificado pelo programa “*EarthCheck*” de destino sustentável, a nível ambiental e social, seguindo os critérios do *Global Sustainable Tourism Council* e as normas da *EarthCheck* (Turismo de Portugal, 2019).

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Neste segundo capítulo da dissertação irá ser abordada e explicada a metodologia e a estrutura de investigação utilizada que permitiu a realização deste estudo, assim como a obtenção dos resultados.

Após a realização da revisão da literatura e do conhecimento mais aprofundado dos conceitos em estudo, procedeu-se à escolha da metodologia que mais se adequava ao projeto de investigação que se pretendia desenvolver.

Os métodos utilizados no estudo empírico foram o quantitativo e o qualitativo, onde foram aplicadas entrevistas semiestruturadas a duas entidades, uma na área do turismo e economia da cidade do Porto, nomeadamente ao vereador do Pelouro da Economia, do Comércio e Turismo e do Pelouro de Gestão de Fundos Comunitários na Câmara Municipal do Porto, Dr. Ricardo Valente, e na área da história, nomeadamente ao presidente da associação “Porto Histórico e Medieval”, Dr. José Martins Pereira.

Foi também elaborado e aplicado um inquérito por questionário cujos dados obtidos foram analisados através do programa de análise estatística *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 24.

No primeiro ponto deste capítulo será posto o problema que foi mote a esta investigação, onde são ainda descritos os objetivos e as hipóteses. No ponto seguinte serão explicados os instrumentos de recolha de dados utilizados, tal como a identificação da população do estudo e o método de amostragem usado. No final, irá ser feito o tratamento e análise dos dados estatísticos.

2.1 - Objetivos da investigação

Objetivo principal: estudar os impactos do turismo no centro histórico do Porto e se aumento do turismo teve impacto na vida dos seus moradores.

Este trabalho tem como ponto de partida responder à questão “Qual o impacto do turismo na desertificação habitacional do centro histórico do Porto?”.

Com este projeto de investigação pretende-se detalhar os objetivos definidos que ajudem à pesquisa sobre o tema. São estes:

1. Avaliar o turismo na cidade do Porto;
2. Avaliar os impactos económicos, sociais e ambientais;
3. Analisar o impacto do turismo no abandono habitacional no centro histórico do Porto
4. Analisar as principais motivações para residir no centro histórico do Porto;
5. Reunir resultados e propor melhorias.

Para dar resposta aos objetivos, foram ainda criadas 5 hipóteses que se apresentam na tabela 2:

Tabela 2: Hipóteses da investigação.

	Hipótese Nula (H0)	Hipótese (H1)
H1: Relação entre o aumento do turismo e a desertificação do centro histórico.	Há relação entre o aumento do turismo e a desertificação do centro histórico do Porto.	Não há relação entre o aumento do turismo e a desertificação do centro histórico do Porto.
H2: Relação entre o aumento do preço das habitações do centro histórico e a desertificação habitacional do mesmo.	Há relação entre o aumento do preço das habitações no centro histórico e a desertificação habitacional do mesmo.	Não há relação entre o aumento do preço das habitações no centro histórico e a desertificação habitacional do mesmo.
H3: Relação entre os impactos do turismo e o abandono do centro histórico do Porto:		
H3a: Relação entre o impacto económico do turismo e o abandono do centro histórico do Porto;	Há relação entre o impacto económico do turismo e o abandono do centro histórico do Porto.	Não há relação entre o impacto económico do turismo e o abandono do centro histórico do Porto.
H3b: Relação entre o impacto social do turismo e o abandono do centro histórico do Porto;	Há relação entre o impacto social do turismo e o abandono do centro histórico do Porto.	Não há relação entre o impacto social do turismo e o abandono do centro histórico do Porto.

H3c: Relação entre o impacto ambiental do turismo e o abandono do centro histórico do Porto.	Há relação entre o impacto ambiental do turismo e o abandono do centro histórico do Porto.	Não há relação entre o impacto ambiental do turismo e o abandono do centro histórico do Porto.
H4: Diferenças na percepção da existência de demasiados turistas de acordo com as características sociodemográficas dos residentes no centro histórico do Porto.	Há relação entre as diferenças na percepção da existência de demasiados turistas e as características sociodemográficas dos residentes no centro histórico do Porto.	Não há relação entre as diferenças na percepção da existência de demasiados turistas e as características sociodemográficas dos residentes no centro histórico do Porto.
H5: A procura de habitação no centro histórico cresceu porque houve uma reabilitação do mesmo devido ao turismo.	Há relação entre o crescimento da procura de habitação no centro histórico porque este está melhorado.	Não há relação entre o crescimento da procura de habitação no centro histórico porque este está melhorado.

Fonte: Elaboração Própria.

2.2 - Recolha da informação

Inicialmente foi feita uma pesquisa de carácter científico, alusiva aos temas centrais do presente estudo, tendo sido dada especial atenção a artigos e estudos científicos na área. Depois foi realizado um estudo exploratório misto: o método quantitativo, no qual foi disseminado um inquérito por questionário, e o método qualitativo onde foram realizadas duas entrevistas.

O método exploratório misto “combina os métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos e tem como objetivo generalizar os resultados qualitativos, ou aprofundar a compreensão dos resultados quantitativos, ou corroborar os resultados (qualitativos ou quantitativos)” (Galvão et al., 2017; p.8) que tem como resposta a viabilização do “estudo de problemas complexos e a construção de resultados de pesquisa potencialmente mais completos e relevantes” (Galvão et al., 2017; p.5). Assim, “ao utilizar múltiplas abordagens, torna-se possível que haja uma contribuição mútua

das potencialidades de cada uma delas, gerando respostas mais abrangentes aos problemas de pesquisa formulados” (Dal-Farra & Lopes, 2014; p.77).

Este estudo é transversal e, no que diz respeito aos objetivos, as características seguem um método descritivo, uma vez que se intenciona analisar e recolher informação acerca de um tema em específico através da aplicabilidade de hipóteses de investigação.

2.2.1 - Método qualitativo

No início da pesquisa selecionaram-se algumas entidades a quem realizar as entrevistas. Foram elas o vereador do Pelouro da Economia, do Comércio e Turismo e do Pelouro de Gestão de Fundos Comunitários na Câmara Municipal do Porto, Dr. Ricardo Valente (entrevistado A), e na área da história, nomeadamente ao presidente da associação “Porto Histórico e Medieval”, Dr. José Martins Pereira (entrevistado B) e ainda três associações de moradores do centro histórico, a Direito à cidade, a Associação de Moradores e Moradoras do Centro Histórico do Porto e a Assembleia de Moradoras e Moradores do Porto. Das cinco contactadas, apenas o Dr. Ricardo Valente e o Dr. José Martins Pereira se mostraram disponíveis para conceder a entrevista. A primeira entrevista foi realizada no dia 16 de abril de 2020, através da plataforma Microsoft Teams e a segunda no dia 23 de abril de 2020 através de e-mail.

Os principais tópicos abordados com os entrevistados foram:

- O desenvolvimento do turismo no Porto;
- As alterações na cidade devido ao turismo;
- A alteração do centro histórico da cidade devido ao turismo;
- A sustentabilidade do turismo no Porto;
- A relação entre os residentes com o turismo;
- Abandono das habitações no centro histórico.

2.2.2 Método quantitativo

O questionário foi construído de forma a responder aos objetivos da dissertação e foi formulado de acordo com a revisão de literatura utilizada na primeira parte do trabalho (Aires et al., 2010; Almeida Garcia et al., 2015; Barros, 2009; Castro et al., 2019; Chakrabarty, 2015; Dall’Agnol, 2012; Dias, 2010; Gursoy et al., 2002; Jovicic, 2011;

Marques et al., 2016; Milheiro, 2017; Oliveira e Salazar, 2011; Tavares et al., 2018; Zacarias, 2015) e das entrevistas realizadas.

A distribuição do inquérito foi feita apenas pelo meio digital, através da plataforma *Google Forms*, uma vez que, devido ao COVID-19, não nos foi possível a obtenção das respostas da forma presencial. Como tal, a solução passou pela via online. O questionário esteve ativo do dia 27 de abril de 2020 até ao dia 20 de junho de 2020.

Este foi dividido conforme está divulgado na tabela 3:

Tabela 3: Estrutura do questionário.

Grupos	Descrição	Número de questões
Grupo I	O Turismo na cidade do Porto.	5, com resposta dada em escala de Likert (1 a 7).
Grupo II	Impactos económicos do turismo na cidade do Porto.	8, com resposta dada em escala de Likert (1 a 7).
Grupo III	Impactos sociais do turismo na cidade do Porto.	11, com resposta dada em escala de Likert (1 a 7).
Grupo IV	Impactos ambientais do turismo na cidade do Porto.	6, com resposta dada em escala de Likert (1 a 7).
Grupo V	O turismo e as habitações no centro histórico do Porto.	8, com resposta dada em escala de Likert (1 a 7).
Grupo VI	Motivações.	3, com resposta em escolha múltipla.
Grupo VII	Dados pessoais.	13, com resposta em escolha múltipla 5, com resposta aberta.

Fonte: Elaboração Própria

Na recolha de inquéritos para esta dissertação, teve-se em conta apenas os maiores de 18 anos residentes do centro histórico do Porto, ou seja, cuja morada fosse nas freguesias de Cedofeita, Sé, Miragaia, Santo Ildefonso, Vitória e São Nicolau. O questionário foi respondido por 71 indivíduos, dos quais 4 não foram considerados porque não se enquadravam na especificação maiores de 18 anos e um por não ter

aceitado os termos, segundo as regras do regulamento geral da proteção de dados (RGDP). Os dados obtidos foram depois tratados, como já foi referido, através do SPSS, versão 24.

2.2.2.1 - Processo de amostragem

Na tabela 4 estão enumeradas as diferentes técnicas de amostragem probabilística e não-probabilística, utilizadas nos estudos quantitativos.

Tabela 4: Técnicas de amostragem.

	Aleatório Simples
	Aleatório sistemático
Amostragem Probabilística	Aleatório estratificada
	Aleatória por clusters
	Amostragem por conveniência
Amostra não- probabilística	Amostragem intencional
	Amostragem por quotas

Fonte: Adaptado de Marotti et al. (2008).

No caso deste estudo, a amostragem foi probabilística aleatória simples. Neste tipo de amostragem, cada elemento da população tem igual probabilidade de ser selecionado e é selecionado independentemente dos outros.

2.2.2.2 - Ficha Técnica da Amostra

A população em estudo são todos os residentes do centro histórico do Porto, ou seja, aqueles cuja morada fosse nas freguesias de Cedofeita, Sé, Miragaia, Santo Ildefonso, Vitória e São Nicolau, e com idade superior a 18 anos que, segundo o Diário da República n.º 43/2019, 2º Suplemento, Série II de 2019-03-01, em 31 de dezembro, seriam cerca de 36225 indivíduos. A amostra recolhida foi de 66 questionários. De referir que, ao longo do estudo, e para dar resposta às hipóteses de investigação e decidir-se a validação ou não das mesmas, vai assumir-se um nível de significância de 5%. A tabela 5 apresenta a ficha técnica do estudo.

Tabela 5: Ficha técnica do estudo.

Universo em estudo	Maiores de 18 anos residentes do centro histórico do Porto. N=36225
Cobertura geográfica	Centro Histórico do Porto.
Cobertura temática	Relação dos residentes do centro histórico do Porto com o turismo.
Dimensão da amostra	66 residentes.
Erro da amostra	12%
Grau de confiança	95%
Tipo de amostra	Aleatória Simples.
Tipo de estudo	Quantitativo.
Método de recolha de dados	Inquérito por questionário.
Método de tratamento de dados	SPSS, versão 24.
Período da recolha de dados	27 de abril de 2020 até ao dia 20 de julho de 2020.

Fonte: Elaboração Própria.

2.3 - Técnicas estatísticas de tratamento de dados

Para responder aos principais objetivos deste estudo e para testar as hipóteses definidas foram utilizados os seguintes métodos estatísticos:

- Estatísticas descritivas: medidas de localização, medidas de dispersão e as suas representações gráficas;
- Análise de consistência interna de escala: Alfa de Cronback;
- Testes não paramétricos: Mann-Whitney e Kruskal Wallis;
- Coeficiente de correlação de Spearman;
- Análise fatorial exploratória com variáveis qualitativas ordinais;
- Regressão linear.

Com o objetivo de analisar os impactos económicos, sociais e ambientais do turismo no centro histórico do Porto seguiram-se diversas abordagens estatísticas. Para cada um dos impactos analisaram-se as estatísticas descritivas das variáveis incluídas e procedeu-se à construção de um índice de perceção das mesmas por parte dos respondentes. A construção do índice de perceção de cada impacto seguiu a metodologia proposta pela OCDE (2008). Para o efeito, recorreu-se à análise fatorial exploratória (AFE). Segundo Figueiredo e Silva (2011), esta é explicada “a partir do acúmulo de diferentes trabalhos”, uma vez que quer Spearman, quer Pearson, quer Thurston, contribuíram para aperfeiçoar a sua técnica (Figueiredo e Silva, 2011; p.163).

Bido et al. (2017) afirmam que a análise fatorial exploratória tem duas utilidades. A primeira diz respeito à redução de um conjunto de variáveis em fatores, explicando o “máximo possível de variância do conjunto original”. A segunda serve para “identificar fatores não observados diretamente e que produzem as correlações que observamos nas variáveis” (Bido et al., 2018; p.385).

A adequação dos dados para prosseguir com a AFE foi avaliada pelo teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e pelo teste de esfericidade de Bartlett. As propriedades do conjunto de dados são globalmente adequadas para valores do teste de KMO superiores a 0,5, “sendo que são razoáveis valores de KMO entre 0,6 e 0,7, são considerados médios valores de KMO entre 0,7 e 0,8, bons para KMO entre 0,8 e 0,9 e muito bons para KMO maiores que 0,9” (Dini et al., 2014; p.600) e se o teste de esfericidade de Bartlett for significativo ao nível de significância de 5% (Hair, 2009).

A AFE seguiu o método das componentes principais com rotação *Varimax*. Os fatores comuns a reter serão aqueles que apresentem *eigenvalues* superiores a 1 que explicam a % de variância (baseado no critério de Kaiser), comunalidades superiores a 0,5, *loadings* superiores a 0,5 e de acordo com o *screen plot* (Hair, 2009). Sendo todas as variáveis a serem utilizadas na AFE com dados qualitativos ordinais, devemos aplicar a AFE não nas variáveis originais, mas sim nas suas ordens. Para tal foi necessário passarem pelo processo de *rank* (Marôco, 2018).

Por último, procedeu-se à construção dos pesos utilizados, para construir o índice. Cada variável com *loadings* superiores a 0,5 foi ponderada de acordo com a proporção da sua variância que é explicada pelo fator a que está associada (carga fatorial ao quadrado normalizada) e cada fator foi ponderado de acordo com a sua contribuição para a parcela da variância explicada no conjunto de dados (soma normalizada de cargas fatoriais ao quadrado) (OCDE, 2008).

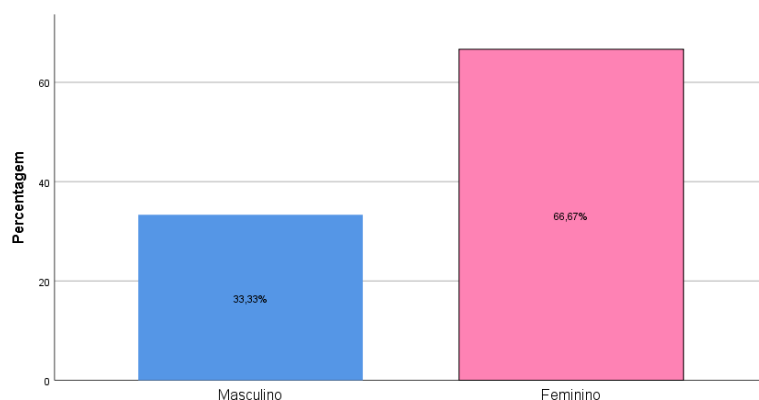
2.4 - Caracterização da amostra: Análise Descritiva

Através da amostra aleatória, foram recolhidos dados referentes ao sexo, a idade, o estado civil, as habilitações literárias, a nacionalidade, o número de pessoas do agregado, o número de filhos a cargo, a situação perante o trabalho, a freguesia de residência, o tipo, o contrato e o tempo em que vive na habitação, se tem o inquirido ou alguém do agregado profissão relacionada com o turismo no Porto. Caso a resposta

a esta questão tenha sido afirmativa, é possível perceber qual o ramo de atividade, qual a atividade, a condição perante a atividade e ainda os anos de abertura ao público dessa mesma atividade.

Na recolha de inquéritos para esta dissertação, teve-se em conta apenas os maiores de 18 anos residentes do centro histórico do Porto, ou seja, cuja morada fosse nas freguesias de Cedofeita, Sé, Miragaia, Santo Ildefonso, Vitória e São Nicolau. Tal como já foi adiantado, o questionário foi respondido por 71 pessoas, mas retiraram-se 4 porque não se enquadravam na especificação maiores de 18 anos e uma por não ter aceitado os termos, segundo as regras do RGDP.

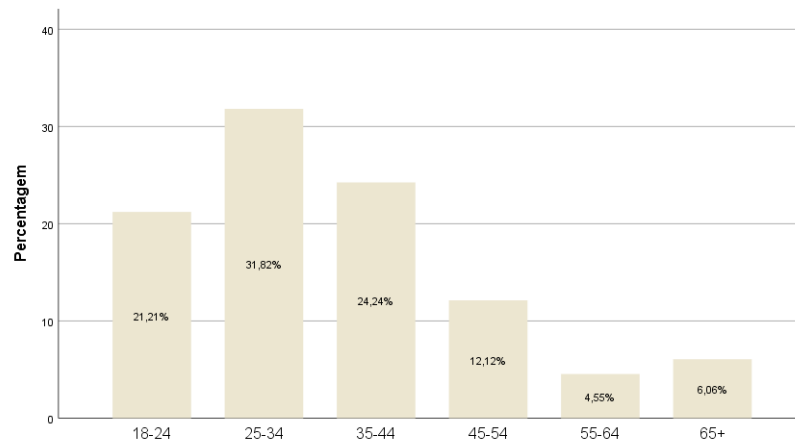
Na amostra obtida dos 66 respondentes, 44 são do sexo feminino e 22 do masculino (Gráfico 1).



Fonte: Elaboração própria tendo em conta os *outputs* do SPSS.

Gráfico 1: Sexo dos inquiridos.

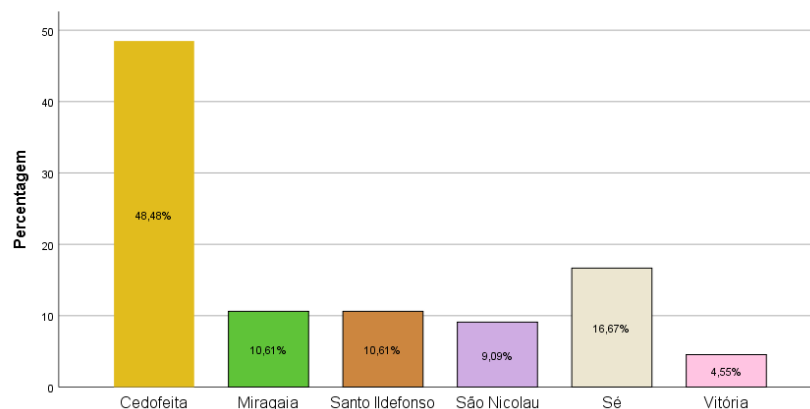
No parâmetro das idades dos inquiridos, ainda que a amostra não nos permita afirmar que o centro histórico está envelhecido, tendo em conta que o questionário apenas foi divulgado online, a média da idade dos residentes é de 36,2 anos e a moda foi de 28 anos, com um desvio-padrão de 15 anos (Gráfico 2).



Fonte: Elaboração própria tendo em conta os *outputs* do SPSS.

Gráfico 2: Faixa etária dos inquiridos.

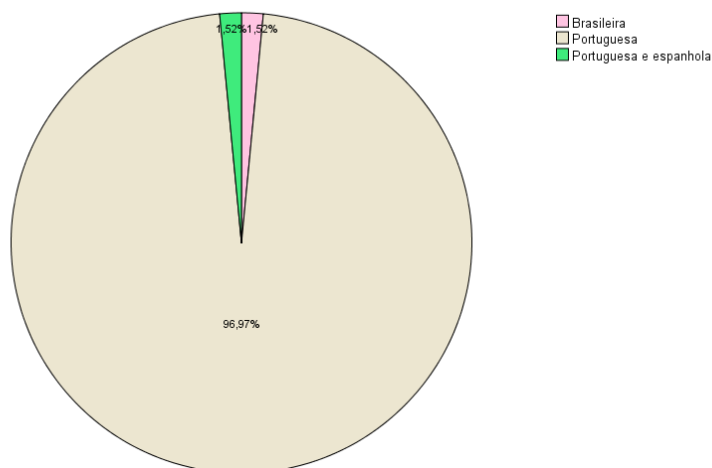
No gráfico seguinte está a caracterização dos respondentes quanto à freguesia de residência, sendo que a maioria (48,48%) é de Cedofeita, 16,67% da Sé, 10,61% de Miragaia e Santo Ildefonso, 9,09% de São Nicolau e de Vitória 4,55% (Gráfico 3).



Fonte: Elaboração própria tendo em conta os *outputs* do SPSS.

Gráfico 3: Freguesia de residência.

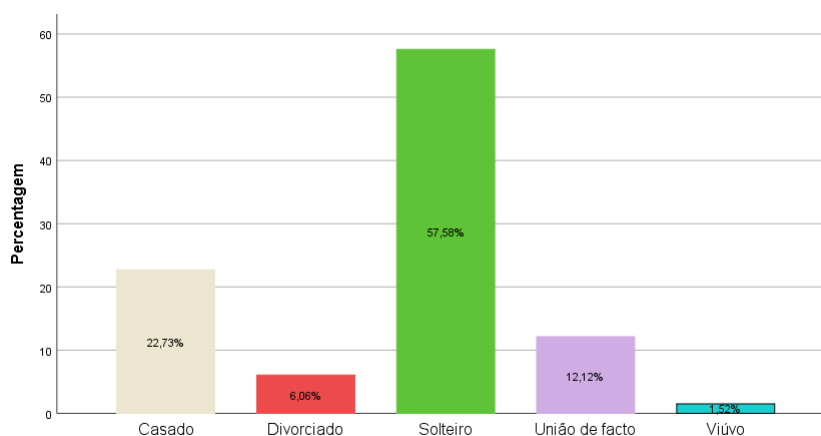
No parâmetro da nacionalidade, a predominante é a portuguesa, com 64 respostas. Apenas tivemos mais um respondente com nacionalidade Portuguesa e Espanhola e um com nacionalidade Brasileira (Gráfico 4).



Fonte: Elaboração própria tendo em conta os *outputs* do SPSS.

Gráfico 4: Nacionalidade.

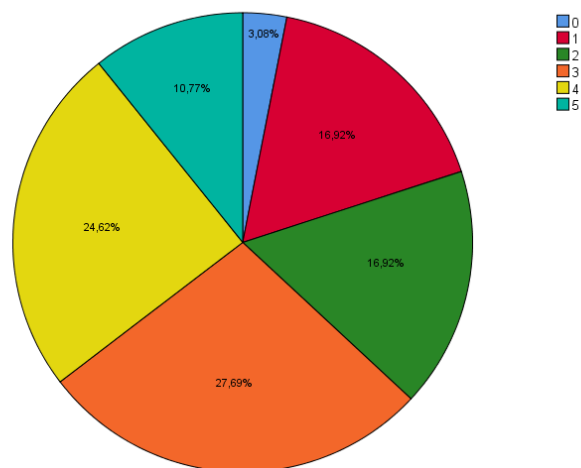
No campo do estado civil, 57,6% responderam “solteiro”, seguido de “casado” com 22,7% e em último lugar surge o “viúvo” com 1,5% (Gráfico 5).



Fonte: Elaboração própria tendo em conta os *outputs* do SPSS.

Gráfico 5: Estado civil.

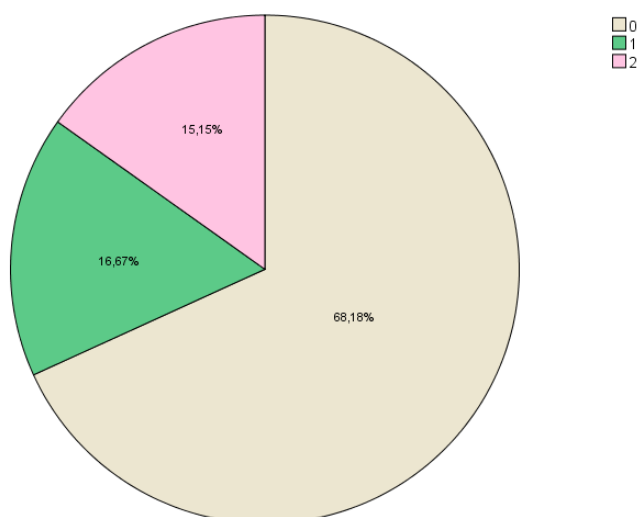
Na questão do agregado familiar, dos 66 inquiridos, apenas um não respondeu à questão. Das 65 respostas válidas, a média do agregado corresponde a 2,86 e a moda a 3. Este dado permite-nos reter que as famílias que habitam nesta zona da cidade já não são muito numerosas (Gráfico 6).



Fonte: Elaboração própria tendo em conta os *outputs* do SPSS.

Gráfico 6: Pessoas do agregado familiar.

Na pergunta 6, relacionada com o número de filhos a cargo, é possível constatar que a moda é 0 e a média não chega a 1, o que pode significar que ou as famílias realmente não tem filhos de todo, apesar de no parâmetro anterior ser visível que a percentagem de pessoas do agregado superior a 3, corresponde a 63,08% dos inquiridos, ou então os filhos ao serem maiores de idade, e conseqüente já não dependerem dos pais, já não foram considerados pelos respondentes (Gráfico 7).

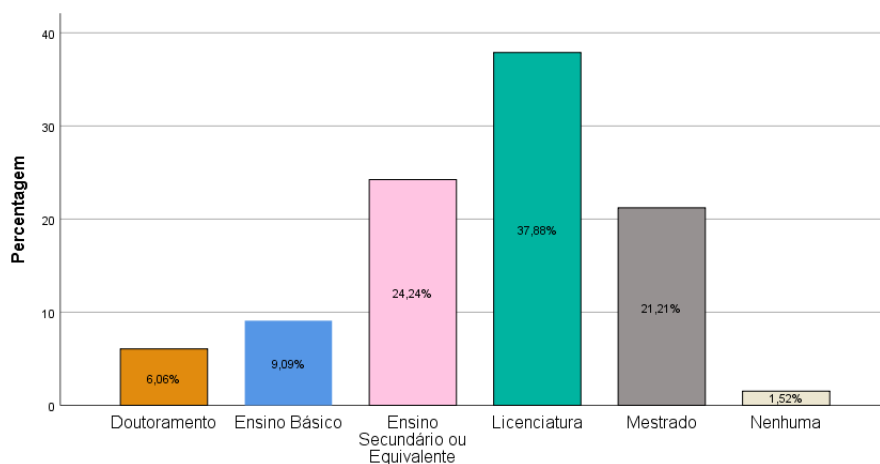


Fonte: Elaboração própria tendo em conta os *outputs* do SPSS.

Gráfico 7: Filhos a cargo.

No campo das habilitações académicas, a resposta mais dada corresponde a “licenciatura” com 37,88%, seguida de “ensino secundário ou equivalente” com 24,24%

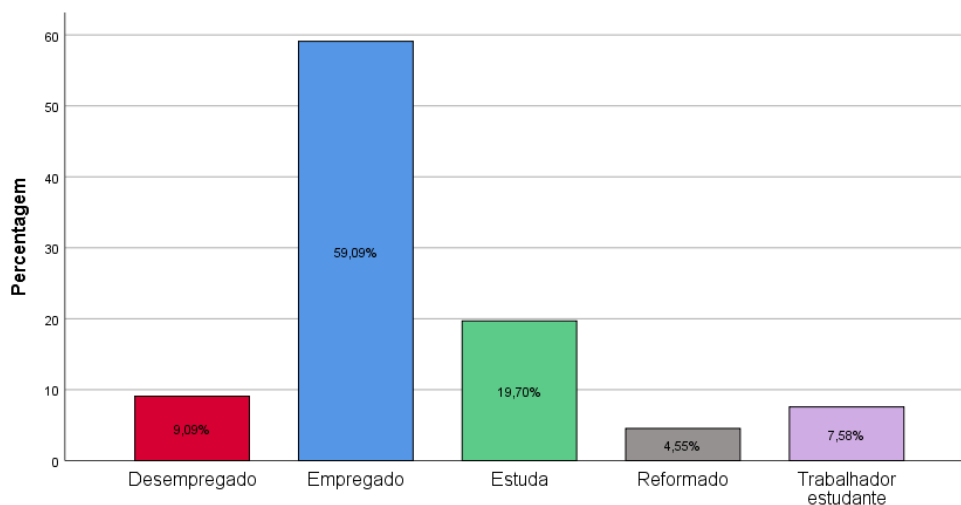
e de “mestrado” com 21,21%. As respostas menos dadas foram “doutoramento” com 6,06% e “nenhuma” (que foi escrita no parâmetro “outra” que poderá ter que ver com alguém que não frequentou de todo um estabelecimento de ensino, podendo talvez dizer-se que será analfabeta) com 1,52% (Gráfico 8).



Fonte: Elaboração própria tendo em conta os *outputs* do SPSS.

Gráfico 8: Habilitações literárias.

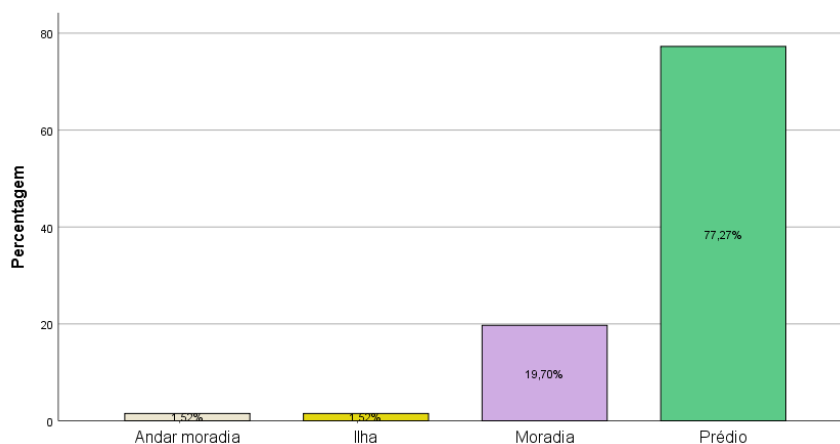
Quanto à situação perante o trabalho, a maioria (59,09%) encontra-se empregada e 7,58% trabalha e estuda ao mesmo tempo. Das 66 pessoas inquiridas, apenas 9,09%, ou seja, de todos os inquiridos, apenas 6 se encontram desempregados (Gráfico 9).



Fonte: Elaboração própria tendo em conta os *outputs* do SPSS.

Gráfico 9: Situação perante o trabalho.

No tipo de residência, a resposta mais dada foi “prédio”, correspondente a 77,27%, seguido de “moradia” com 19,70% e de “ilha” e “andar moradia” com 1,52% cujas respostas foram acrescentadas na alínea de escolha múltipla “outra” (Gráfico 10).

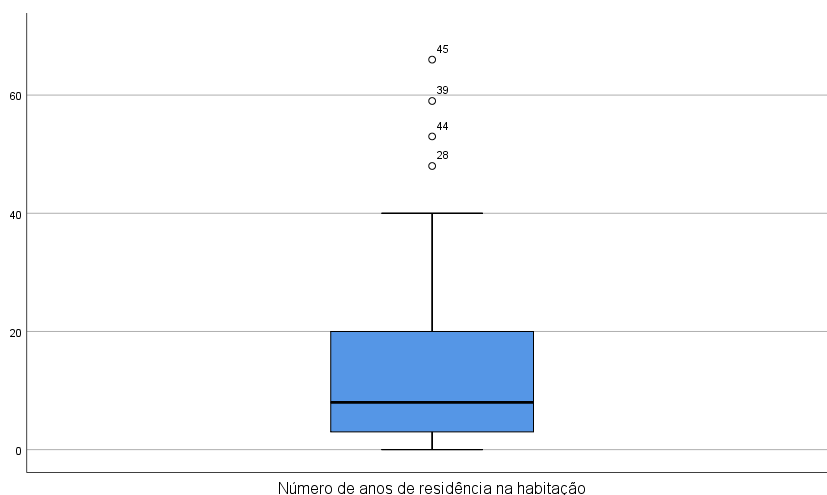


Fonte: Elaboração própria tendo em conta os *outputs* do SPSS.

Gráfico 10: Tipo de habitação em que reside.

Através da questão “contrato na habitação”, é possível perceber que a maioria (57,58%) habita em casas alugadas e apenas 15,15% reside em habitações pertencentes a familiares, nas quais não pagam uma renda fixa. Os restantes (27,27%) possuem habitação própria.

Na questão correspondente ao tempo em que residem na habitação, dos 66 inquiridos, apenas 64 responderam. A média de anos de habitabilidade na residência é de 13,55. O menor número apresentado corresponde a 0 (o que se pode compreender que a pessoa habite lá há menos de um ano) e o maior é 66 (Gráfico 11).



Fonte: Elaboração própria tendo em conta os *outputs* do SPSS.

Gráfico 11: Boxplot.

As próximas duas questões dizem respeito a ligação dos inquiridos com o turismo no Porto, neste caso se o próprio, ou alguém do agregado familiar, tem profissão relacionada com o turismo na cidade. Das 66 respostas válidas, 47 responderam que não tinham profissão relacionada com o turismo e 19 responderam que sim.

Das mesmas 66 respostas validadas, 53 responderam que ninguém do agregado familiar tinha profissão relacionada com o turismo no Porto e 13 responderam que sim, que havia alguém do agregado com essa relação (Tabela 6).

Tabela 6: Profissão relacionada com o turismo.

		Frequência	Percentagem
Tem profissão relacionada com o turismo no Porto?			
	Não	47	71,2
	Sim	19	28,8
Alguém do seu agregado tem profissão relacionada com o turismo no Porto?			
	Não	53	80,3
	Sim	13	19,7

Fonte: Elaboração própria tendo em conta os *outputs* do SPSS.

A partir dos dados retirados das questões que apenas eram obrigatórias caso a resposta à ligação pessoal ou do agregado familiar a profissões relacionadas com o turismo na cidade do Porto fosse “sim”, apesar de 19 dizerem que eles próprios têm profissão

relacionada e 13 disserem que alguém do agregado têm profissão relacionada, apenas 13 responderam à questão do ramo da atividade comercial e 14 responderam ao enquadramento da atividade comercial e à condição perante o estabelecimento (Tabela 7). Quanto à atividade comercial, há um empate entre comércio tradicional e centro comercial, com 6% e o maior número de respostas enquadra-se na cadeia de lojas (nacional ou internacional). Das respostas dadas à questão da condição perante o estabelecimento, a maioria é trabalhador por conta de outrem e apenas 7,6% é proprietário desse mesmo estabelecimento. Quanto ao número de anos em que o estabelecimento está aberto ao público, agrupou-se os dados, sendo que o mínimo respondido foi 0, podendo-se considerar que o estabelecimento está aberto apenas há alguns meses, e o máximo corresponde a 20 anos, sendo que 16,5% correspondem a estabelecimentos abertos há menos de 10 anos, o que coincide como *boom* do turismo no Porto, enunciado pelo Dr. Ricardo Valente na entrevista realizada que, aponta 2009/2010, como o início do turismo no Porto.

Tabela 7: Tabela de frequências.

		Frequência	Percentagem
Qual o ramo de atividade comercial?			
	Agência de viagens	2	3,0
	Alojamento	4	6,1
	Artesanato	1	1,5
	Guia de turismo	3	4,5
	Restauração	2	3,0
	Taxista/Motorista profissional	1	1,5
A atividade comercial enquadra-se em:			
	Cadeia de lojas (nacional ou internacional)	6	9,1
	Centro comercial	4	6,1
	Comércio tradicional	4	6,1
Qual a condição perante o estabelecimento?			
	Proprietário	5	7,6
	Trabalha por conta de outrem	9	13,6
Há quantos anos o estabelecimento está aberto ao público?			

0-5 anos	7	10,5
5-10 anos	4	6,0
10-15 anos	1	1,5
15-20 anos	2	3,0

Fonte: Elaboração própria tendo em conta os *outputs* do SPSS.

CAPÍTULO 3 - Apresentação e análise dos resultados

Neste capítulo irão ser apresentados os resultados obtidos na análise das entrevistas e dos dados quanto ao tema do turismo na cidade do Porto, dos impactos (económicos, sociais e ambientais) do turismo na cidade do Porto, quanto ao abandono habitacional do centro histórico do Porto e às motivações para se residir neste ponto da cidade.

De lembrar que foram feitas as estatísticas descritivas para cada um dos pontos já anunciados para uma melhor perceção das dimensões dos impactos, assim como as devidas análises fatoriais e a construção de índices para os impactos do turismo já anunciados.

3.1 - O turismo na cidade do Porto

O primeiro ponto deste questionário teve como principal objetivo conhecer o grau de concordância da perceção dos residentes quanto ao turismo na cidade do Porto, cujos resultados podem ser encontrados na tabela 8.

Tabela 8: Grau de concordância sobre o turismo na cidade do Porto.

	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	6 (%)	7 (%)	Média	DP	CV
1. O turismo veio dinamizar a cidade.	6,1	0	7,6	1,5	19,7	27,3	37,9	5,62	1,65	0,29
2. O turismo trouxe benefícios para a cidade.	3	6,1	1,5	1,5	34,8	21,2	31,8	5,50	1,54	0,28
3. O centro histórico melhorou com o turismo.	3	7,6	6,1	10,6	25,8	27,3	19,7	5,09	1,62	0,32
4. O turismo dinamizou o centro histórico da cidade.	3	4,5	6,1	7,6	21,2	33,3	24,2	5,36	1,56	0,29
5. O edificado do centro histórico está mais bem conservado devido ao turismo.	3	3	4,5	9,1	27,3	18,2	34,8	5,48	1,55	0,28

Nota:

1 – Discordo Totalmente; 2 – Discordo; 3 – Discordo Parcialmente; 4 – Nem discordo nem concordo; 5 – Concordo Parcialmente; 6 – Concordo; 7 – Concordo Totalmente; DP: Desvio-Padrão; CV: Coeficiência de Variação;

Fonte: Elaboração própria com base nos dados analisados no SPSS.

Na análise deste primeiro grupo é possível afirmar que há um grau de concordância grande quanto a todas as afirmações, sendo a 2 que tem um nível mais elevado com 87,8. Ou seja, os residentes do centro histórico admitem que o turismo trouxe benefícios para a cidade. Quando se vai à mesma questão, mas em relação ao centro histórico, como temos a afirmação 3, 4 e 5, o grau é também elevado com, 72,8%, 78,7% e 80,3%, respetivamente. Em suma, os residentes têm a perceção que a melhoria abrangeu também o centro histórico da cidade.

3.2 – Os impactos do turismo na cidade do Porto

3.2.1 – Os impactos económicos do turismo na cidade do Porto

Neste primeiro parâmetro quis-se tentar perceber quais as perceções e níveis de concordância que os residentes do centro histórico têm sobre o impacto do turismo na economia.

Tabela 9: Estatística Descritiva do impacto económico do turismo na cidade do Porto.

	1- (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	6 (%)	7 (%)	Média	DP	CV
1. O turismo criou mais emprego.	1,5	0	3,0	7,6	18,2	33,3	36,4	5,86	1,23	0,21
2. Houve um aumento da oferta de bens e serviços com o fluxo turístico.	3,0	1,5	3,0	10,6	16,7	28,8	36,4	5,68	1,47	0,26
3. Há um nítido desenvolvimento económico da cidade do Porto devido ao turismo.	0	3,0	3,0	7,6	16,7	31,8	37,9	5,85	1,27	0,22
4. Surgiram mais empresas no centro devido ao turismo.	1,5	6,1	0	3,0	22,7	31,8	34,8	5,80	1,27	0,22
5. Os preços das habitações no centro histórico aumentaram devido ao turismo.	0	0	0	6,1	10,6	13,6	69,7	6,47	0,92	0,14
6. O desenvolvimento da atividade turística no Porto contribui para o aumento do rendimento das famílias.	10,6	7,6	10,6	28,8	21,2	15,2	6,1	4,12	1,66	0,40
7. O desenvolvimento da atividade turística no Porto contribui para o aumento do rendimento do meu agregado.	30,3	3	9,1	21,2	16,7	13,6	6,1	3,56	2,02	0,57
8. O custo de vida no centro histórico aumentou devido ao turismo.	0	0	1,5	4,5	16,7	19,7	57,6	6,27	1,00	0,16

Nota:

1 – Discordo Totalmente; 2 – Discordo; 3 – Discordo Parcialmente; 4 – Nem discordo nem concordo; 5 – Concordo Parcialmente; 6 – Concordo; 7 – Concordo Totalmente; DP: Desvio- Padrão; CV: Coeficiência de Variação;

Fonte: Elaboração própria com base nos dados analisados no SPSS.

Através da tabela 9 é possível retirar algumas primeiras conclusões sobre a análise descritiva à percepção que os residentes têm sobre o impacto económico do turismo no Porto. Os respondentes concordam em maioria que o turismo criou mais emprego (88,5%), que houve um aumento da oferta dos bens e serviços com o fluxo turístico (81,9%), que há um nítido crescimento económico da cidade devido ao turismo (86,4%) e que surgiram mais empresas no centro devido ao turismo (89,3%). Ou seja, nestas quatro primeiras questões a maioria percebe que pelo menos nestas, o impacto é bastante positivo. No entanto, quando a questão já se centra no aumento do preço das habitações (93,9%) e do aumento do custo de vida no centro histórico (94%), o nível de concordância, apesar de ser elevado, já tem um sentido negativo para os residentes. Nas questões sobre o aumento do rendimento das famílias e do próprio agregado devido ao turismo, o nível de concordância desce significativamente para efeitos negativos. O que leva a crer que nesta zona da cidade poucos são os habitantes que têm profissões relacionadas com o turismo na própria cidade.

De seguida, foi aplicada a AFE que possibilita identificar as relações existentes entre as variáveis, para possíveis reduções do número das mesmas para a construção do índice do impacto económico (IIE). Foi calculado o valor de alfa de Cronbach, de 0,71, para verificação da consistência interna que se revelou aceitável (Hair, 2009).

A tabela 10 apresenta os resultados da análise fatorial. O teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO=0,785) e o teste de esfericidade de Bartlett ($\chi^2_{28} = 226,606, p < 0.001$) denotam a adequabilidade dos dados para prosseguir com a análise fatorial. A análise fatorial conduziu à extração de dois fatores que apresentam *eigenvalues* superiores a 1 e explicam 68,38% da variância total (Critério de Kaiser). As variáveis apresentam comunalidades superiores a 0,5 o que indica que uma boa parte da variância dos resultados de cada variável é explicada pelos dois fatores. O Fator 1 é composto pelas primeiras quatro variáveis e o Fator 2 pelas restantes, com carga fatorial superior a 0,5. O primeiro fator apresenta pesos fatoriais elevados para as variáveis relacionadas com

o emprego, oferta de bens e serviços, desenvolvimento económico da cidade e maior número de empresas e explica cerca de 41,6% da variância total. O segundo fator apresenta pesos elevados para as variáveis relacionadas com o preço das habitações, custo de vida e rendimentos, embora neste caso, os *loadings* sejam negativos, e explica cerca de 26,74% da variância total.

Tabela 10: Análise Fatorial do impacto económico.

	Comunidades	Fator 1		Fator 2	
		Carga fatorial	Peso da variável no fator (a)	Carga fatorial	Peso da variável no fator (a)
1. O turismo criou mais emprego.	0,719	0,846	0,21	-0,059	0,00
2. Houve um aumento da oferta dos bens e serviços com o fluxo turístico.	0,791	0,888	0,24	-0,039	0,00
3. Há um nítido desenvolvimento económico da cidade do Porto devido ao turismo.	0,656	0,809	0,20	0,034	0,00
4. Surgiram mais empresas no centro devido ao turismo.	0,730	0,854	0,22	0,015	0,00
5. Os preços das habitações no centro histórico aumentaram devido ao turismo.	0,741	0,164	0,01	0,845	0,33
6. O desenvolvimento da atividade turística no Porto contribui para o aumento do rendimento das famílias.	0,642	0,483	0,07	-0,639	0,19
7. O desenvolvimento da atividade turística no Porto contribui para o aumento do rendimento do meu agregado.	0,516	0,380	0,04	-0,609	0,17
8. O custo de vida no centro histórico aumentou devido ao turismo.	0,676	0,195	0,01	0,799	0,30
<i>Eigenvalues</i>		3,399		2,072	
Percentagem da variância explicada		41,647%		26,738%	
Percentagem acumulada da variância explicada	68,38%				
Peso dos fatores no índice de perceção do impacto económico (b)		61%		39%	

Nota: (a) - Quadrado da carga fatorial normalizado; (b) Soma dos quadrados da carga fatorial normalizada.

Fonte: Elaboração própria tendo como base os *outputs* do SPSS.

Foram criados dois fatores (*fator 1 e fator 2*) com os itens cujos *loadings* eram superiores a 0,5 ponderados pela proporção da sua variância que é explicada pelo

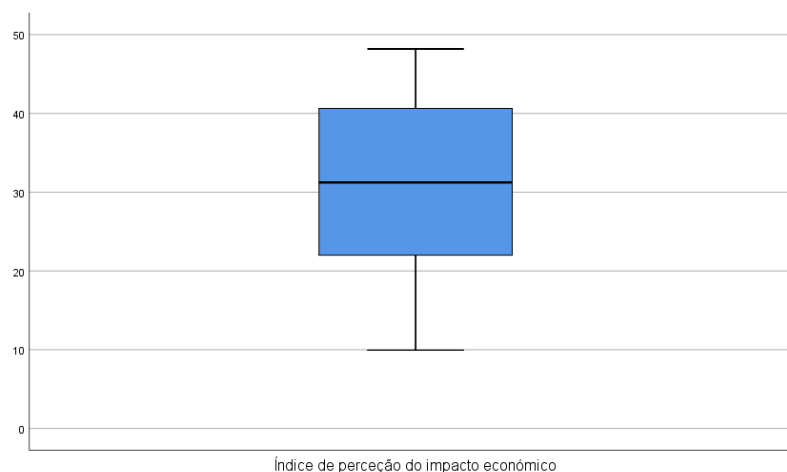
respetivo fator. O índice de percepção do impacto económico foi calculado ponderando cada um desses fatores pela contribuição respetiva para a variância total explicada.

Este índice é obtido através da seguinte fórmula:

$$\text{Índice de Percepção do impacto económico (IIE)} = 0,61 \times \text{fator 1} + 0,39 \times \text{fator 2}$$

O valor deste índice varia entre um mínimo de 8,53 e um máximo de 48,19, sendo a média de 30,28 (DP=10,32) (Gráfico 12).

Verificamos que há uma maior concentração de respostas acima da mediana (30,71) do que abaixo dela e uma maior concentração de respostas entre a mediana e o 3º quartil (40,85), o que indica que a distribuição dos dados é assimétrica negativa. O valor mediano é apenas ligeiramente superior, denotando um impacto económico globalmente positivo. Apenas 25% dos respondentes consideram um impacto até 21,4 (1º quartil). Assim, é possível afirmar que este impacto tem um efeito positivo na percepção dos residentes sobre o turismo.



Nota: A linha a negrito representa a mediana, enquadrada entre o 1º quartil (extremidade inferior da caixa) e o 3º quartil (extremidade superior da caixa). As barras inferiores e superiores representam, respetivamente, as distribuições mínima e máxima.

Fonte: Elaboração própria tendo como base os *outputs* do SPSS.

Gráfico 12: Análise Fatorial do impacto económico.

3.2.2 - Os impactos sociais do turismo na cidade do Porto

O segundo parâmetro, tal como no segundo, o objetivo era tentar perceber quais as percepções e níveis de concordância que os residentes do centro histórico têm sobre o impacto social do turismo. Na tabela 11 apresentam-se os resultados.

Tabela 11: Estatística Descritiva dos impactos sociais do turismo.

	1 (%)	2- %	3 (%)	4 (%)	5 (%)	6 (%)	7 (%)	Média	DP	CV
1. Sinto mais segurança no centro do Porto desde que há mais turistas.	7,6	6,1	7,6	30,3	18,2	13,6	16,7	4,53	1,73	0,38
2. Devido ao turismo têm aumentado o número de roubos, furtos e atividades suspeitas ou vandalismo (danos no património público e privado).	3,0	9,1	4,5	28,8	22,7	13,6	15,2	4,66	1,59	0,34
3. Gosto de interagir com os turistas.	3,0	6,1	4,5	16,7	22,7	19,6	27,3	5,18	1,64	0,32
4. Os turistas são bem-comportados.	4,5	3,0	10,6	40,9	3,0	28,8	9,1	4,26	1,23	0,29
5. Os turistas são simpáticos.	4,5	0	6,1	28,8	33,3	22,7	3,0	4,73	1,27	0,27
6. Os turistas procuram saber sobre os costumes e a cidade.	4,5	1,5	4,5	27,3	27,3	25,8	9,1	4,85	1,40	0,29
7. Os turistas não respeitam o descanso dos residentes.	4,5	6,1	6,1	28,8	24,2	15,2	15,2	4,68	1,58	0,34
8. Os turistas invadem a privacidade dos residentes.	6,1	7,6	10,6	24,2	27,3	6,1	18,2	4,50	1,70	0,38
9. Os turistas perturbam o meu dia-a-dia.	13,6	7,6	15,2	25,8	16,7	9,1	12,1	4,00	1,83	0,46
10. Há demasiados turistas no Porto.	7,6	7,6	9,1	16,7	15,2	15,2	28,8	4,85	1,94	0,40
11. Devido ao turismo há mais e melhores acessos à cidade.	4,5	7,6	9,1	22,7	19,7	21,2	15,2	4,70	1,66	0,35

Nota:

1 – Discordo Totalmente; 2 – Discordo; 3 – Discordo Parcialmente; 4 – Nem discordo nem concordo; 5 – Concordo Parcialmente; 6 – Concordo; 7 – Concordo Totalmente; DP: Desvio-Padrão; CV: Coeficiência de Variação;

Fonte: Elaboração própria tendo como base os *outputs* do SPSS.

A partir da tabela 11, é possível perceber a perceção que os residentes têm dos turistas. Sem grandes níveis de concordância, os respondentes, concordam que o número de roubos e furtos têm aumentado com o turismo (interpretando que não são necessariamente os turistas que praticam esta atividade ilícita, mas sim que são os principais atrativos de quem o faz, o que justifica o valor de 48,5% relativamente à questão de que se sentem mais seguros com o aumento do turismo), concordam também (aqui com uma percentagem maior) que gostam de interagir com os turistas, que são simpáticos, que procuram saber mais sobre os costumes e a cidade e que há mais e melhores acessos à mesma devido ao turismo. No parâmetro negativo encontram-se as atitudes quanto ao bom comportamento, ao não respeitarem o

descanso e a privacidade dos residentes. No entanto, apenas uma pequena percentagem (37,9%) se diz incomodado pelos turistas. Depois na questão quanto à demasia de turistas na cidade, os inquiridos já concordam a 56,1%.

Na tabela 12 estão presentes os resultados da análise fatorial ao impacto social do turismo. O teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO=0,779) e o teste de esfericidade de Bartlett ($\chi^2_{28} = 180,166, p < 0.001$) denotam a adequabilidade dos dados para prosseguir com a análise fatorial. Esta análise foi feita a todos os itens deste grupo III. Excluíram-se as variáveis 1, 3, 4, 5 e 6 de forma a aumentar a consistência interna (alfa de Cronbach=0,77). A análise fatorial foi realizada com as variáveis 2, 7, 8, 9, 10 e 11, e conduziu à extração de dois fatores que explicam 77,16% da variância total e apresentam *eigenvalues* superiores a 1 (Critério de Kaiser). As variáveis apresentam comunalidades superiores a 0,5 o que indica que uma boa parte da variância dos resultados de cada variável é explicada pelos dois fatores. O Fator 1 é composto pelas variáveis 2, 7 e 8 e o Fator 2 pela 9, 10 e 11, com carga fatorial superior a 0,5. O primeiro fator apresenta pesos fatoriais elevados para as variáveis relacionadas com o comportamento dos turistas em relação aos residentes (não respeito do descanso e privacidade dos residentes) e o aumento de roubos e atos de vandalismo e explica cerca de 45,8% da variância total. O segundo fator apresenta pesos elevados para as variáveis relacionadas com o aumento do turismo na cidade e as suas consequências, embora neste caso, um dos *loadings* seja negativo, e explica cerca de 31,38% da variância total.

Tabela 12: Análise Fatorial do impacto social.

	Comunalidades	Fator 1		Fator 2	
		Carga fatorial	Peso da variável no fator (a)	Carga fatorial	Peso da variável no fator (a)
2. Devido ao turismo têm aumentado o número de roubos, furtos e atividades suspeitas ou vandalismo (danos no património público e privado).	0.581	0.746	0.20	0.158	0.01
7. Os turistas não respeitam o descanso dos residentes.	0.809	0.867	0.27	0.0238	0.03

8. Os turistas invadem a privacidade dos residentes.	0.797	0.845	0.26	0.286	0.04
9. Os turistas perturbam o meu dia-a-dia.	0.816	0.455	0.08	0.780	0.32
10. Há demasiados turistas no Porto.	0.768	0.364	0.05	0.797	0.34
11. Devido ao turismo há mais e melhores acessos à cidade.	0.860	0.621	0.14	-0.689	0.25
<i>Eigenvalues</i>		3,210		1,419	
Percentagem da variância explicada		45,783%		31,376%	
Percentagem acumulada da variância explicada	77,159%				
Peso dos fatores no índice de perceção do impacto social (b)		59%		41%	

Nota: (a) - Quadrado da carga fatorial normalizado; (b) Soma dos quadrados da carga fatorial normalizada.

Fonte: Elaboração própria tendo como base os *outputs* do SPSS.

Tal como foi feito para o impacto anterior, também deste impacto, surgiram dois fatores (*fator 1* e *fator 2*), criados com as variáveis cujos *loadings* eram superiores a 0,5. O cálculo do índice de perceção deste impacto foi também calculado ponderando cada um dos fatores pela contribuição respetiva para a variância total explicada.

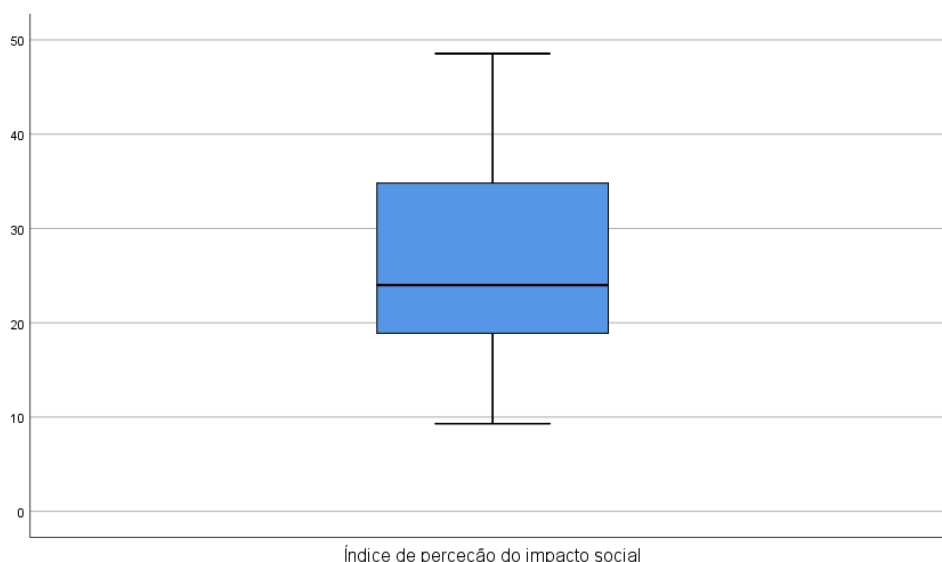
A fórmula do índice para a perceção do impacto social tem a seguinte forma:

$$\text{Índice de Perceção do impacto social (IIS)} = 0,59 \times \text{fator 1} + 0,41 \times \text{fator 2}$$

O valor deste índice varia entre um mínimo de 9,29 e um máximo de 48,55, sendo a média de 26,73 (DP=11,02) (Gráfico 12).

Há uma maior concentração de respostas abaixo da mediana (24,00), do que acima dela e uma maior concentração de respostas entre o primeiro quartil e a mediana, o que indica que a distribuição dos dados é assimétrica positiva. O valor mediano é inferior ao valor médio, denotando um impacto social globalmente negativo. Apenas 25% dos respondentes consideram um impacto até 18,72 (1º quartil).

Da observação de como as variáveis estão definidas, e a sua ponderação no índice de perceção do impacto social, quanto maior é o valor deste índice mais negativa é a perceção que os residentes têm do impacto social.



Nota: A linha a negrito representa a mediana, enquadrada entre o 1º quartil (extremidade inferior da caixa) e o 3º quartil (extremidade superior da caixa). As barras inferiores e superiores representam, respetivamente, as distribuições mínima e máxima.

Fonte: Elaboração própria tendo como base os *outputs* do SPSS.

Gráfico 13: Diagrama de caixa do índice de percepção do impacto social.

3.2.3 Os impactos ambientais do turismo na cidade do Porto

Neste último tópico dos impactos do turismo na cidade do Porto, começar-se-á pela análise das estatísticas descritivas, seguindo-se da análise fatorial e do índice de percepção do impacto.

Tabela 13: Estatística Descritiva dos impactos ambientais do turismo.

	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	6 (%)	7 (%)	Média	DP	CV
1. O ruído (poluição sonora) aumentou muito com o turismo.	0	3,0	3,0	22,7	19,7	24,2	27,3	5,41	1,35	0,25
2. Há mais lixo na cidade devido ao turismo.	1,5	6,1	7,6	12,1	21,2	28,8	22,7	5,23	1,55	0,30
3. Há uma maior preocupação com a limpeza das zonas turísticas da cidade por parte da Câmara Municipal do Porto.	1,5	3,0	4,5	15,2	21,2	28,8	25,8	5,41	1,43	0,26
4. Há mais sacos do lixo e contentores na via pública no final do dia impedindo a passagem dos moradores.	3,0	9,1	10,6	30,3	28,8	7,6	10,6	4,38	1,47	0,34

5. O turismo veio contribuir para uma possível degradação ambiental da cidade.	4,5	6,1	9,1	15,2	22,7	19,7	22,7	4,95	1,71	0,35
6. Preocupam-me as questões ambientais que o turismo possa provocar.	0	3,0	1,5	21,2	22,7	18,2	33,3	5,52	1,35	0,24

Nota:

1 – Discordo Totalmente; 2 – Discordo; 3 – Discordo Parcialmente; 4 – Nem discordo nem concordo; 5 – Concordo Parcialmente; 6 – Concordo; 7 – Concordo Totalmente; DP: Desvio-Padrão; CV: Coeficiência de Variação;

Fonte: Elaboração própria tendo como base os *outputs* do SPSS.

Tendo em conta a tabela 13, as perceções dos respondentes a este impacto têm um nível de concordância elevado em todas as questões exceto na questão número 4 que diz respeito ao facto de existir mais sacos do lixo e contentores na via pública no final do dia impedindo a passagem dos moradores que apenas teve 47% de concordância. No entanto, as respostas a esta questão não são uma surpresa, uma vez que na questão anterior, que diz respeito à preocupação da Câmara Municipal do Porto com a limpeza das zonas turísticas da cidade, teve um nível de concordância de 75,8%. Quanto ao ruído e à existência de mais lixo na cidade em geral, os residentes também apresentaram uma elevada concordância com 71,2% e 72,7%, respetivamente. Isto poderá ser justificado com o aumento de pessoas e de transportes que o turismo veio trazer a muitos pontos da cidade do Porto. Por fim, os moradores concordam em 65,1% que o turismo está a contribuir para uma possível degradação ambiental da cidade, o que também vai de encontro com o grau de concordância das duas primeiras questões, e mostram uma preocupação com as questões ambientais que o turismo possa provocar com uma concordância de 74,2% neste campo.

O vereador da CMP, a este propósito, refere que o Porto é a única cidade portuguesa que tem um regulamento que exige que cada estabelecimento noturno tenha de garantir que, quem more por cima destes estabelecimentos, tenha condições de sonoridade e têm de financiar as suas obras. Adicionalmente, refere que o ruído existente é na rua, da competência da Polícia de Segurança Pública, e que a CMP já apresentou uma proposta de alteração da lei do consumo de álcool em espaço público ao governo, no sentido da sua proibição, como já se verifica em vários países europeus.

O valor de alfa de Cronbach é 0,72 pelo que podemos considerar que as variáveis medem de forma adequada a dimensão do impacto ambiental.

A tabela 14 apresenta os resultados da análise fatorial. O teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO=0,727) e o teste de esfericidade de Bartlett ($\chi^2_{28} = 120,455, p < 0.001$) denotam a adequabilidade dos dados para prosseguir com a análise fatorial. No entanto, esta análise não foi feita a todas as respostas dadas neste grupo IV, excluindo-se a variável 4, cuja comunalidade era inferior a 0,5 (Hair, 2009). A análise fatorial avançou apenas com as variáveis 1, 2, 3, 5 e 6, e conduziu à extração de dois fatores (*fator 1* e *fator 2*) que explicam 77,618% da variância total e apresentam *eigenvalues* superiores a 1 (Critério de Kaiser). As variáveis apresentam comunalidades superiores a 0,5 o que indica que uma boa parte da variância dos resultados de cada variável é explicada pelos dois fatores. O Fator 1 é composto pelas variáveis 1, 2, 5 e 6 e o Fator 2 pela questão 3 com carga fatorial superior a 0,5. O primeiro fator apresenta pesos fatoriais elevados para as variáveis relacionadas com o turismo e a poluição e explica cerca de 55,1% da variância total. O segundo fator apresenta pesos elevados para as variáveis relacionadas com a preocupação da Câmara Municipal do Porto em relação à recolha do lixo e a contribuição do turismo para uma degradação ambiental da cidade e explica cerca de 22,54% da variância total.

Tabela 14: Análise Fatorial do impacto ambiental.

	Comunalidades	Fator 1		Fator 2	
		Carga fatorial	Peso da variável no fator (a)	Carga fatorial	Peso da variável no fator (a)
1. O ruído (poluição sonora) aumentou muito com o turismo.	0.776	0.660	0.17	0.584	0.26
2. Há mais lixo na cidade devido ao turismo.	0.735	0.810	0.26	0.281	0.06
3. Há uma maior preocupação com a limpeza das zonas turísticas da cidade por parte da Câmara Municipal do Porto.	0.893	-0.034	0.00	0.944	0.68
5. O turismo veio contribuir para uma possível degradação ambiental na cidade.	0.793	0.889	0.31	-0.058	0.00
6. Preocupam-me as questões ambientais que o turismo possa provocar.	0.684	0.827	0.27	-0.010	0.00

<i>Eigenvalues</i>		2,754	1,127
Percentagem da variância explicada		51,319%	26,299%
Percentagem acumulada da variância explicada	77,618%		
Peso dos fatores no índice de perceção do impacto ambiental (b)		39,8%	34%

Nota: (a) - Quadrado da carga fatorial normalizado; (b) Soma dos quadrados da carga fatorial normalizada.

Fonte: Elaboração própria tendo como base os *outputs* do SPSS.

A partir da análise fatorial foram criados fatores com as variáveis cujos *loadings* eram superiores a 0,5 ponderados pela proporção da sua variância que é explicada pelo respetivo fator. O índice de perceção do impacto ambiental foi calculado ponderando cada um dos fatores pela contribuição respetiva para a variância total explicada.

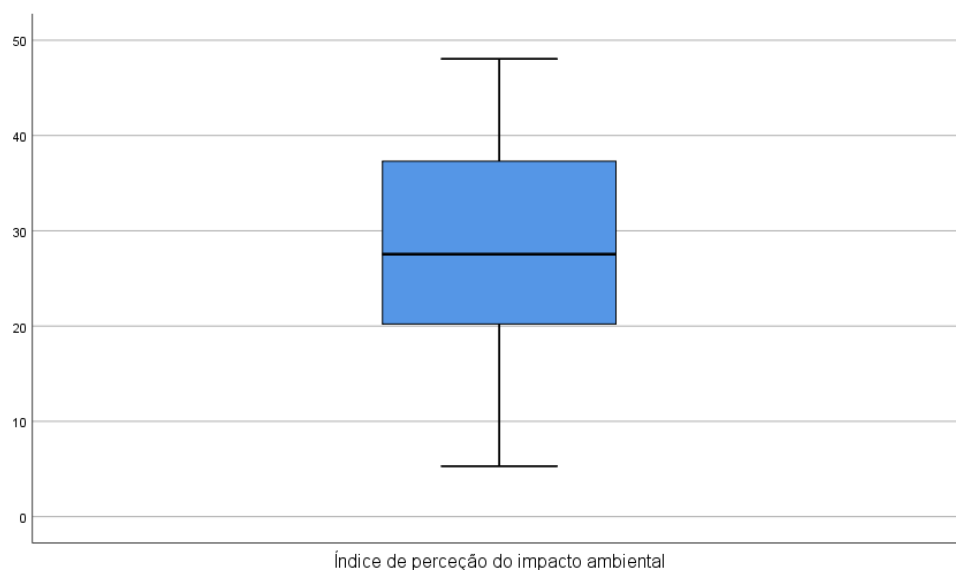
Este índice é obtido através da seguinte fórmula:

$$\text{Índice de Perceção do impacto ambiental (IIA)} = 0,66 \times \text{fator 1} + 0,34 \times \text{fator 2}$$

O valor deste índice varia entre um mínimo de 5,29 e um máximo de 48,05, sendo a média de 27,87 (DP=10,80). (Gráfico 14).

Há uma maior concentração de respostas acima da mediana (27,55) do que abaixo dela e uma maior concentração de respostas entre o primeiro quartil e a mediana, o que indica que a distribuição dos dados é assimétrica negativa. O valor mediano é inferior ao valor médio, denotando um impacto ambiental globalmente negativo. Apenas 25% dos respondentes consideram um impacto até 20,07 (1º quartil).

Da observação de como as variáveis estão definidas, e a sua ponderação no índice de perceção do impacto ambiental, quanto maior é o valor deste índice mais negativa é a perceção que os residentes têm do impacto ambiental no centro histórico do Porto.



Nota: A linha a negrito representa a mediana, enquadrada entre o 1º quartil (extremidade inferior da caixa) e o 3º quartil (extremidade superior da caixa). As barras inferiores e superiores representam, respetivamente, as distribuições mínima e máxima.

Fonte: Elaboração própria tendo como base os *outputs* do SPSS.

Gráfico 14: Diagrama de caixa do índice de percepção do impacto ambiental.

3.3 - Impacto do turismo no abandono habitacional no centro histórico do Porto

Neste ponto teve-se como objetivo analisar a percepção dos residentes quanto à relação entre o abandono do centro histórico da cidade e o aumento do turismo. Os graus de concordância estão presentes na tabela 15 e irão ser analisados de seguida.

Tabela 15: Impacto do turismo no abandono habitacional do centro histórico do Porto.

	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	6 (%)	7 (%)	Média	DP	CV
1. Devido ao turismo, as casas abandonadas foram ocupadas com alojamentos para os turistas.	1,5	0	10,6	4,5	13,6	27,3	42,4	5,80	1,44	0,25
2. Devido ao turismo, sinto-me obrigado a deixar a minha casa.	25,8	7,6	9,1	15,2	10,6	9,1	22,7	3,95	2,30	0,58
3. Devido ao turismo já me pressionaram a deixar a minha casa.	22,8	6,1	6,1	15,2	13,6	6,1	24,2	3,94	2,35	0,60
4. Os turistas deviam ficar apenas nos estabelecimentos hoteleiros.	9,1	0	10,6	16,7	19,7	12,1	31,8	5,02	1,87	0,37
5. Não quero ver a casa de conhecidos meus a ser ocupada pelo alojamento local.	6,1	3	6,1	9,1	16,7	9,1	50,0	5,55	1,85	0,33

6. Há pessoas a abandonarem as suas casas no centro histórico devido ao turismo.	0	0	4,5	9,1	15,2	15,2	56,1	6,09	1,22	0,20
7. O abandono habitacional do centro histórico é devido ao turismo.	4,5	0	6,1	7,6	15,2	24,2	42,4	5,71	1,59	0,28
8. A reabilitação do centro histórico faz com que mais pessoas quisessem morar nesta zona.	6,1	0	9,1	9,1	27,3	27,3	21,2	5,18	1,60	0,31

Nota:

1 – Discordo Totalmente; 2 – Discordo; 3 – Discordo Parcialmente; 4 – Nem discordo nem concordo; 5 – Concordo Parcialmente; 6 – Concordo; 7 – Concordo Totalmente; DP: Desvio-Padrão; CV: Coeficiência de Variação;

Fonte: Elaboração própria tendo como base os *outputs* do SPSS.

No impacto do turismo no abandono habitacional do centro histórico, os residentes, têm a perceção que existem casas ocupadas por alojamentos para os turistas, mas que, neste caso, serão as abandonadas, uma vez que o grau de concordância foi de 83,3%. Já no campo de se sentirem pressionados para abandonarem as suas casas devido ao turismo quer por eles próprios, quer por terceiros, a concordância já cai para 42,4% e 43,9%, respetivamente. Os graus mais elevados de concordância voltam a surgir quando são inquiridos sobre se há pessoas a abandonarem as suas casas no centro histórico devido ao turismo (86,5%) e sobre se o abandono no centro histórico é devido ao turismo (81,8%). Aqui, neste ponto, pode-se comparar com uma questão colocada nas entrevistas sobre este assunto, à qual, o entrevistado A e o entrevistado B, corresponderam que este não era um dos motivos do abandono. Na verdade, eles afirmam mesmo que o abandono habitacional é anterior ao *boom* do turismo na cidade e que é um fenómeno que se deu nos anos 80/90. O que gerou consenso entre entrevistados e inquiridos é que a reabilitação do centro histórico fez com que mais pessoas quisessem lá morar.

3.4 - Principais motivações para residir no centro histórico do Porto

Neste último ponto de análise, era importante perceber quais as motivações dos inquiridos para habitarem no centro histórico e se estariam dispostos a vender a sua habitação.

Na tabela 16 reportam-se as principais motivações para residirem no centro histórico.

Tabela 16: Principais motivações para residir no centro histórico.

	1- Facilidade de Transportes %	2- Já residido há muitos anos %	3- Proximidade com familiares %	4- Proximidade com o emprego %	5- Outra %
1. Qual a principal motivação para residir no centro histórico?	25,8	43,9	6,1	15,2	9

Nota: Na resposta “outra” foram enumeradas razões como “é moda”, “estar perto de tudo, como ir a pé para a baixa”, “não ter que utilizar transportes”, “nascida e criada, tal como gerações anteriores”, e “todas as anteriores”.

Fonte: Elaboração própria tendo como base os *outputs* do SPSS.

A maioria (43,9%), na resposta a esta questão, considera que o facto de residir há muitos anos, faz com que seja a maior motivação para continuar no centro histórico da cidade, seguido da facilidade de transportes (25,8%), a proximidade com o emprego (15,2%), a proximidade com familiares (6,1%) e por fim a questão de campo aberto “outra” em que enumeraram razões como “é moda”, “estar perto de tudo, como ir a pé para a baixa”, “não ter que utilizar transportes”, “nascida e criada, tal como gerações anteriores”, e “todas as anteriores”.

Tabela 17: Proposta de compra de habitação fora do centro histórico.

	1- De imediato %	2- Depois de analisar %	3- Depois de me aconselhar com alguém %	4- Pelo contrário, recusava %
2. Se lhe propusessem a compra de uma habitação fora do centro histórico por um valor justo, aceitaria?	6,1	62,1	7,6	24,2
3. Se lhe propusessem a compra da sua habitação por um valor justo, aceitaria?	9,1	45,5	13,6	31,8

Fonte: Elaboração própria tendo como base os *outputs* do SPSS.

A maioria (62,1%), na resposta à questão 2, acredita que depois de analisar a proposta de compra de uma habitação fora do centro histórico por um valor justo, que o aceitava, enquanto que apenas 24,2% aceitaria manter-se. Já na questão 3, que aborda a proposta de venda da sua habitação no centro histórico, a maioria (45,5%), na resposta a esta questão, acredita depois de analisar a proposta de compra da sua casa

por um valor justo que, provavelmente, o aceitaria, apenas 31,8% recusava a proposta (Tabela 17).

Procurou-se, também, averiguar se os residentes no centro histórico conhecem as medidas que a Câmara Municipal do Porto tomou após ter encomendado um estudo à Universidade Católica para entender a pressão dos alojamentos locais sobre as habitações no centro histórico (medidas estas que, entretanto, foram suspensas). De acordo com o Jornal Público (2019), as medidas implementadas no ano de 2019 foram:

- Criação de áreas de contenção de acordo com a pressão de alojamento local;
- Definição de zonas turísticas de exploração sustentável;
- Suspensão durante 6 meses de novos registos de alojamento local na zona do centro histórico, rua da Boavista e rua Aníbal Cunha, nomeadamente em áreas com um nível de pressão acima dos 50% (conforme foi calculado no estudo já mencionado).

Os resultados encontram-se descritos na Tabela 18.

Tabela 18: Medidas da Câmara Municipal do Porto em relação aos alojamentos locais.

	1- Sim %	2- Não %	3- Em parte %	4- Desconheço as medidas %
4. Concorda com as medidas que a Câmara Municipal do Porto tomou em relação à legalização de novos espaços para alojamento local?	9,1	24,2	36,4	30,3

Fonte: Elaboração própria tendo como base os *outputs* do SPSS.

Aqui constata-se que apenas 9,1% assumem concordar com as novas medidas tomadas pela Câmara Municipal do Porto em relação à legalização de novos espaços para alojamento local, mas a maioria (36,4%), assume que não conhece todas as medidas e 30,3% afirma mesmo que as desconhece.

Nesta decorrência é possível reter que os habitantes do centro histórico residem neste porque, provavelmente, já as gerações anteriores o faziam e que, caso lhe propusessem a compra da sua casa por um valor justo, e já depois de analisar a oferta, que aceitariam mudar.

3.5 – Análise qualitativa

Na análise qualitativa foi elaborada uma tabela (Tabela 19) com 6 pontos em comum que correspondem a um tema abordado a que o entrevistado A (Dr. Ricardo Valente) e o entrevistado B (Dr. Martins Pereira) responderam. Está presente também a, em síntese, resposta que cada um deles deu e que, em alguns pontos, foi muito semelhante.

Tabela 19: Análise qualitativa.

	Entrevistado A	Entrevistado B
Mote para o desenvolvimento do turismo no Porto (I)	A entrada das companhias aéreas <i>low-cost</i> e a estrutura aeroportuária.	A curiosidade em conhecer a cidade que deu “grandes factos da história de Portugal”.
Mudanças no Porto devido ao turismo (II)	O renascer da cidade com a “reabilitação patrimonial do Porto” e a forma de ver o Porto pelos próprios portuenses.	Melhoria do parque habitacional e infraestruturas da cidade, dinamismo cultural, económico, comercial e histórico.
Diferenças no centro histórico (III)	O centro histórico era um lugar degradado onde ninguém queria habitar e neste momento, devido à sua reabilitação, muito impulsionada pelo turismo, tornou-se um lugar muito mais apetecível para habitar. A própria CMP tem projetos de habitação no centro histórico.	O centro histórico de há 30 anos era “um conjunto monumental de casas degradadas, sem o mínimo de condições de salubridade e de qualidade de vida”. O turismo, ainda que com a tentativa anterior da CMP em reabilitar as habitações, gerou mais receitas, permitindo um parque urbano melhorado.
Turismo sustentável no Porto (IV)	É importante a nível ambiental com a criação de circuitos próprios para recolha de lixos, circulação automóvel e pedonalização de determinadas zonas da cidade para permitir a sustentabilidade do crescimento do fluxo turístico.	O turismo deverá crescer mais e, sobretudo a nível sustentável, para que haja uma preservação da cultura, usos e costumes dos portuenses.
Relação dos residentes com o turismo (V)	. Os portuenses têm uma cultura suficientemente forte para que não se sintam estrangeiros na sua própria casa e os próprios estrangeiros ficam a sentir-se mais portuenses dos que os portuenses estrangeiros.	A comunidade local pode alterar os seus comportamentos devido ao aumento do custo de vida muito devido ao turismo, mas que com o seu devido planeamento elevam o seu nível e qualidade de vida.
Abandono das habitações no centro histórico (VI)	Deu-se nos anos 80 e 90 devido à sua degradação por que tinha condições para de lá sair. Quem não tinha alternativa, manteve-se por lá, daí se ter mais idosos no centro histórico.	Há 30 anos, havia demasiados moradores para as condições habitacionais existentes. Muitos habitantes foram realojados em bairros camarários, como o Aleixo, e outros foram viver para a periferia.

Fonte: Elaboração própria tendo como base as entrevistas realizadas.

3.6 – Teste das Hipóteses

Neste ponto chega-se à fase de validação das hipóteses enumeradas no início do estudo, com base nas respostas dadas pelos inquiridos, utilizando os mais variados testes estatísticos que vão ser enumerados hipótese a hipótese.

➤ H1: Relação entre o aumento do turismo e a desertificação do centro histórico

Para a validação desta hipótese, foram tidas em conta as estatísticas descritivas das questões 6 e 7 do grupo V que, correspondem, respetivamente a “Há pessoas a abandonarem as suas casas no centro histórico devido ao turismo” e a “O abandono habitacional do centro histórico é devido ao turismo”.

Tabela 20: Relação entre o aumento do turismo e a desertificação do centro histórico.

	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	6 (%)	7 (%)	Média	DP	CV
5.6. Há pessoas a abandonarem as suas casas no centro histórico devido ao turismo.	0	0	4,5	9,1	15,2	15,2	56,1	6,09	1,22	0,20
5.7. O abandono habitacional do centro histórico é devido ao turismo.	4,5	0	6,1	7,6	15,2	24,2	42,4	5,71	1,59	0,28

Nota:

1 – Discordo Totalmente; 2 – Discordo; 3 – Discordo Parcialmente; 4 – Nem discordo nem concordo; 5 – Concordo Parcialmente; 6 – Concordo; 7 – Concordo Totalmente; DP: Desvio-Padrão; CV: Coeficiência de Variação;

Fonte: Elaboração própria tendo como base os *outputs* do SPSS.

Na tabela 20, é possível verificar que o coeficiente de variação apresenta uma dispersão média, uma vez que se localiza entre os 20% e os 30%. A nível de concordância dos inquiridos, para a questão 5.6, tem-se um grau de 86,5% e para a 5.7 de 81,8%. Assim, com base na interpretação e análise da tabela, é possível concluir que esta hipótese é validada e existe uma relação entre o aumento do turismo e a desertificação do centro histórico.

➤ H2: Relação entre o aumento do preço das habitações do centro histórico e a desertificação habitacional do mesmo.

Para o tratamento estatístico desta hipótese foi criada a variável “Abandono do centro histórico” obtida através do cálculo da média do *rank* das questões 5.6 e 5.7. Obtivemos assim uma variável quantitativa. De seguida foi efetuado o teste de regressão linear simples com esta variável e com a variável Preço (Q2.5 - Os preços no centro histórico aumentaram devido ao turismo), após a averiguação dos pressupostos de aplicabilidade.

Observando os resultados obtidos (Tabela 21) podemos verificar que a variável Q2.5 é estatisticamente significativa, pois o valor de prova é inferior a 0,05.

Tabela 21: Resultados da regressão linear simples (H2).

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro padrão	Beta		
I (Constante)	15,712	4,397		3,573	0,001
Rank de Q2.5 (Preço)	0,531	0,119	0,486	4,455	0,000
R	0,486				

Variável dependente: Abandono.

Fonte: Elaboração Própria tendo como base os *outputs* do SPSS.

Isto significa que a hipótese também é validada e que o aumento do preço das casas ajuda a justificar o abandono do centro histórico do Porto. O coeficiente de correlação de Pearson é de 0,486, o que indica que existe uma relação positiva e moderada entre as variáveis preço e abandono. Verifica-se ainda que a obtenção de um $R^2 = 0,24$ que significa que 24% da variabilidade total do “Abandono do centro histórico” é explicada pelo modelo que tem como variável preditora “Preço das habitações”.

Estes resultados apontam assim para a confirmação da Hipótese H2.

➤ **H3: Relação entre os impactos do turismo e o abandono do centro histórico do Porto:**

De forma a evidenciar a existência de relação ou de não relação entre as variáveis, recorreu-se à análise de correlação de Pearson. Este tipo de análise de correlação indica a forma como duas variáveis variam em conjunto, medindo a intensidade e a direção da relação entre as mesmas. Foram realizadas três regressões lineares simples, uma para cada hipótese formuladas (H3a, H3b, H3c), tendo como variável dependente

o “Abandono do centro histórico”. Todas as Regressões Lineares Simples foram precedidas pela averiguação dos pressupostos de aplicabilidade .

- o **H3a: Relação entre o impacto económico do turismo e o abandono do centro histórico do Porto:**

Nesta primeira alínea das hipóteses dos impactos, irá ser realizado o teste à relação entre o impacto económico e o abandono do centro histórico. A variável a ser utilizada vai ser a do índice da perceção do impacto económico anteriormente criado e explicado.

Tabela 22: Resultados da Regressão linear simples (H3a).

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro padrão	Beta		
1 (Constante)	31,666	6,659		4,756	0,000
Índice de perceção do impacto económico	0,060	0,206	0,036	0,290	0,773
R	0,36				

Variável dependente: Abandono.

Fonte: Elaboração Própria tendo como base os *outputs* do SPSS.

Para esta hipótese, o índice da perceção do impacto económico não é estatisticamente significativo, uma vez que o seu valor é de 0,773, ou seja, é superior ao nível de significância de 0,05. Após este teste é possível afirmar que a hipótese não é validada e que o impacto económico não explica o abandono habitacional do centro histórico da cidade do Porto.

- o **H3b: Relação entre o impacto social do turismo e o abandono do centro histórico do Porto:**

Nesta alínea da hipótese relacionada com os impactos do turismo na cidade do Porto, irá ser testada a relação entre o impacto social e a variável já criada “abandono”. Foi usado o índice de perceção do impacto social como variável independente.

Tabela 23: Resultados da regressão linear simples (H3b).

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro padrão	Beta		
1 (Constante)	19,012	5,208		3,651	0,001
Índice de perceção do impacto social	0,566	0,180	0,370	3,139	0,003
R	0,370				

Variável dependente: Abandono.

Fonte: Elaboração Própria tendo como base os *outputs* do SPSS.

O índice de perceção do impacto social é estatisticamente significativo (o seu valor é de 0,003), pois localiza-se abaixo do valor referência de 0,05. Como tal, após o teste é possível afirmar que a perceção do impacto social por parte dos residentes pode ajudar a explicar o abandono habitacional do centro histórico da cidade do Porto.

- o **H3c: Relação entre o impacto ambiental do turismo e o abandono do centro histórico:**

Nesta última alínea da relação entre os impactos do turismo na cidade do Porto e o abandono habitacional do centro histórico, vai-se ter em conta o impacto ambiental e, tal como aconteceu nas anteriores, vai-se relacionar a variável abandono com o índice anteriormente criado, o índice de perceção do impacto ambiental.

Tabela 24: Resultados da Regressão linear simples (H3c).

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro padrão	Beta		
1 (Constante)	16,178	5,395		2,999	0,004
Índice de perceção do impacto ambiental	0,622	0,181	0,395	3,440	0,001
R	0,395				

Variável dependente: Abandono

Fonte: Elaboração Própria tendo como base os *outputs* do SPSS.

Após a realização do teste, assim como aconteceu com o anterior, também este impacto pode ajudar a explicar o abandono habitacional do centro histórico da cidade

do Porto, uma vez que o índice de percepção do impacto ambiental é estatisticamente significativo, tendo em conta que o valor de prova é inferior a 0,05.

Em suma, após a análise dos valores dos diferentes impactos, é possível afirmar que os únicos que são estatisticamente significativos e que podem ajudar a explicar o abandono habitacional do centro histórico da cidade são os impactos sociais e os ambientais.

➤ **H4: Diferenças na percepção da existência de demasiados turistas de acordo com as características sociodemográficas dos residentes no centro histórico do Porto**

Nesta quarta hipótese fomos analisar se a percepção da existência de demasiados turistas na cidade varia de acordo com as características sociodemográficas dos residentes no centro histórico do Porto. Para tal, relacionamos a questão “Há demasiados turistas no Porto” e as variáveis sociodemográficas, realizando os testes não paramétricos de Mann-Whitney e de Kruskal-Wallis.

Tabela 25: Diferenças na percepção da existência de demasiados turistas de acordo com as características sociodemográficas dos residentes.

Variáveis	Teste	Valor do teste	Sig
Género	Mann-Whitney	477,0	0.923
Idade	Kruskal-Wallis	9,218	0.101
Nacionalidade	Kruskal-Wallis	2,684	0.261
Estado-Civil	Kruskal-Wallis	4,338	0.362
Habilitações Académicas	Kruskal-Wallis	4,399	0.493
Situação perante o trabalho	Kruskal-Wallis	2,632	0.621
Freguesia de residência	Kruskal-Wallis	9,904	0.078

Fonte: Elaboração Própria tendo como base os *outputs* do SPSS.

Após os testes realizados é possível afirmar que relativamente às variáveis correspondentes às características sociodemográficas da população não é possível afirmar que existe diferenças na percepção da existência de demasiados turistas na cidade do Porto, pois todos os valores de prova são superiores a 0,05. Ou seja, não se comprovou que a percepção da existência de demasiados turistas no centro histórico

do Porto varia com o sexo, a idade, a nacionalidade, o estado-civil, as habilitações académicas, a situação perante o trabalho e a freguesia de residência dos inquiridos.

- H5: A procura de habitação no centro histórico cresceu porque houve uma reabilitação do mesmo devido ao turismo:

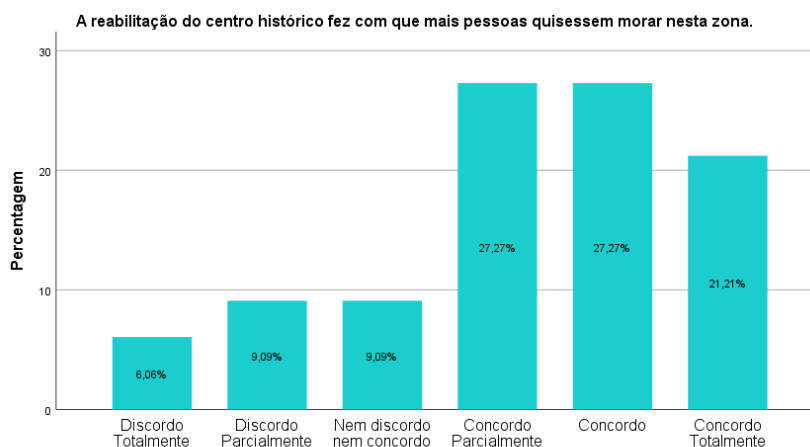
Tabela 26: Reabilitação do centro histórico.

	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	6 (%)	7 (%)	Média	DP	CV
5.8. A reabilitação do centro histórico fez com que mais pessoas quisessem morar nesta zona.	6,1	0	9,1	9,1	27,3	27,3	21,2	5,18	1,60	0,31

Nota:

1 – Discordo Totalmente; 2 – Discordo; 3 – Discordo Parcialmente; 4 – Nem discordo nem concordo; 5 – Concordo Parcialmente; 6 – Concordo; 7 – Concordo Totalmente; DP: Desvio- Padrão; CV: Coeficiência de Variação;

Fonte: Elaboração própria tendo como base os *outputs* do SPSS.



Fonte: Elaboração própria tendo como base os *outputs* do SPSS.

Gráfico 15: Nível de concordância com a vontade de habitar no centro histórico devido à reabilitação do mesmo.

Tendo como base a tabela 26 e o gráfico de barras 15 podemos afirmar que 65,75% dos respondentes concorda com a afirmação que “a reabilitação do centro histórico faz com que as pessoas quisessem morar nesta zona”.

Assim, pode-se afirmar que a vontade de habitar no centro histórico do Porto é devido à reabilitação do mesmo. Tal como já aconteceu noutra hipótese, também aqui se pode comparar com as entrevistas realizadas. O entrevistado A também afirmou que desde que há um trabalho de reabilitação do parque habitacional do centro histórico, há uma maior vontade de lá habitar.

3.7 - Discussão de resultados

No sentido de dar resposta à pergunta de investigação, foram, como foi mencionado anteriormente definidos objetivos e hipóteses. No capítulo anterior procedeu-se aos testes necessários para validação das hipóteses e aqui, neste ponto, vamos mostrar quais os resultados obtidos. Para tal, foi construída a tabela 27, para sintetizar a análise.

Tabela 27: Validação das hipóteses.

H1	Relação entre o aumento do turismo e a desertificação do centro histórico.	Validada.
H2	Relação entre o aumento do preço das habitações do centro histórico e a desertificação do mesmo.	Validada.
H3	Relação entre os impactos do turismo no centro histórico do Porto:	
H3a	<ul style="list-style-type: none"> • Relação entre o impacto económico do turismo e o abandono do centro histórico 	Não validada.
H3b	<ul style="list-style-type: none"> • Relação entre o impacto social do turismo e o abandono do centro histórico do Porto. 	Validada.
H3c	<ul style="list-style-type: none"> • Relação entre o impacto ambiental do turismo e o abandono do centro histórico. 	Validada.
H4	Diferenças na perceção da existência de demasiados turistas de acordo com as características sociodemográficas dos residentes no centro histórico do Porto.	Não validada.
H5	A procura de habitação no centro histórico cresceu porque houve uma reabilitação do mesmo devido ao turismo.	Validada.

Fonte: Elaboração própria.

Das cinco hipóteses apresentadas, apenas a hipótese 3a e a hipótese 4 não foram validadas.

Pela H3a verificamos que não há relação entre o impacto económico do turismo e o abandono do centro histórico da cidade do Porto. Como tal, este impacto não é suficiente estatisticamente para provar que o abandono é devido ao mesmo.

Já na H4, provou-se que não há diferenças na perceção dos residentes no centro histórico do Porto da existência de demasiados turistas de acordo com as suas características sociodemográficas dos residentes. Ou seja, a perceção da existência de demasiados turistas na cidade não depende do sexo, da idade, da freguesia de residência, das habilitações académicas, do estado civil, da nacionalidade e da situação perante o emprego do respondente.

Todas as restantes hipóteses foram validadas.

CONCLUSÃO

Quando se começou a pensar neste trabalho, o rumo seria um pouco diferente: não se estava a pensar que uma pandemia fizesse girar a bússola para outro ponto. Já foi apresentado nos limites da investigação que o fator mais importante foi o cara a cara com o inquirido, que foi impossível quer nos questionários como nas entrevistas realizadas.

A revisão de literatura foi um excelente ponto de partida para o estudo. Na apresentação da proposta, ainda sem grande conhecimento científico do assunto, já se adivinhava o que poderia motivar o possível desagrado dos residentes perante os turistas. Durante a realização do estudo, foi possível compreender muito melhor, daí um dos pontos, mais fulcrais e, sem o qual não seria possível entender de outra perspetiva se não fosse a revisão de literatura, era a do turismo sustentável. Conceito que vai muito mais além do tema ambiental, podendo mesmo ser medida para diminuir os impactos do turismo numa sociedade portuense que se vê a braços com um *boom* turístico muito impulsionado pela entrada das companhias aéreas *low-cost* no aeroporto do Porto, tal como foi referido numa das entrevistas e confirmado pela revisão de literatura. A cidade do Porto passou a ser um ponto de referência no turismo mundial como se pôde ver por todos os prémios conquistados a nível turístico.

Numa primeira análise foi possível reter que os inquiridos têm a perceção que o aumento do turismo trouxe benefícios à cidade do Porto, nomeadamente ao centro histórico que admitem estar mais dinamizado e melhorado, inclusive o edificado que se encontrava bastante degradado.

Os três impactos analisados, que foram medidos através de perceções que os residentes têm sobre eles, foram o económico, social e ambiental. No entanto, nem todos detêm uma perceção, por parte dos residentes, negativa. Após a recolha e análise dos dados dos questionários através dos testes já descritos, foi possível perceber que, dos três, o económico não é totalmente negativo. Os residentes concordam que os impactos positivos na economia conseguem ter vantagem sobre os negativos, pois assumem que houve um aumento da oferta dos bens e serviços, um nítido crescimento económico da cidade e um aumento de empresas no centro devido ao turismo. Como tal, neste estudo, este não tem impacto negativo. Já os impactos ambientais e o sociais

(sendo este último impacto destacado neste trabalho) são, em termos médios negativos, quando avaliados pela construção dos respetivos índices. Neste parâmetro foram destacados como pontos negativos o facto de os turistas invadirem a privacidade dos residentes e de não terem um bom comportamento perante os mesmos. No impacto ambiental destaca-se a preocupação com uma possível degradação ambiental da cidade devido ao turismo, uma vez que concordam que a atividade trouxe mais lixo às ruas e provocou mais ruído na cidade.

Outra hipótese validada, e também confirmada pelos entrevistados, diz respeito ao aumento da procura de habitação no centro histórico devido à sua reabilitação, uma vez que ambos concordam que o centro histórico quando começou a ser abandonado pelos residentes foi devido à sua crescente degradação, o que também é confirmado pelas respostas dadas ao inquérito.

Os resultados obtidos permitem igualmente concluir que o abandono habitacional no centro histórico do Porto pode ser explicado pelos efeitos negativos dos impactos social e ambiental do turismo, mas não pelo impacto económico.

Para além da análise dos impactos também foi possível fazer uma caracterização da população residente, de acordo com as respostas dadas ao inquérito. Um dos parâmetros analisados, tem que ver se a população do centro histórico tem profissão relacionada com o turismo. A maioria (71,2%) não tem pessoalmente e (80,3%) afirmam que ninguém do agregado tem profissão relacionada com o turismo na cidade. O que confirma que, apesar de viverem numa zona turística, não existe o usufruto económico para o agregado em relação à atividade.

Outro parâmetro analisado em relação à população inquirida prende-se com as motivações para residirem no centro histórico. A maioria respondeu que residem lá porque já lá estão há muitos anos, mas a facilidade de transportes surge como a segunda resposta mais dada. Por outro lado, quando questionados com a saída do centro histórico, a maioria dos inquiridos, depois de analisar uma proposta, aceitaria vender a sua casa.

Como conclusão, os objetivos de avaliar o turismo na cidade do Porto, de avaliar os impactos económicos, sociais e ambientais, de analisar o impacto do turismo no abandono habitacional no centro histórico do Porto e analisar as principais motivações

para residir no local, foram cumpridos de acordo com as hipóteses apresentadas para o estudo.

Limitações da investigação

No decorrer da elaboração desta dissertação um dos maiores problemas que se apresentou foi na recolha de dados. Tal como estava previsto no plano proposto, a recolha de inquérito e entrevistas apenas começaria em fevereiro/março, coincidindo com a altura em que o COVID-19 chegou a Portugal, impossibilitando a passagem dos inquéritos pessoalmente à população residente no centro histórico.

Como tal, a disseminação do questionário teve de ser feita através das plataformas digitais o que não permitiu que a amostra fosse mais completa, de acordo com a população em estudo, uma vez que muitos dos residentes nesta zona são idosos e não têm acesso às novas tecnologias. Apesar do tempo extenso em que andou em circulação, o inquérito por questionário, depois da filtragem, ficou pelas 66 respostas.

Também as entrevistas tiveram de ser feitas através do digital o que torna a experiência um pouco mais impessoal. As entrevistas cara a cara continuam a ser a melhor maneira de obter respostas mais compostas.

Contributos para investigações futuras

Num estudo futuro era importante e mais interessante a aplicação dos questionários ser presencial assim como das entrevistas, caso seja possível, para uma melhor análise do tema pois, possivelmente, obteria uma conclusão mais vasta e completa.

Outro caso interessante a apresentar seria uma proposta de turismo sustentável para a cidade do Porto, em especial para o centro histórico, para uma melhoria dos impactos do turismo sobre os residentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrantes, J. (2013). Impacto das companhias aéreas de baixo custo no desenvolvimento dos hostels nas cidades de Lisboa e Porto. *Revista Percurso*, 5, 111-127.
- Agência Lusa. (2020). *Portugal entre países europeus onde o turismo mais cai em 2020 com recuo de 40% - estudo*. [Em linha]. Agência Lusa. [Consult. 5 de outubro de 2020]. Disponível em https://www.lusa.pt/article/8noUL_drHleM9afgxpwCPDMSZM5iuSII/covid-19-portugal-entre-pa%C3%ADses-europeus-onde-turismo-mais-cai-em-2020-com-recuo-de-40-estudo.
- Aires, J., Pequeno, E., & Fortes, L. (2010). The relationship between foreign tourists and residents: the case of Ponta Negra – Natal/ RN. *Revista Hospitalidade*, 7 (2), 38-51.
- Almeida, E. (2014). *Reconversão do património: o caso das pousadas de Portugal*. [Dissertação de mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa]. Repositório das Universidades Lusíada.
- Almeida García, F., Balbuena Vázquez, A., & Cortés Macías, R. (2015). Resident's attitudes towards the impacts of tourism. *Tourism Management Perspectives*, 13, 33-40.
- Álvarez-Díaz, M., González-Gómez, M., & Otero-Giráldez, M. (2019). Low cost airlines and international tourism demand. The case of Porto's airport in the northwest of the Iberian Peninsula. *Universidade de Vigo. Departamento de Economia Aplicada*, 1-19.
- Araújo, W., Temoteo, J., Andrade, M., Trevizan, S. (2017). Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: Elementos conceituais e apontamentos para reflexão. *Interações*, 16 (4), 5-18.
- Bandeira, J. (2019). *Turismo de Aborto: Direitos Reprodutivos e Deslocamentos que Visam a Interrupção Voluntária da Gravidez*. [Trabalho de conclusão de Bacharelato, Universidade Federal de Paraíba]. Universidade Federal de Paraíba.

- Barbosa, F. (2005). O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. *Caminhos de Geografia*, 10 (14), 107-114.
- Barretto, M. (2003). O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, 20, 15-29.
- Barros, V. (2009). Turismo Sustentável: Uma aplicação ao caso madeirense. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 22, 91-102.
- Belew, Y. (2017). Socio-Cultural Impacts of Tourism in Ethiopia. *Journal of Exclusive Management Science*, 6 (8), 1-10.
- Bido, D. S., Mantovani, D. M. N., & Cohen, E. (2018). Destruição de escalas de mensuração por meio da análise fatorial exploratória nas pesquisas da área de produção e operações. *Gestão & Produção*, 25 (2), 384-397.
- Brito, M. (2015). Turismo, saúde e bem-estar: Um mar de oportunidades no Município de Sines. *Cadernos de Geografia*, 34, 33-42.
- Cadavez, C. (2017). *A bem da nação: as representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940 (Extra-coleção)*. Edições 70.
- Calvente, M. (1999). Ilhabela - Turismo e território. *Londrina*, 8 (1), 29-36.
- Cardona, J. (2014). Tipos de turismo e as atitudes dos residentes: O caso de Ibiza. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 8 (1), 3-22.
- Castro, A., Santos, F., Cunha, M., & Seixas, C. (2019). *Alojamento Local no concelho do Porto*. [Relatório Final, Universidade Católica.] Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada.
- Chakrabarty, A. (2015). Negative Social Aspects of Tourism and Sustainable Development: An Empirical Study. *Journal of Hospitality Application and Research*, 10 (1), 54-71.
- Cohen, E. (1984). The Sociology of Tourism: Approaches, Issues, and Findings. *Annual Review of Sociology*, 10 (1), 373-392.
- Correia, M. (2014). Turismo de Aventura e/ou de natureza: Uma mais-valia nacional. *Produtos, Mercados e Destinos Turísticos*, 49-55.
- Costa, C. & Albuquerque, H. (2017). Planeamento e Desenvolvimento Turístico. *Capítulo 29: Um Novo Modelo Conceptual para o Turismo Urbano*, 409-422.

- Costa, V., Monte, A., & Fernandes, P. (2013). *Políticas de desenvolvimento regional para o setor do turismo na região norte de Portugal*. III Congresso internacional de turismo ESG/IPCA. P.197-222.
- Cruz, A., Pinto, H. (2008). Tourism and the city: urban as a tourist product. *MPRA Paper*, 13477, 1-14.
- Cunha, L. (1997). *Economia e Política do Turismo*. Lidel.
- Cunha, L. (2010). Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os Primórdios. *Fluxos & Riscos*, 1, 127-149.
- Cunha, L. (2010). A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário. *CPES - Atas de Conferências Nacionais*, 1, 1-23.
- Dall'Agnol, S. (2012). *Impactos do turismo X comunidade local*. VII Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul. Universidade de Caxias do Sul. 1-15.
- Dal-Farra, R. & Lopes, P. (2014). Métodos mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos. *Nuances: estudos sobre Educação*, 4 (3), 67-80.
- Daniel, A. (2010). Caracterização do Sector Turístico em Portugal. *Revista de Estudos Politécnicos*, 8 (14), 255-276.
- Delalande, T., Gomes, P., Pereira, N., & Rodrigues, C. (2004). *Avaliação do impacto económico do Euro 2004*. [Relatório Final, Universidade do Minho]. Universidade do Minho.
- Diário da República. (2014). *Regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local*. [Em linha]. Diário da República n.º 166/2014, Série I de 2014-08-29. [Consult. 25 abr. 2020]. Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/56384474/details/maximized>.
- Dias, F. (2010). Estatísticas de Turismo Urbano. O centro histórico do Porto e o turismo. *Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente*, 165-177.
- Dicionário Priberam. (2020). *Dicionário da Língua Portuguesa Priberam*. [Em linha]. Dicionário da Língua Portuguesa Priberam. [Consult 20 abr. 2020]. Disponível em <https://dicionario.priberam.org/>.
- Dini, A. P., Alves, D., Oliveira, H. & Guirardello, E. (2014). Validity and reliability of a pediatric patient classification instrument. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 22 (4), 598-603.

- Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. (2020). *Características do Turismo no Espaço Rural*. [Em linha]. Turismo Rural. [Consult. 20 abr. 2020]. Disponível em <https://www.dgadr.gov.pt/>.
- Falcão, M. (2000). O Porto, os planos municipais e o turismo. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia I série, 15/16*, 63-78.
- Ferreira, R. (2013). *Turismo de saúde em Portugal: Turismo médico e turismo de bem-estar*. [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. Instituto Universitário de Lisboa.
- Forever Young. (2020). *Turismo virtual. Descubra os melhores destinos e atrações que pode ver a partir da sua sala*. [Em linha]. Forever Young Sapo. [Consult. 15 abr. 2020]. Disponível em <https://foreveryoung.sapo.pt/turismo-virtual-descubra-os-melhores-destinos-e-atracoes-que-pode-ver-a-partir-da-sua-sala/>.
- Fratucci, A. (2014). Turismo e território: relações e complexidades. *Caderno virtual de turismo, 14* (1), 87-96.
- Galvao, M., Pluye, P., & Ricarte, I. (2017). Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: Conceitos, construção e critérios de avaliação. *Revista de Ciência da Informação e Documentação, 8* (2), 4-24.
- Gimenes-Minasse, M. (2015). Para Turista Ver (e provar) dos usos do património gastronómico no contexto do turismo. *Tessituras, 3* (2), 175-194.
- Gonçalves, E. (2016). Turismo de massas em Portugal: da destradicionalização à Desestruturação. *Revista Baratária, 14*, 99-105.
- Gursoy, D., Jorowski, C., & Uysal, M. (2002) Resident attitudes. *Annals of Tourism Research, 29* (1), 79-105.
- Hair Jr., J., Black, W., Babin, B., Anderson, R., & Tatham, R. (2009). Análise Multivariada de Dados (Multivariate Data Analysis) (6th ed.). *Porto Alegre Bookman*.
- Henriques, E. (2003) A cidade, destino turístico. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia - I série, 9*, 163-172.
- Honorato, V., Violin, F. (2020). Astroturismo: Uma análise no Parque Estadual Morro do Diabo, Teodoro Sampaio, São Paulo. *Turismo e Sociedade, 12* (3), 1-15.
- Instituto Nacional de Estatística. (1994). *Motel*. [Em linha]. Sistema de Metainformação. [Consult. 5 dez. 2019]. Disponível em <https://smi.ine.pt>.

- ImpacTrip. (2016). *Mas afinal o que é o Turismo Solidário?* [Em linha]. Ekonomista. [Consult. 10 de mai. 2020]. Disponível em <https://www.ekonomista.pt/turismo-solidario/>.
- Instituto Superior da Maia., Santos, M. (2017). Evolution of Lodging in Early Portuguese Tourism: Discourses and Achievements (1800-1906). *Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 9 (4), 506–520.
- Jornal de Negócios. (2001, Janeiro 18). *Movimento de Turistas em Portugal*. [Em linha]. Jornal de Negócios. [Consult. 7 de abr. 2020]. Disponível em https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/movimento_de_turistas_em_portugal_cresce_33_em_2000_atinge_12_milhoes.
- Jornal Público (2019). *Porto suspende novos registos para Alojamento Local no Centro Histórico e Bonfim*. [Em linha]. Jornal Público. [Consult. 16 mai 2020]. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/07/10/local/noticia/porto-suspende-novos-registos-alojamento-local-centro-historico-bonfim-1879480>.
- Jornal Público. (2019). *Portugal declarado o melhor destino sustentável da Europa*. [Em linha]. Público. [Consult. 2 mai. 2020]. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/03/07/fugas/noticia/portugal-declarado-melhor-destino-sustentavel-europa-1864471>.
- Jovicic, D. (2011). Socio-cultural impacts of contemporary Tourism. *Coll. Antropol*, 25 (2), 599-605.
- Ledhesma, M. (2018) *Tipos de Turismo: Nueva clasificación. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: OMPT*. [Consult. 10 abr. 2020]. Disponível em https://www.academia.edu/35613794/Tipos_de_Turismo_nueva_clasificaci%C3%B3n. ISBN 978-987-42-6773-3.
- Lemos, A., Arroyo, M., Silveira, M., Monteiro, C. (2006). *América Latina—Cidade, campo e turismo*. CLACSO: Universidade de São Paulo. [Consult. 10 mar 2020]. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/edicion/lemos/00intro.pdf>. ISBN 987-1183-64-X.
- Liberato, D., Liberato, P., Alén, E., & Lopes, M. (2018). Dark Tourism: Proposta de roteirização. *Asociación Espanola de Expertos Científicos en Turismo (AECIT)*, 1-21.

- Machado, V., & Viegas, C. (2017). O alojamento turístico como serviço de interesse económico geral: O caso do alojamento local em Portugal. *Revista Internacional de Derecho del Turismo. RIDETUR*, 1 (1), 93-115.
- Mangorrinha, J. (2012). O Luxo e o Turismo – uma Atualização?. *COGITUR Journal of tourism studies*, 5, 117-133.
- Marques, M., Candeias, M., Magalhães, C., & Santos, A. (2016). Perceção dos residentes e profissionais do centro do Porto sobre o desenvolvimento do turismo na cidade. *População e Sociedade CEPESSE*, 26, 45-61.
- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics (7th ed.)* Pêro Pinheiro: ReportNumber. Retrieved from www.reportnumber.pt/ae
- Marotti, J., Galhardo, A., Furuyama, R., Pigozzo, M., de Campos, T., & Laganá, D. (2008). Amostragem em pesquisa clínica: tamanho da amostra. *Revista de odontologia da Universidade de São Paulo*, 20 (2), 186-194.
- Marujo, N. (2005). A sociologia e o turismo. *Sociologia em Diálogo II, Edição: Departamento de Sociologia/CISA-AS*, 21-31.
- Marujo, N., & Carvalho, P. (2010). Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável. *Turismo & Sociedade*, 3 (2), 147-161.
- Marujo, N. (2013). A Sociologia do Turismo na Educação Superior em Portugal. *Turismo & Sociedade*, 6 (3), 490-507.
- Milheiro, E. (2017). A revolução militar portuguesa de 1974 e suas implicações no turismo nacional. *PASOS Revista de turismo y patrimonio cultural*, 15 (2), 491-497.
- Milheiro, E. (2017). Perceções dos residentes de Portalegre face ao Turismo. *Tourism and hospitality international journal*, 9, (1).
- Milheiro, E. & Santos, J. (2005). O turismo em Portugal: Que passado? Que futuro? *Aprender*, 30, 119-125.
- Monjardino, I. (2009). Indicadores de sustentabilidade do turismo nos Açores: o papel das opiniões e da atitude dos residentes face ao turismo na região. *SREA*, 1366-1399.
- OCDE (2000). Summary Indicators of Product Market Regulation with an Extension to Employment Protection Legislation. *OECD Economics Department Working Papers*, 226.

- Oliveira, E., & Manso, J. (2010). Turismo sustentável: Utopia ou realidade?. *Revista de estudos politécnicos*, 8 (4), 235-253.
- Oliveira, M. & Salazar, A. (2011). Os Impactos do Turismo: O Caso da Viagem Medieval de Santa Maria da Feira. *International Conference of Tourism and Management Studies. Book of Proceedings*, 1, 744-765.
- OMT. (sem data). *Organização Mundial do Turismo. Glossário: Conceitos do turismo*. [Em linha]. UNWTO. [Consult. 14 abr. 2020]. Disponível em <https://www.unwto.org/glossary-tourism-terms>.
- Perona, E., Molina, E., García, L., Pussetto, L., & Freitas, D. (2013). Impacto económico y social del turismo en la provincia de Córdoba. Una comparación com el caso de La Rioja. *Revista Científica de Ciencias Económicas*, 1, 59-78.
- Pessoa, L. (2009). Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. *Revista Formação*, 1 (16), 48-59.
- Pires, E. (2001). As Inter-relações Turismo, Meio-ambiente e Cultura. *Série Estudos. Edição do Instituto Politécnico de Bragança*.
- PORDATA. (2019). *Cidades em Portugal*. [Em linha] PORDATA. [Consult. 21 mai. 2020]. Disponível em <https://www.pordata.pt/Municipios/Cidades-51>.
- Pousadas de Portugal. (2020). *Pousadas de Portugal*. [Em linha]. Pestana Pousadas de Portugal. [Consult. 21 mai 2020]. Disponível em <https://www.pousadas.pt/pt/hoteis>.
- Prazeres, J., & Carvalho, A. (2015). Turismo Religioso: Fátima no Contexto dos Santuários Marianos Europeus. *PASOS Revista de turismo y patrimonio cultural*, 13 (5), 1145-1170.
- Publituris. (2009). *Pensões passam a hotéis ou a alojamento local*. [Em linha]. Publituris. [Consult. 25 mar. 2020]. Disponível em <https://www.publituris.pt/2009/03/25/pensoes-passam-a-hoteis-ou-a-alojamento-local/>.
- Ramires, A., Brandão, F., & Sousa, A. C. (2016). Motivation-based cluster analysis of international tourists visiting a World Heritage City: The case of Porto, Portugal. *Journal of Destination Marketing & Management*, 8, 49-60.
- Ribeiro, M. (2017). *O Impacto do Turismo no Centro Histórico de Lisboa*. [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Universidade Nova de Lisboa.

- Rodrigues, A., Vieira, I., Marques, C., & Teixeira, M. (2014). Apoio da comunidade residente ao desenvolvimento turístico sustentável: Um modelo de equações estruturais aplicado a uma cidade histórica do Norte de Portugal. *Management Studies*, 10 (2), 17-25.
- Santos, H., Valença, P., & Fernandes, E. O. (2017). UNESCO's Historic Centre of Porto: Rehabilitation and Sustainability. *Energy Procedia*, 133, 86–94.
- Santos, M. (2017). Evolution of Lodging in Early Portuguese Tourism: Discourses and Achievements (1800-1906). *Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 9 (4) 506–520.
- Santos, P. (2012). The power of knowledge: Tourism and the production of heritage in Porto's old city. *International Journal of Heritage Studies*, 18 (5), 444-458.
- Sardinha, L., Fernandes, D. & Moura, J. (2019). Alojamento Local na Região Autónoma da Madeira—Tipologia e distribuição do Imóvel. O Perfil do Investidor. *Revista de economia empresas e empreendedores na CPLP*, 4 (2), 25-56.
- Scalabrini, E., Remoaldo, P., & Lourenço, J. (2017). Perceção dos residentes em relação ao impactes da atividade turística em Joinville (Santa Catarina - Brasil). *Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 274-287.
- Silva, D. (2019). Gestão territorial e turismo: Algumas considerações. *Revista Espaço Académico*, 214, 24-32.
- Silva, T., & Ávila, M. (2010). Turismo sexual e exploração sexual infantil: Uma análise da atuação do programa sentinela em Ilhéus. *PASOS Revista de turismo y patrimonio cultural*, 8 (1), 185–193.
- Sousa, A. & Lança, V. (2016). Penedo e o Turismo de Compras: Uma Nova Perspectiva. *Revista Científica Multidisciplinar das Faculdades São José*, 8 (1), 2-13.
- Stefanini, C. (2012). Business tourism: A study on perception of value of hotel services, from the perspective of business tourists. *Turismo – Visão e Ação*, 14 (3), 349-365.
- Tavares, A., Feitosa, M., & Costa, A. (2018). Diagnosis of balance between Heritage, housing and tourism in historic centers: Case studies from Porto (Portugal) and Salvador (Brazil). *Conservar Património*, 28, 49–56.
- Turismo de Portugal. (2018). *Turismo em Portugal*. [Em linha]. Turismo de Portugal. [Consult. 20 abr. 2020]. Disponível em

- <https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/Documents/Turismo%20em%20Portugal/turismo-em-portugal-2018.pdf>.
- Turismo de Portugal. (2019). *Sustentabilidade*. [Em linha]. Turismo de Portugal. [Consult. 4 abr. 2020]. Disponível em <https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/Paginas/aco-res-o-primeiro-arquipelago-certificado-do-mundo.aspx>.
- Turismo de Portugal. (2020). *TravelBI by Turismo de Portugal*. [Em linha]. TravelBI. [Consult. 16 mai. 2020]. Disponível em <https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/Paginas/HomePage.aspx>.
- Turismo de Portugal. (2020). *Turismo de Portugal Missão*. [Em linha] Turismo de Portugal. [Consult. 16 mai. 2020]. Disponível em http://www.turismodeportugal.pt/pt/quem_somos/Organizacao/Missao_Visao/Paginas/default.aspx.
- Turismo de Portugal. *Classificação dos empreendimentos turísticos*. [Em linha]. Turismo de Portugal. [Consult. 12 de outubro de 2020]. Disponível em http://business.turismodeportugal.pt/pt/Planear_Iniciar/Licenciamento_Registo_da_Atividade/Empreendimentos_Turisticos/Paginas/classificacao-et.aspx.
- Turismo do Porto e Norte. (s/data). *Guia Empreendimentos Turísticos: Regime Jurídico*. [Em linha]. Turismo do Porto e Norte. [Consult. 16 mai. 2020]. Disponível em http://www.portoenorte.pt/fotos/guias/guiaet_15862567775a9d62d344cc5.pdf.
- Vellas, F. (2011). The indirect impact of tourism: an economic analysis. Toulouse University - TED AFL. *Third Meeting of T20 Tourism Ministers*, 1-23.
- Zacarias, D. (2015). Turismo em áreas balneares: Uma análise da interação entre residentes e visitantes na Praia do Tofo, Moçambique. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, 15 (2), 179–191.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário

Apêndice B – Transcrição da entrevista ao Dr. Ricardo Valente

Apêndice C – Transcrição da entrevista ao Dr. Martins Pereira

Apêndice A – Questionário

O Impacto Social do Turismo no Porto

Questionário aplicado aos moradores do centro do Porto.

O presente inquérito realiza-se no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Gestão do Turismo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Politécnico do Porto.

Ao participar neste inquérito estará a contribuir para o estudo científico relacionado com a problemática do alojamento local e a sua relação com os residentes nesta zona da cidade.

Todos os dados serão recolhidos, guardados e tratados de forma confidencial, anónima e codificada. Não haverá qualquer divulgação ou comunicação de resultados individuais. Apenas podem participar indivíduos que sejam maiores de 18 anos e que residam nas freguesias que limitam o centro da cidade do Porto (Sé, Vitória, Santo Ildefonso, Miragaia, Cedofeita e São Nicolau).

O preenchimento do questionário tem uma duração total prevista de 10-15 minutos.

Fazemos ainda um apelo à divulgação deste questionário pelos seus contactos, família, amigos e conhecidos a residir nestas freguesias.

Agradecemos muito a sua colaboração!

1. No âmbito da recolha de informação deste inquérito, e seguindo as regras do RGPD, autoriza a utilização e tratamento de dados acerca das perguntas deste questionário?

- Sim
- Não

I. O Turismo na cidade do Porto

Para cada uma das afirmações seleccione o grau da sua concordância.

1 - Discordo Totalmente; 2 - Discordo; 3 - Discordo Parcialmente; 4 - Nem discordo nem concordo; 5 - Concordo Parcialmente; 6 – Concordo; 7- Concordo Totalmente

	1	2	3	4	5	6	7
1. O turismo veio dinamizar a cidade.							
2. O turismo trouxe benefícios para a cidade.							
3. O centro histórico melhorou com o turismo.							
4. O turismo dinamizou o centro histórico da cidade.							
5. O edificado do centro histórico está mais bem conservado devido ao turismo.							

II. Impactos económicos do turismo na cidade do Porto.

Para cada uma das afirmações seleccione o grau da sua concordância.

1 - Discordo Totalmente; 2 - Discordo; 3 - Discordo Parcialmente; 4 - Nem discordo nem concordo; 5 - Concordo Parcialmente; 6 – Concordo; 7- Concordo Totalmente

	1	2	3	4	5	6	7
1. O turismo criou mais emprego.							
2. Houve um aumento da oferta dos bens e serviços com o fluxo turístico.							
3. Há um nítido desenvolvimento económico da cidade do Porto devido ao turismo.							
4. Surgiram mais empresas no centro devido ao turismo.							
5. Os preços das habitações no centro histórico aumentaram devido ao turismo.							

6. O desenvolvimento da atividade turística no Porto contribui para o aumento do rendimento das famílias.							
7. O desenvolvimento da atividade turística no Porto contribui para o aumento do rendimento do meu agregado familiar.							
8. O custo de vida no centro histórico aumentou devido ao turismo.							

III. Impactos sociais do turismo na cidade do Porto.

Para cada uma das afirmações seleccione o grau da sua concordância.

1 - Discordo Totalmente; 2 - Discordo; 3 - Discordo Parcialmente; 4 - Nem discordo nem concordo; 5 - Concordo Parcialmente; 6 - Concordo; 7- Concordo Totalmente

	1	2	3	4	5	6	7
1. Sinto mais segurança no centro do Porto desde que há mais turistas.							
2. Devido ao turismo têm aumentado o número de roubos, furtos e atividades suspeitas ou vandalismo (danos no património público e privado).							
3. Gosto de interagir com os turistas.							
4. Os turistas são bem-comportados.							
5. Os turistas são simpáticos							
6. Os turistas procuram sabem sobre os costumes e a cidade.							
7. Os turistas não respeitam o descanso dos residentes.							

8. Os turistas invadem a privacidade dos residentes.							
9. Os turistas perturbam o meu dia-a-dia.							
10. Há demasiados turistas no Porto.							
11. Devido ao turismo há mais e melhores acessos à cidade.							

IV. Impactos ambientais do turismo na cidade do Porto.

Para cada uma das afirmações seleccione o grau da sua concordância.

1 - Discordo Totalmente; 2 - Discordo; 3 - Discordo Parcialmente; 4 - Nem discordo nem concordo; 5 - Concordo Parcialmente; 6 - Concordo; 7- Concordo Totalmente

	1	2	3	4	5	6	7
1. O ruído (poluição sonora) aumentou muito com o turismo.							
2. Há mais lixo na cidade devido ao turismo.							
3. Há uma maior preocupação com a limpeza das zonas turísticas da cidade por parte da Câmara Municipal do Porto.							
4. Há mais sacos do lixo e contentores na via pública, no final do dia, impedindo a passagem dos moradores.							
5. O turismo veio contribuir para uma possível degradação ambiental na cidade.							
6. Preocupam-me as questões ambientais que o turismo possa provocar.							

V. O turismo e as habitações no centro histórico do Porto.

Para cada uma das afirmações selecione o grau da sua concordância.

1 - Discordo Totalmente; 2 - Discordo; 3 - Discordo Parcialmente; 4 - Nem discordo nem concordo; 5 - Concordo Parcialmente; 6 - Concordo; 7- Concordo Totalmente

	1	2	3	4	5	6	7
1. Devido ao turismo, as casas abandonadas foram ocupadas com alojamentos para os turistas.							
2. Devido ao turismo, sinto-me obrigado a deixar a minha casa.							
3. Devido ao turismo já me pressionaram a deixar a minha casa.							
4. Os turistas deviam ficar apenas nos estabelecimentos hoteleiros.							
5. Não quero ver a casa de conhecidos meus a ser ocupada pelo alojamento local.							
6. Há pessoas a abandonarem as suas casas no centro histórico devido ao turismo.							
7. O abandono habitacional do centro histórico é devido ao turismo.							
8. A reabilitação do centro histórico faz com que mais pessoas quisessem morar nesta zona.							

VI. Motivações.

1. Qual a principal motivação para residir no centro histórico?

- Facilidade de transportes
- Já resido há muitos anos
- Proximidade com familiares

- Proximidade com o emprego
 - Outra
2. Se lhe propusessem a compra de uma habitação fora do centro histórico por um valor justo, aceitaria?
- De imediato
 - Depois de analisar
 - Depois de me aconselhar com alguém
 - Pelo contrário, recusava
3. Se lhe propusessem a compra da sua habitação por um valor justo, aceitaria?
- De imediato
 - Depois de analisar
 - Depois de me aconselhar com alguém
 - Pelo contrário, recusava
4. Concorda com as medidas que a Câmara Municipal tomou em relação à legalização de novos espaços para alojamento local?
- Sim
 - Não
 - Em parte
 - Desconheço as medidas

VII. Dados Pessoais.

1. Género:

- Masculino
- Feminino

2. Idade:

3. Nacionalidade:

- Portuguesa
- Outra

4. Estado Civil:

- Solteiro
- Casado
- União de facto
- Divorciado
- Viúvo

5. Número de pessoas do agregado familiar:

6. Número de filhos a cargo:

7. Habilitações académicas:

- Ensino Básico
- Ensino Secundário ou Equivalente
- Bacharelado
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Outra

8. Situação perante o trabalho:

- Empregado
- Desempregado
- Estuda
- Trabalhador Estudante
- Reformado
- Sem capacidade para o trabalho
- Outra

9. Freguesia de residência (tenha em consideração a antiga divisão das freguesias):

- Cedofeita
- Sé
- Vitória

- São Nicolau
- Santo Ildefonso
- Miragaia

10. Tipo de habitação em que reside:

- Prédio
- Moradia
- Outra

11. Contrato na habitação:

- Aluguer
- Habitação Própria
- Habitação de familiares sem renda

12. Há quantos anos reside na sua habitação:

13. Tem profissão relacionada com o turismo no Porto?

- Sim
- Não

14. Alguém do seu agregado familiar tem profissão relacionada com o turismo no Porto?

- Sim
- Não

VII. Se respondeu SIM à questão 13 ou 14, responda às questões seguintes:

15. Qual é o ramo da atividade comercial?

- Artesanato
- Alojamento
- Restauração

- Guia de turismo
- Taxista / Motorista profissional
- Agência de viagens
- Outra

16. A atividade comercial enquadra-se em:

- Cadeia de lojas (nacional ou internacional)
- Centro comercial
- Comércio tradicional

17. Qual a condição perante o estabelecimento:

- Proprietário
- Trabalha por conta de outrem

18. Há quantos anos este estabelecimento está aberto ao público?

Muito obrigada pelo seu contributo para esta investigação.

Apêndice B – Transcrição da entrevista ao Vereador do Pelouro da Economia, Turismo e Comércio e do Pelouro da Gestão de Fundos Comunitários, Dr. Ricardo Valente

As seguintes entrevistas são única e exclusivamente para tratamento de dados para fins académicos no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Gestão do Turismo, pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo, do Instituto Politécnico do Porto. Ao participar nelas estará a contribuir para o estudo científico relacionado com os impactos sociais do turismo no Porto, nomeadamente os impactos no centro histórico e nos seus residentes. A entrevista corresponde a uma parte da pesquisa primária da minha dissertação, pertencendo o inquérito por questionário aos residentes do centro histórico à outra parte da pesquisa. Era ainda favorável ao estudo que se pudesse mencionar o nome dos entrevistados para análise metodológica dos dados.

Ana Sofia Leal Gomes

Email: 9180037@esht.ipp.pt

1. Qual foi para si o mote para que o turismo no Porto, uma cidade que não é capital do país, se começasse a desenvolver?

Resposta: O facto de termos uma estrutura aeroportuária de primeira linha, de primeira qualidade, que na altura foi muito criticada, que foi quase chamada de elefante branco, mas de facto que permitiu quando nasceram as low-cost na Europa trazer muito rapidamente esse segmento de mercado para Portugal. A Ryanair foi a primeira low-cost que criou o seu às na cidade do Porto, eu diria que foi um dos fatores fundamentais do ponto de vista do que é o mote para o turismo, porque o Porto não era uma cidade turística e é importante dizer isto. O Porto, ao contrário de outras cidades não tinha uma tradição de cidade de turismo, ao que significa que o turismo no Porto nasceu ao contrário de muitas outras cidades, ou seja, a descoberta da cidade, o aumento do tráfego na cidade, foi o aumento das pessoas na cidade que fez com que a cidade se virasse para o turismo e não o contrário. Temos muitos outros exemplos de cidades que muito antes deste boom do turismo, deste boom da aviação, como Veneza, Paris, Londres, eram cidades naturalmente de atração turística. O Porto não não tinha essa tradição, era chamada em Portugal como a cidade cinzenta, a cidade escura, a cidade sem luz, tinha muito destes cognomes. Era vista como a cidade do trabalho, era esta a lógica do Porto. De repente o Porto descobre-se do ponto de vista turístico. Eu acho que o aeroporto e a entradas das companhias aéreas low-cost foram

fundamentais para retransformar e pelo menos dar início a este processo de crescimento do Porto como destino turístico.

2: Se me permite um apontamento, mesmo graças a essas companhias low-cost, tal como a Ryanair, também acabou com o turismo de luxo, ou seja, era mais acessível a toda a gente e isso talvez tenha contribuído para que houvesse mais viagens aqui para o Porto.

Resposta: Certo. Repare, o turismo é consequência final da democratização do transporte. O turismo sempre teve um problema. O turismo era intrinsecamente doméstico porque para ir conhecer o sítio X, tenho de lá chegar. Em grande medida, o turismo era interno em grande parte do mundo porque era muito caro viajar de avião. Andar de avião era um bem de luxo. A transformação do avião num transporte muitíssimo acessível, retransformou totalmente a lógica do turismo e, sobretudo na Europa, permitiu um conceito de turismo que não existia até então que é o city-break. O turismo deixou de ser uma atividade tipicamente sazonal, deixou de ser uma atividade que ocorria em épocas muito específicas do ano, na Páscoa, à beira do Natal, na Passagem do Ano e tradicionalmente no verão, e passou a ser algo que acontece ao longo do ano porque o transporte aéreo passou a ser tão barato que as pessoas passaram a tomar a decisão de passar os seus finais de semana noutras cidades, sobretudo na Europa, onde o mesmo continente tem a vantagem de ter uma única moeda e portanto que reduz imensos os custos de transação quando eu tomo a decisão de ir passar o fim-de-semana quer a Lyon, a Munique, a Berlim ou a Florença. Portanto, tudo isto explica o porquê da Europa de repente se transformar no maior destino turístico do mundo.

3. Que necessidade (s) quis a CMP colmatar para acrescentar o pelouro do turismo ao da economia e do comércio?

Resposta: Tudo isto tem que ver com uma questão política, mas os pelouros numa câmara são uma questão do que é uma definição política, de um objetivo político, em vista do desenvolvimento de uma cidade. E quando nós olhamos para a cidade do Porto, percebemos que por um lado o turismo era um aspeto relevante, mas nós não queríamos que o Porto fosse só turismo. Não queríamos que o Porto fosse uma cidade

monofuncional e queríamos que a lógica da economia agregasse tudo o que se passa na cidade do ponto de vista da economia geral e comércio. E este desenho, acho eu, é uma das razões para o sucesso que temos tido porque isto permite equilibrar muitas destas diferentes funções, permite perceber os aspetos positivos e negativos de cada uma destas áreas que, em muitos casos, entram em conflito, porque a cidade é uma zona de conflito. Todas estas atividades ocupam um espaço numa cidade, ocupam imóveis na cidade, ocupam espaço público na cidade e equipamentos da cidade, constroem e pressionam elementos da cidade. O facto de eu ter no mesmo pelouro as três, permite gerir isto numa visão quase 360 e não tenho de estar só focado e preocupado com uma da área. A visão 360 é extremamente útil enquanto se está a fazer uma gestão da cidade. Outra razão foi iminentemente política para garantir que o turismo na cidade do Porto fosse sustentável e estivesse de acordo com aquilo que é o objetivo do ponto de vista da cidade.

4. De que forma é que o seu gabinete intervém na gestão da parte turística no Porto?

Resposta: Nós na cidade do Porto em termos de turismo tínhamos, e temos, uma estratégia muito ligada à associação de turismo do Porto. Basicamente, para além de vereador do turismo, comércio e economia da Câmara, sou presidente da Associação de Turismo do Porto e Norte. A associação de turismo faz toda a promoção externa da cidade e da região com uma equipa de 42 pessoas. Portanto, o entendimento desde o início, foi que a área do turismo teria de ser uma área muito profissionalizada e sobretudo numa componente fundamental que é uma promoção externa e o acompanhamento dos turistas na cidade do Porto. E a lição muito clara e muito apertada com tudo aquilo que são os agentes privados da cidade e, portanto, desde o início que decidimos que a ATP seria o veículo para operacionalizar esta política. Portanto, se quiser, nós no pelouro do turismo e no departamento do turismo, decidimos as grandes estratégias do ponto de vista do turismo na cidade. Temos um contrato-programa com a ATP e a ATP executa, operacionalmente, este plano. Ou seja, a Câmara é um veículo estratégico e a ATP é um braço operacional desta estratégia de promoção externa na cidade. Atualmente, basicamente, a ATP está com a promoção externa da cidade e da região e nós internalizamos na Câmara tudo aquilo que são as

componentes estratégicas, aquilo a que chamo a gestão do destino, ou seja, tudo o que são as ferramentas de gestão da cidade enquanto destino turístico. Por exemplo, o Observatório do Turismo, sabemos quantas pessoas estão na cidade, sabemos a nacionalidade das pessoas, sabemos quais são os circuitos que estas pessoas fazem na cidade, sabemos quais é que são os monumentos mais visitados da cidade. Ou seja, tudo isto é uma componente, que não é uma componente de promoção de cidade, é uma componente de gestão da cidade e isto tudo é feito da lógica do departamento da Câmara Municipal do Porto.

5. Houve mudanças na cidade do Porto, que foram bastante significativas por causa mesmo do turismo, mas, para si, quais foram as principais mudanças que o turismo veio trazer ao Porto?

Resposta: A principal mudança que o turismo veio trazer à cidade foi que fez renascer a cidade. Grande parte da reabilitação patrimonial do Porto deve-se ao turismo, é inegável. Ou seja, o turismo veio trazer a rentabilidade económica que não existia para a reabilitação de grande parte do património da cidade e diria que isto é algo que se percebe quer no Porto quer em Lisboa, que eram cidades com os centros históricos extremamente degradados e, portanto, há aqui um efeito claríssimo do ponto de vista de reabilitação urbana. Hoje nós temos zonas lindíssimas da cidade. Eu trabalhei em Mouzinho da Silveira em 1995 e, em 1995 na Mouzinho da Silveira, garanto-lhe que não havia ninguém na rua, que os prédios estavam todos degradados . Hoje a Mouzinho da Silveira é a rua que é, como a Rua das Flores e toda aquela zona . Portanto, eu acho que aqui temos uma mudança fundamental do ponto de vista do *hardware* da cidade que é a componente urbana da cidade. A segunda grande mudança foi do ponto de vista da própria forma como a cidade se vê. Ou seja, isto veio a aumentar o orgulho dos portuenses na cidade do Porto, a autoestima perante a cidade do Porto. Hoje o Porto é reconhecido e conhecido mundialmente. Durante muitos anos, as pessoas abandonavam o Porto e as pessoas do Porto sentiam que a cidade era uma cidade sem esperança, sem futuro, era uma cidade não reconhecida e, hoje, é claro que o Porto é uma marca e um destino turístico fortíssimo, o que veio melhorar a autoestima da cidade.

Por último, a questão da própria qualidade de vida na cidade. Ou seja, o nível de restaurantes que hoje temos na cidade, a oferta comercial que temos na cidade, a qualificação que houve em espaços na cidade resultaram muitos desta questão turística, portanto, eu diria que a cidade está muitíssimo melhor do ponto de vista arquitetónico, do ponto de vista da qualidade de vida, do ponto de vista da forma de como se vê a si própria derivado ao turismo.

6. Os prémios que a cidade ganhou e também como a forma como nós portuenses vemos a cidade reconhecida, tal como o crescimento do turismo veio alterar serviços, como já tinha falado, e as próprias infraestruturas de acesso à cidade que vieram favorecer quer turistas quer os residentes. Como é que o turismo veio provocar estas alterações?

Resposta: Sim, claro. O turismo hoje na cidade do Porto é relevantíssimo. O turismo tem um peso enorme do ponto de vista de emprego do país e da cidade, portanto a cidade tem de garantir as condições para que este setor tenha condições de sustentabilidade, do crescimento e tenha a capacidade de gerar os níveis de riqueza e crescimento que ela tem direta e indiretamente. A cidade enriqueceu muito com o turismo e a visão cultural da cidade hoje é completamente diferente. Os eventos culturais que acontecem na cidade são completamente diferentes, e isso acontece graças ao conjunto dos fluxos turísticos que permitem em muitos casos rentabilizar esses eventos que, em muitos casos, não seriam rentabilizados se tivéssemos uma cidade como tínhamos no início do século XX. Portanto, as pessoas em muitos casos dão como adquirido aquilo que aconteceu pelo facto de hoje termos um grande destino turístico, mas ao mesmo tempo não querem esse destino turístico, mas querem continuar a ter aquilo que esse destino turístico lhes dá. Portanto, sinto que as pessoas querem ter aquilo que a cidade turística dá, mas sem turistas dentro, o que em si mesmo é impossível. As pessoas querem ter os grandes eventos, os grandes concertos, os grande *Tomorrowland* na cidade, querem ter essas coisas todas na cidade e depois não querem ter turistas. Como em tudo na vida não há só lados positivos das coisas. O que nós temos de saber é equilibrar o lado positivo e o lado negativo das coisas e é esse o objetivo da gestão e, portanto, isso nunca podemos escamotear. Muita gente hoje tem emprego na cidade do Porto fruto do turismo, muita gente vive desta atividade direta

e indiretamente e isto é um aspeto extremamente positivo da atividade turística, independente depois das questões que se colocam do ponto de vista dos baixos níveis do salários porque as pessoas depois querem logo tudo no mesmo momento e é importante dizer que uma atividade turística que era tipicamente uma atividade sazonal, uma atividade com picos de atividade muito acentuados ao longo do ano, é tipicamente uma atividade onde a capacidade de reter capital humano e qualificar capital humano é muito reduzida porque toda a gente percebe que se eu preciso de um funcionário durante 4/5 meses, a capacidade que eu tenho de investir e lhe dar carreira é muito inferior ao de outro setor onde as pessoas trabalham 12 meses por ano e têm uma atividade certa. O segredo do lado do turismo não é matá-lo, mas sustentá-lo e fazer com que seja uma atividade com níveis de sazonalidade cada vez menor, cada vez mais curto, para possibilitar a qualificação das pessoas, para possibilitar que as empresas e entidades que gerem este negócio aumentem também a sua dimensão, se qualifiquem para que haja carreira do ponto de vista do negócio do turismo. Basta olhar para a Suíça, olhar para destinos já consolidados onde o turismo tem essa capacidade e é isso que nós queremos atingir a médio prazo.

7. Do seu ponto de vista porque é que as pessoas pensam que há turistas a mais?

Resposta: Isso é normal. Muitas dessas pessoas que são contra o turismo, são pessoas que se acham muito progressistas, mas que são na prática os *Donald Trump* deste mundo. Do mesmo modo que querem criar muros entre o México e os EUA, há quem ache que o Porto é dos portuenses que é algo que não entendo. No fundo querem cercar a cidade e na cidade só há o portuense que, no fundo, não sei o que é um portuense muito sinceramente. Não sei até que geração é que vamos qualificar um portuense, até à quinta geração, alguém que os avós já não eram portuenses, também já não é portuense... Isto é tudo muito perigoso, portanto a cidade para ser uma cidade moderna, para ser uma cidade competitiva, para ser uma cidade do futuro tem de ter três T's. Tem de ter talento, tecnologia e tolerância.

E muita desta gente que critica o turismo é de facto intolerante. É intolerante face à diferença, face aos que vêm de fora, acham que estes dominam a sua cultura, têm algum complexo de inferioridade em relação a isto. Eu acho que ninguém se deixa sujeitar a uma alteração de cultura se tiver uma cultura suficientemente forte. Ora

como eu acho que o Porto, e os portuenses e a cidade, sempre tiveram essa capacidade de se afirmar, vejo muito mais estrangeiros que vêm à cidade transformarem-se em portuenses do que portuenses em se transformarem em estrangeiros. Portanto, eu acho que sobretudo os turistas e o turismo transformaram a cidade numa lógica muito mais cosmopolita, sendo o Porto hoje uma cidade bastante mais cosmopolita, hoje o Porto é uma cidade muito mais aberta, hoje o Porto tem experiências muitíssimo distintas e diferentes e eu acho que isso é positivo para a maioria das pessoas. Também acho que há uma grande diferença entre a opinião pública e a opinião publicada, que são coisas diferentes. A opinião publicada é um conjunto de pessoas que gostam de dizer mal destes fenómenos até por razões ideológicas que em muitos dos casos nem mora no Porto. Portanto, na nossa perspetiva, estamos agradecidos que o Porto seja um destino turístico reconhecido no mundo inteiro e que nos tem permitido trazer muita economia para a cidade que esse é outro lado que as pessoas tendem a esquecer. O Porto retransformou-se e hoje nós temos no Porto negócios como o da BMW na cidade do Porto, no centro da cidade, em frente à Câmara, 1000 engenheiros a trabalhar num grande projeto com a *Critical* portuguesa. Isto porquê? Porque quando os gestores alemães vieram cá, e eu acompanhei o projeto deste o início, porque tenho a *InvestPorto* e a economia da cidade, e uma das questões que mais os atraiu foi o carácter cosmopolita da cidade, ou seja, uma cidade aberta, uma cidade nova, uma cidade em que é giro viver, uma cidade onde a malta que vem da fora, e a *Critical* tem 20% de trabalhadores estrangeiros que se sente bem, que gosta da cidade, tem restaurantes giros, portanto, nós percebemos que o mundo se retransformou e as pessoas gostam de trabalhar onde é bom viver. E, normalmente é bom viver onde as pessoas gostam de visitar. Eu não conheço nenhum sítio onde seja bom viver que não seja um sítio que as pessoas gostam de visitar e, portanto, quando nós estamos a qualificar cidades, estamos a dar qualidade de vida da cidade, é evidente que estamos também a atrair turistas. Diria que é um conjunto de circunstâncias que faz com que, do ponto de vista geral, acho que os portuenses estão agradecidos, independentemente de poder haver situações como é evidente em que há situações de excesso, mas diria que não são tanto os turistas, mas em muitos casos até são as próprias pessoas que exploram negócios de turismo. Em muitos casos o problema não está no turismo, o problema está na falta de estratégia, na falta de qualidade de muitas

ofertas turísticas, na falta de cuidado no ponto de vista da informação que é prestada ao turista que faça com que, em muitos casos, o turista, não perceba a situação em que possa estar. Nenhum turista gosta de estar num sítio onde de facto está a perturbar a vida das pessoas, isso é uma impossibilidade, o turista gosta de ser bem recebido, não gosta de se sentir agredido, o turista nunca vai ele provocar o conflito e portanto os excessos que nós temos, em muitos casos, são provocados, em minha opinião, por algo que temos vindo a fazer que é a qualificação da oferta turística da cidade, fazer com que regras mínimas sejam cumpridas. Vou-lhe dar um exemplo, o Porto é a única cidade portuguesa que tem um regulamento, que também está no meu pelouro, que estipula os horários de abertura e fecho de estabelecimentos noturnos, faz com que (os estabelecimentos) tenham limitadores de som controlados diretamente pelo município do Porto. Este regulamento implica que quem abre um estabelecimento noturno tenha de garantir que os vizinhos que moram em cima têm as condições de sonoridade das suas habitações e têm de financiar essas obras. Tudo isto é feito nesse sentido de procurar que a cidade não seja uma cidade dividida entre turistas e outros, mas que seja uma cidade e, nesta cidade, cabem os residentes como cabem também os residentes de curto prazo, a que chamo turistas, que estão cá uns dias, mas que também são residentes.

8. De que forma é que o turismo para além da reabilitação dos edifícios, das infraestruturas, veio alterar economicamente e socialmente as pessoas que moram no centro histórico que são pessoas que não correspondem à maior parte da população do Porto?

Resposta: Isso é um estereótipo. A grande perda de população no centro histórico do Porto aconteceu antes de haver turismo na cidade do Porto. O turismo na cidade do Porto arranca, se quisermos ser muito otimistas, em 2009/2010, mas mesmo muito otimistas, e grande parte da população saiu da cidade desde o fim do anos 80/90 e início do século XX. É uma mitologia urbana, ninguém foi expulso do centro histórico, as pessoas saíram dele porque o centro histórico não tinha habitação para as pessoas viverem e as pessoas que lá ficaram, ficaram porque não havia alternativa. Era o contrário, ninguém queria viver no centro histórico e as pessoas que lá ficaram mostram o porquê de hoje termos muitos idosos porque foram os únicos que lá ficaram

porque não tinham condições de irem para outros lados. Estamos a falar de casas que são minúsculas, que não cumprem sequer o mínimo dos 50m² ou 36m² se for um T1, e portanto o centro histórico e essa lógica que socialmente as pessoas mudam e ainda bem. Se nós tivéssemos um Portugal do antes do 25 de abril, também tínhamos um Portugal socialmente diferente e nós mudamos. É o que eu não percebo. Mas nós não queremos mudar sociologicamente? Mas nós não queremos que os jovens venham para a cidade do Porto? Mas nós não queremos que os casais jovens venham para a cidade do Porto? Então o que é que queremos? Queremos um guetto? Que tu que nasceste na Sé é que tens direito a morar na Sé? Isso é um conceito de cidade completamente antiquado, que me lembra a época medieval da cidade Porto, mas isso não faz qualquer sentido. O centro histórico perdeu muitíssimos habitantes por uma razão que está mais do que estudada, foi a clara perda de qualidade da habitação, a expulsão das pessoas para os subúrbios da cidade, crescimento de Gaia, de Matosinhos, de Valongo, de Gondomar, foi tudo feito à custa dos que saíram da cidade do Porto porque não tinham condições e não tinham habitação no centro da cidade e, portanto, hoje o que nós queremos é que de facto, o centro histórico volte a ser ocupado e temos projetos de habitação no centro histórico, mas também temos a noção que em muitas áreas e zonas do centro histórico não há condições para nós termos gente a morar porque os prédios não têm elevador, não têm garagem, portanto é impossível que um casal jovem com filhos ir morar para um 3º andar onde não há nem garagem nem elevador. Como é que levamos a criança? Como é que levamos as compras? Há gente que pede às pessoas para morarem em sítios onde eles nunca morariam. Temos que nos habituar que tal como temos zonas a que chamamos zonas empresariais, como temos a zona industrial do Porto, também temos zonas que são zonas turísticas, isso não tem mal nenhum. O que nós não podemos ter é um cidade que seja só turismo e garanto que não temos.

9. O ano passado foi encomendado um estudo à Universidade Católica sobre o alojamento local (AL) no concelho do Porto, onde ficou referido que há valores, ainda que baixos, que o AL faz pressão sobre as habitações ocupadas no centro da cidade e uma pressão mais elevada em habitação vaga. A partir daí, o Executivo Camarário, tomou medidas quanto ao alvará para aberturas destes alojamentos.

De que forma é que acha que esta medida vai ser suficiente para que o centro histórico não seja só feito para o turismo?

Resposta: Nós pedimos o estudo à Católica porque ao contrário de outras cidades em Portugal, achamos que quando estamos a intervir sobre um mercado a primeira coisa que temos que saber é conhecer os dados e ter uma análise perfeitamente quantificada e uma análise que nos dê garantia de independência e que não haja aqui uma visão política porque, em muitos casos, a política, altera a realidade para que a medida política seja validada. Portanto, era isso que queríamos evitar, queríamos por um lado um conhecimento claríssimo e abrir um estudo à cidade e discuti-lo. Um estudo que nos permitisse ligar o impacto do turismo sobre a habitação na cidade do Porto, o que para nós era fundamental. Este estudo veio-nos permitir terminar com uma série de mitos, ou seja, o peso do AL é tremendo na cidade do Porto e o estudo diz-nos que o AL representa entre 3 e 5% da habitação na cidade do Porto, ou seja, enquanto cidade por um todo, o peso é muitíssimo pequeno e depois, o que nós percebemos do estudo é que, de facto, na zona histórica, aí sim tínhamos uma pressão relativamente elevado, onde chegávamos a 30/35% de peso do AL. Ora bem, isso é bom ou mau? Eu acho que ninguém quer ir morar para a Rua das Flores, mas essa é a minha opinião. Se eu encontrar algum portuense que queira morar numa rua que só tem restaurantes em baixo que tem o dia todo com gente a passear e quer morar ali, eu fico agradecido que alguém queria morar numa zona destas. Portanto, não me espanta que a Rua das Flores possa ter 100% de tomada de AL ou empreendimentos turísticos, faz parte do tal conceito da especialidade da cidade. A cidade especializa-se do ponto de vista territorial. Este estudo veio-nos chamar a atenção para zonas a que chamaríamos zona de pressão e a partir do estudo da Católica, o que fizemos foi criar as chamadas zonas de contenção. Ou seja, estas zonas de contenção permitiram-nos suspender os registos do AL nestas zonas e criar um regulamento que faça com que nestas zonas só possam nascer AL's em determinadas condições. É, portanto, algo em que ainda estamos a trabalhar porque o regulamento ainda não está em vigor, apenas a suspensão de registos em que ninguém neste momento pode registar AL nestas zonas, mas o regulamento ainda não está pronto porque entendemos, e bem na minha opinião, que estas coisas não podem ser feitas de ânimo leve, tivemos uma discussão pública muito grande com mais de 50 entidades a pronunciarem-se relativamente ao regulamento.

Ainda por cima agora veio o COVID e pandemia e de repente tudo mudou. Ainda bem que não fizemos nada porque a situação é completamente diferente, ou seja, hoje não há cidade do mundo que não queria, quando isto reiniciar, chamar turistas porque nós passamos da cidade que tinham turistas a mais para cidades que estão em risco de morrer porque não têm turistas nenhuns e temos mesmo algumas que vão mesmo morrer, vão regredir 15/20 anos. Isto demonstra que no fundo temos de ter muita cautela política. Continuamos com a suspensão, ela está em vigor, e vamos ver o que vai acontecer.

10. Que medidas chamativas é que poderiam contribuir para o regresso dos portuenses ao centro histórico e de que forma a Câmara Municipal poderia contribuir para esse regresso?

Resposta: Não se pode chamar as pessoas de outro modo a não ser tornar a habitação mais acessível às pessoas, é isso que faz com que as pessoas sejam chamadas a ir para um determinado sítio. O município do Porto tem um conjunto de projetos naquilo a que se chama a renda acessível, a habitação acessível, na prática é o que isto significa. Temos um conjunto de projetos em relançamento, a Sociedade de Reabilitação Urbana, também foi retransformada para ser a entidade que gere a habitação acessível na cidade do Porto e nós lançamos o primeiro concurso para habitação acessível no centro histórico, é um concurso muito pequenino mas já são 15 apartamentos que nós estamos a lançar e tivemos 300 pessoas candidatas a 15 apartamentos, o que demonstra que de facto há muita gente a querer ir morar para o centro histórico da cidade do Porto, mas temos agora um projeto com mais de 1000 fogos, mais 1000 habitações que vão ser lançados durante o próximo ano, ano e meio no regime de renda acessível, portanto para chamar pessoas à cidade do Porto e posso também dizer que até ao final do mês de abril, vou apresentar em executivo, mas é um programa que vai dotar a cidade de mais habitação acessível com base num programa que vamos lançar no município do Porto. Ou seja, nós estamos a usar todos os instrumentos e políticas que temos ao dispor para trazer as pessoas para a cidade do Porto e a única forma de o fazer é baixar o preço da habitação e para o baixar, temos de aumentar a oferta, não há volta a dar. Não se consegue baixar o preço de um bem escasso sem ser tornando-o mais abundante. E para o fazer temos de aumentar a oferta.

11. Como é que vê a criação de associações de moradores do centro histórico como a Movimento Direito à Cidade, em 2018?

Resposta: Acho muito bem, mas depois temos de perceber se essas associações são representativas ou se elas se representam a si mesmas. Temos os dois tipos de associações: a chamada associação unipessoal, que é alguém que lança uma associação com um nome muito pomposo, mas que depois quando lá vamos ver a associação são o *me, myself and I*. Todas as pessoas têm o direito a essas associações, nós apercebemos que a sociedade civil tem que se mexer e o que nós temos que perceber também que quando vivemos numa democracia é que se as pessoas querem gerir uma cidade, têm que se candidatar a eleições e depois têm que as ganhar e é assim que se gere uma cidade. Eu respeito muito as associações, mas respeito mais o voto dos portuenses e, portanto, os portuenses votaram, escolheram, e escolheram um programa político. E uma coisa lhe garanto, nós não vamos defraudar as pessoas que votaram nesse programa político só porque temos uma associação que é contra alguma coisa que fazemos. Ouvimos, respeitamos, em alguns casos percebemos que há questões que podemos alterar, mas não vamos seguir programas que foram distintos e sufragados a eleições pela cidade do Porto.

12. Que tipo de medidas toma a Câmara Municipal do Porto relativamente às queixas dos residentes (se as houver) relacionadas com o turismo?

Resposta: Tomamos muitas. Todos os dias há queixas e nós temos queixas que são competência nossa, temos queixas que são competência da ASAE, temos queixas que são competência da PSP, e tudo isso nos chega a nós. Na prática nós tratamos dessas queixas, resolvêmo-las quando o poder é nosso e quando não, fazer com que cheguem às entidades que têm a tutela sobre essas questões. Vou-lhe dar um exemplo, o ruído é uma tutela que pertence à PSP. Portanto, a Câmara não pode fazer mais do que aquilo que tem feito que é regular a noite, mas o ruído na rua que é uma queixa recorrente na cidade do Porto, que não é o ruído dentro dos estabelecimentos noturnos é o ruído na rua. Nós fizemos uma proposta ao Governo da República para que proibisse o consumo de bebidas alcoólicas em zonas públicas, o que já é proibido numa série de países da Europa, mas o Governo da República entendeu que não o deve fazer, portanto o que dizemos a muitas pessoas é que em vez de vir apresentar queixa à

Câmara que vá apresentar queixa ao senhor primeiro ministro porque esse é um aspeto que não depende do município do Porto, depende de uma lei da República Portuguesa e nós já fizemos a nossa parte, assim como a Câmara de Lisboa, que foi propor a alteração da lei de consumo de álcool em espaço público.

13. No início da entrevista, foi falando em turismo sustentável. Quais são as principais preocupações ligadas ao turismo sustentável na cidade do Porto, neste momento?

Resposta: O turismo sustentável tem várias áreas, nós queremos garantir que o turismo seja ambientalmente sustentável, o que significa que nós, por exemplo, nos circuitos turísticos e nos autocarros turísticos, colocamos normas antipoluição. Os autocarros turísticos têm um conjunto de requisitos, tem a ver com normas de mobilidade de cidade e nós temos a cidade perfeitamente identificada do ponto de vista dos lugares de estacionamento onde os autocarros turísticos e ocasionais podem estacionar ou não podem estacionar, temos a questão do lixo e da limpeza da cidade e da alteração dos circuitos de limpeza da cidade, a partir dos fluxos turísticos. Ou seja, hoje a cidade tem circuitos próprios para restaurantes e hotéis, que permite a sustentabilidade do ponto de vista da cidade. Depois temos questões do ponto de vista do espaço público que é a alteração do próprio espaço público, a alteração do desenho do espaço público, a pedonalização de determinadas zonas da cidade que garantem que seja sustentável o crescimento do fluxo turístico. Já todos percebemos que é impossível crescer mais do ponto de vista turístico sem garantir uma boa mobilidade na cidade e para garantir isso, temos de a tornar mais sustentável quer a nível ambiental e do ponto de vista dos fluxos.

14. Fomos abordando que se vai sentir muito o efeito do COVID-19 no turismo, não só no Porto porque vai ser um fenómeno global, na sua opinião, quais são as alterações que poderão ocorrer no turismo, em particular no da cidade do Porto?

Resposta: Eu acho que as cidades têm uma vantagem face ao turismo de resort e etc. O turismo de cidade tem uma grande vantagem que é o nível de concentração das pessoas é muito inferior ao típico turismo no resort. Ou seja, eu ir para um resort na República Dominicana, significa estar num sítio, num hotel, onde estão 2000 pessoas

ou 3000 pessoas num espaço muito curto. O turismo de cidade tem essa grande vantagem, as pessoas normalmente, estão dispersas. Temos o AL que é uma enorme vantagem, significa que as pessoas estão na tal separação social porque as pessoas têm uma lógica de utilização do espaço diferente. A cidade também é muito maior que qualquer resort e, portanto, permite que as pessoas se espalhem mais. Dito isto, acho que o turismo de cidade vai ser muito menos afetado do que o típico turismo de resort e o típico turismo de usufruto do sol e praia. Mas é evidente que isto vai ter um impacto. O que mais me preocupa é o efeito sobre as companhias de aviação, acho que esse é o maior impacto. Ou seja, quando nós vemos os problemas financeiros colossais das companhias aéreas e o facto de termos companhias aéreas como a Air France vai continuar a trabalhar com um capacidade de 10%, ou seja, na realidade isto é um enorme problema ao nível de fluxos turísticos porque isto significa que vamos ter um tráfego muito menor na cidade porque há muitos menos aviões, menos capacidade de transporte e, portanto, a cidade vai ter que se redirecionar para o turismo doméstico, para o turismo espanhol de proximidade, para a Galiza, norte de Espanha. Eu acho que o COVID vai impactar muito fortemente a cidade do Porto durante este ano de 2020 e acho que vamos ter uma queda acentuadíssima do ponto de vista da chegada de turistas à cidade.

Apêndice C – Entrevista ao Fundador e Presidente da Associação "Porto Histórico e Medieval", Historiador, Dr. José Martins Pereira:

1. Qual a importância da “Porto Histórico e Medieval” para a preservação do centro histórico numa cidade com bastante turismo?

Resposta: O Porto Histórico e Medieval nasceu para realizar anualmente varias festividades históricas, com predominância do período Medieval português, começando por um grande Mercado/Festa/Medieval com duração de cerca de 30 dias e nele recriar grandes factos históricos ocorridos no Porto, em especial o “Casamento Real entre Dom João I – “O de Boa Memoria” e Dona Filipa de Lencastre – a “Mãe da Ínclita Geração” em 2 de Fevereiro de 1387 na Sé Catedral e o “Grande Banquete” que se lhe seguiu durante 15 dias, presidido pelo grande “Condestável do Reino” e Vencedor de Aljubarrota – Dom Nuno Alvares Pereira e, o “Nascimento e Batizado” do Infante Dom Henrique em 4 e 8 de Março de 1394 etc, etc, e, fazer tudo isso no seu cenário natural, a Sé Catedral e a Zona Histórica Património Mundial, fazendo incluir e participar todos os seus moradores, no sentido de elevar o grande sentido de pertença, reavivar o comercio e economia local e de forma participativa em contexto de rigor histórico, de forma a elevar e engrandecer a grande dignidade deste povo sofredor com as questões menos cuidadas do turismo algo selvagem e de pé descalço a que estamos a assistir no Porto.

2. Quais foram os motes para a criação da sua associação?

Resposta: Contribuir para o reavivar de memórias históricas coletivas e elevar o sentido de autoestima e dignidades naturais deste fantástico e humilde Povo do Porto Ribeirinho e Histórico.

3. Que medidas é que deveriam ser adotadas para preservar o centro histórico e a sua população?

Resposta: Manter, tanto quanto possível os habitantes naturais, dar-lhes melhores condições de vida, controlar o turismo selvagem e criar eventos culturais permanentes, inclusivos com a gente local, de forma a melhorar a economia local, melhores e mais dignas formas de viver em comunidade histórica cidadina.

4. A sua associação tem como objetivo a criação de uma feira medieval na cidade do Porto onde envolveria os habitantes do centro histórico e os turistas. De que forma é que esta interação iria beneficiar ambos os envolvidos?

Resposta: A realização anual de um “Mercado/Festa de cariz Medieval com duração de cerca de 30 dias, e demais recriações históricas das; Entradas Triunfais da Princesa Inglesa Filipa de Lencastre, no Porto, pela “Porta do Olival” em 1386, para casar na Sé com o Rei de Portugal e a Entrada Triunfal do Rei Dom João I pela Porta Nobre/Nova de Miragaia, e, o Casamento, e, a Entrada Triunfal do Condestável do Reino e Vencedor de Aljubarrota e Amigo pessoal do Rei, Dom Nuno Alvares Pereira etc, etc., permitiria ter todo o povo e Cidade do Porto em festa, como aconteceu em 1387, e, traria à cidade, ao Casamento do Rei de Portugal” delegações de todos os Concelhos e demais Vilas com contextualização Histórica, trazendo mostra dos seus usos e costumes e prendas para o casamento do rei de Portugal, traria ainda à cidade os altos Nobres e altos Prelados do Reino e, com toda a probabilidade, traria ao Porto cerca de 1.Milhão e 500 mil Turistas suplementares, Nacionais e Estrangeiros, contribuindo assim para elevação das condições económicas das “Gentes” e para a elevação da sua auto estima e maior orgulho e sentido de pertença “Tripeira”

5. Qual o motivo para uma maior abertura do centro histórico para o turismo?

Resposta:Mostrar a nossa cultura e história a outras gentes, a nossa capacidade de bem receber, de entre ajuda, de pertença e de fazer sentir como nossos os turistas que nos visitam e contribuem para elevação do nosso nível de vida em vários parâmetros.

6. De que forma é que o turismo veio dinamizar e alterar o centro histórico da cidade?

Resposta: O Turismo “Regulado” contribui para o desenvolvimento da economia local e regional e para a elevação de maior sentido de pertença e dignidade do Povo Ribeirinho Portuense.

7. Qual foi para si o mote para que o turismo no Porto, uma cidade que não é capital do país, se comesse a desenvolver?

Resposta: O Porto é uma Cidade magnífica, capital do Trabalho, mas também líder Histórica, pois, foi o Porto que deu Nome a Portugal, foi aqui que nasceu Portugal, e, foi daqui que se “Deram Novos Mundos ao Mundo” com o nascimento e Batizado do Infante Dom Henrique e em 1415 se construíram e aparelharam grande parte dos Navios que iriam iniciar a “Gesta Marítima Portuguesa” e a “Globalização” com a Tomada/conquista de Ceuta e que até originou a Lenda das Tripas À Moda do Porto” e do epíteto de “OS TRIPEIROS” e, todos os grandes factos da História de Portugal ou começaram ou passaram ou acabaram no Porto. Com políticas de valorização do património Portuense, o turismo sentiu-se tentado a conhecer e a usufruir dum magnífico património e magníficas “Gentes na Arte de Bem Receber”.

8. Quais são as principais mudanças que o turismo veio trazer ao Porto?

Resposta: Veio permitir um, maior dinamismo cultural e económico e comercial e histórico e isso permitiu, sobretudo, renovar e melhorar o parque habitacional e as infraestruturas da cidade, gerando assim, maior qualidade de vida para os Portuenses.

9. Concorda que este turismo em massa a que se assiste no Porto começa a fazer com que os próprios moradores se sintam mais “estrangeiros” do que os turistas que a visitam? Porquê?

Resposta: Penso que o Turismo Portuense poderia ser de melhor qualidade e não tanto de apenas quantidade. Penso, no entanto, que ainda não se atingiu o ponto de rutura e que, de facto, precisa de maior regulação, mas que foi importantíssimo para elevar o Porto e Portuenses a vários níveis, apreciáveis. Penso que é bom o Turismo no Porto e que ainda pode crescer mais, embora sustentadamente e com preservação da cultura e usos e costumes das Gentes do Porto.

10. De que forma é que o turismo veio interferir com o centro histórico da cidade?

Resposta: O Turismo interfere, obviamente, com a comunidade local, a variadíssimos níveis, provocando alterações comportamentais, a subida dos preços e nível de vida, a carestia da habitação, mas, sendo regulado e planeado, o turismo é fator fundamental para usufruto de mais e melhores momentos de felicidade das “Gentes”. ... é essa a sua finalidade. Com a maior geração de receitas geradas pelo turismo é possível melhorar

a habitabilidade e o mobiliário e meio urbano da cidade e dos locais, elevando assim o seu nível e qualidade de vida.

11. Quais as principais alterações em comparação com o centro histórico de há 30 anos e o de agora?

Resposta: Há 30 anos o centro histórico do Porto era um conjunto monumental de casas degradadas, sem o mínimo de condições de salubridade e de qualidade de vida. Com Moradores em número demasiado para as condições habitacionais existentes. Daí a expulsão de moradores para a periferia e ou bairros, como por exemplo o do Aleixo. A Camara, através do CRUARB e depois RSU sempre tentou reabilitar algumas dezenas de casas por ano, mas era, absolutamente insuficiente, pois são muitas centenas e, o turismo, ao gerar maiores receitas e luta por novas “e às vezes selvagens ocupações e expulsões de moradores” ainda assim, permitiu que o parque urbano fosse melhorado de forma mais acelerada, aliás o que aconteceu em toda a cidade. Em suma, penso que o Turismo foi bom para o Porto.